

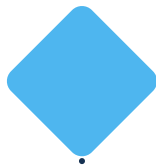


PLANO ESTRATÉGICO

2025 - 2027

**SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA**

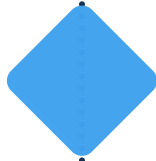




Ronaldo Ramos Caiado
Governador do Estado de Goiás



Daniel Vilela
Vice-Governador do Estado de Goiás



Renato Brum dos Santos
Secretário de Estado da Segurança Pública



Gustavo Carlos Ferreira
Subsecretário de Estado da Segurança Pública



Comitê de Validação:

Renato Brum dos Santos

Secretário de Estado da Segurança Pública

Gustavo Carlos Ferreira

Subsecretário de Estado da Segurança Pública

Andresa Tokumi Franco Yamamoto

Superintendente de Gestão Integrada

Joneval Gomes de Carvalho Júnior

Superintendente de Inteligência Integrada

Marco Aurélio de Sene Palmerston Xavier

Superintendente de Proteção aos Direitos do Consumidor

Ricardo Matos da Silva

Superintendente de Polícia Técnico-Científica

Davi Freire Rezende

Superintendente de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado

Evenir da Silva Franco Júnior

Superintendente de Ações e Operações Integradas

Sebastião Nolasco Ribeiro

Superintendente Integrado de Tecnologias em Segurança Pública





Informações institucionais

Endereço: Avenida Anhanguera, nº 7.364,
Setor Aeroviário, Goiânia-GO.

CEP 74.435-300

Telefone: (62) 3201-1000

Site: <https://www.seguranca.go.gov.br/>
protocolo.ssp@ssp.go.gov.br



Referência bibliográfica

Secretaria de Estado da Segurança
Pública (Goiás)

Plano Estratégico 2025-2027 / Secretaria
de Estado da Segurança Pública. -
Goiânia: Superintendência de Gestão
Integrada - SGI/SSP, 2025.

200 p. : il.

Obra elaborada com a contribuição de
múltiplas unidades da SSP.

Coordenação: Superintendência de
Gestão Integrada - SGI.

1. Planejamento estratégico.
2. Administração pública.
3. Mapa estratégico.

2. I. Título.

3. II. Goiás (Estado). Secretaria de
Estado da Segurança Pública.

CDD: 658.4012

REALIZAÇÃO:

ANDRESA YAMAMOTO

Superintendente de Gestão Integrada



Elaboração, revisão, diagramação e
projeto gráfico:

PRISCILLA DE FREITAS ANDRADE

Capitão QOPM

Gerente de Planejamento Institucional

Coordenadora do Escritório Permanente de
Compliance Público (EPCP)

ANDRÉA LEMES

Técnico em Gestão Pública

Coordenadora de Planejamento do Sistema
Estruturador Integrado de Planejamento,
Orçamento e Finanças Estadual (SIPOFE)

Secretária-Executiva do Escritório Permanente
de Compliance Público (EPCP)

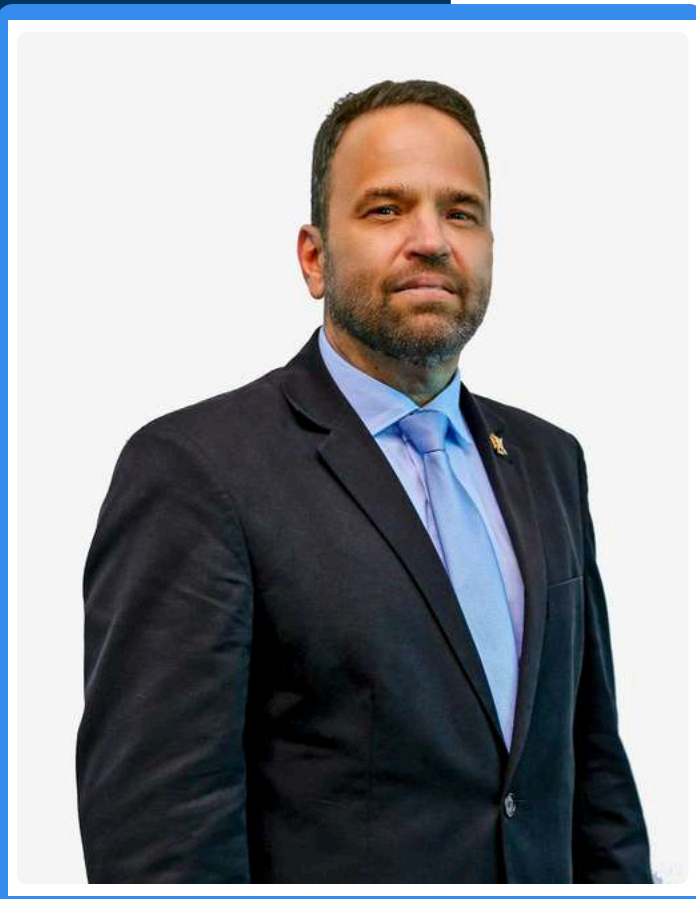
Sumário

01	Apresentação05 Mensagem do Secretário de Estado da Segurança Pública Mensagem do Subsecretário de Estado da Segurança Pública PEI 2025 - 2027
02	Histórico15 Evolução dos Planos Estratégicos PEI 2012 - 2022 PEI 2022 - 2031
03	Referencial Estratégico20 Identidade Estratégica: Missão, Visão e Valores Mapa Estratégico Objetivos Estratégicos, Táticos e Operacionais
04	Alinhamento Estratégico59 Alinhamentos de médio e longo prazo Matriz de Correlação Estratégica
05	Painel de Indicadores135
06	Riscos Estratégicos168 Matriz Simplificada de Riscos Estratégicos
07	Considerações finais195
08	Referências197

01 APRESENTAÇÃO







A construção do Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás 2025 - 2027 representa um marco na consolidação de uma gestão moderna, integrada e comprometida com resultados. **Este documento reflete o empenho coletivo de servidores e lideranças que, com seriedade e visão de futuro, traçaram os caminhos para uma segurança pública mais eficiente, transparente e voltada ao cidadão.**

Com diretrizes claras, o plano reforça a importância de decisões baseadas em evidências, da valorização dos profissionais da segurança e da integração entre as unidades que compõem a estrutura da SSP. Mais do que um documento técnico, trata-se de uma plataforma de gestão que orienta ações estratégicas, define metas, distribui responsabilidades e estabelece indicadores para garantir o avanço institucional de forma sistemática e sustentável.

Nossa visão é clara: ser referência nacional em segurança pública. Para isso, é imprescindível fortalecer os pilares da inteligência integrada, do uso racional de recursos, da inovação tecnológica e da qualificação contínua das nossas equipes. Planejar é a única forma de crescer com responsabilidade e entregar um serviço público à altura das demandas da sociedade.

O êxito do Plano dependerá do comprometimento de todos os envolvidos – das equipes administrativas às operacionais – e de um monitoramento contínuo, capaz de corrigir rotas, aprimorar processos e manter o foco em resultados. **Reafirmo o compromisso desta Secretaria com a execução integral do Plano Estratégico, preservando sua essência participativa e orientando sua implementação pela missão institucional de promover a paz social.** Com trabalho sério, união de esforços e visão de longo prazo, construiremos um futuro mais seguro e justo para todos os goianos.





Gustavo Carlos Ferreira

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA

O planejamento estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás, com horizonte até 2027, representa um esforço institucional coletivo em favor de uma gestão pública mais eficiente, moderna e integrada. **Sua elaboração contou com a participação ativa de servidores de todas as áreas, o que garantiu legitimidade, coerência técnica e aderência à realidade da segurança pública goiana.**

Este documento reúne diretrizes fundamentais para orientar a atuação da SSP nos próximos anos, com foco na gestão estratégica, inovação, valorização profissional e melhoria dos serviços prestados à sociedade. **Ele alinha as políticas estaduais às diretrizes nacionais e se estrutura com base em diagnóstico preciso, metas claras, objetivos estratégicos bem definidos e iniciativas aplicáveis.**

Como Subsecretário de Segurança Pública, tenho a convicção de que planejar é antecipar soluções. O plano que agora apresentamos é uma ferramenta viva, que será monitorada, ajustada e aperfeiçoada conforme os resultados alcançados. **Cada iniciativa traduz nosso compromisso com a excelência na gestão pública e com a promoção de uma cultura organizacional voltada para resultados.**

Nosso foco deve permanecer no fortalecimento das estruturas administrativas que apoiam a atividade fim, na integração entre as Forças de Segurança e na implementação de tecnologias que nos permitam avançar com precisão. O sucesso deste plano dependerá do envolvimento diário de todos os que integram esta Secretaria.

Que o planejamento estratégico seja, mais do que uma diretriz, uma prática institucional permanente. É com esse espírito que seguimos firmes na construção de uma segurança pública cada vez mais eficiente, humanizada e alinhada aos anseios da população goiana.

Gustavo Carlos Ferreira
Subsecretário de Estado da Segurança Pública

Representando uma evolução do planejamento estratégico tradicional, o pensamento estratégico promove uma abordagem renovada da estratégia, sendo caracterizado pela inovação e dinamismo. Envolve a participação colaborativa de pessoas em todos os níveis decisórios, promovendo um fluxo de informação bidirecional, no qual gestores de primeira e segunda linha pensam estrategicamente e discutem abertamente as questões organizacionais. Além disso, estimula a tomada de decisões mesmo sob incertezas, reconhecendo que o planejamento deve ser adaptável, conforme uma visão não linear, que exige agilidade e flexibilidade para ser ajustado às situações adversas.

Adaptado de PISAPIA, J.; ROBINSON, D. J. Transforming the academy: strategic thinking vs strategic planning. Presented at the American Institute of Higher Education – 4th International Conference. Virginia. Mar, 2010.

PEI 2025 - 2027

O Plano Estratégico 2025 - 2027 apresentado reflete o compromisso de todas as unidades, básicas e complementares, que compõem a estrutura direta da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), diante da necessidade de atualizar e adequar o documento anterior, de **promover a integração do processo de Planejamento Estratégico ao PENSAMENTO ESTRATÉGICO** aplicado à segurança pública, e de repensar o planejamento na estratégia da SSP, incorporando a criatividade e a **INOVAÇÃO** às rotinas, processos e cultura organizacional, de forma a maximizar os resultados.

O novo Plano está alinhado ao **Plano Plurianual do Estado de Goiás 2024 - 2027** (conforme determina §2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 22.317/2023), à Instrução Normativa nº 1580/24-GSE/2024/ECONOMIA (que dispõe sobre as diretrizes de elaboração dos planejamentos estratégicos institucionais dos órgãos e das entidades da administração pública estadual), ao **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) 2021 - 2030** (instituído pelo Decreto Federal nº 10.822/2021) e ao **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Goiás (PESPDS) 2022 a 2031** (instituído pela Portaria nº 0270/2022/SSP).

A sua elaboração foi conduzida de modo **COLABORATIVO**, reunindo demandas, desafios e objetivos de unidades gerenciais, de suporte e finalísticas, em uma **visão sistêmica de alinhamento estratégico que harmoniza as prioridades internas com os grandes objetivos de Governo**. Esse trabalho seguiu as etapas abaixo, sempre orientado pelo Pensamento Estratégico - evolução metodológica que torna o planejamento mais dinâmico, criativo e adaptável à complexidade organizacional:

- **Etapa 1 - Diagnóstico dos Resultados do PEI 2022-2031:** elaboração do Relatório nº 1/2024 SSP/GPI (SEI 58869743 / Processo nº 202200016021103) para análise dos resultados alcançados e do cumprimento das Iniciativas Estratégicas estabelecidas no Plano anterior.
- **Etapa 2 - Mobilização institucional para a construção colaborativa do Plano:** mobilização das unidades administrativas, por meio do processo nº 202500016004800, para análise dos objetivos e iniciativas anteriores e proposição de novos objetivos estratégicos.
- **Etapa 3 - Reuniões técnicas:** realização de reuniões presenciais com a participação de 44 unidades administrativas, voltadas à apuração, refinamento e agrupamento de 25 Objetivos Estratégicos, desdobrados nos níveis Tático e Operacional, com definição de indicadores e metas correspondentes. Em seguida, as propostas foram apresentadas e validadas pelos Superintendentes, no âmbito das Gerências, e pelo Subsecretário, no âmbito das Superintendências.

- **Etapa 4 - Construção do Referencial Estratégico:** revisão da Identidade Estratégica (Missão, Visão e Valores institucionais), resultando na elaboração de um novo Mapa Estratégico, com objetivos organizados nas perspectivas “Sociedade”; “Governança, Gestão e Processos”; “Conhecimento, Qualificação e Valorização Profissional”; e, “Recursos”.
- **Etapa 5 - Alinhamento aos instrumentos de planejamento internacional, nacional e estadual:** vinculação à Agenda 2030 (ODS), ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS 2021-2030, ao Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS 2022-2031, ao Plano Plurianual - PPA 2024-2027 e à Cadeia de Valores Integrada do Estado de Goiás (CVI Goiás).
- **Etapa 6 - Aprovação formal pelo Comitê de Validação:** análise final da proposta consolidada pela Alta Gestão da SSP, com aprovação formal acompanhada de documentação comprobatória da deliberação.
- **Etapa 7 - Publicação e divulgação institucional:** Publicação do Plano Estratégico 2025-2027 por meio de Portaria específica, com revogação expressa do Plano Estratégico 2022-2031 e ampla divulgação para todas as unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública.







HISTÓRICO

02



Mais do que uma técnica formal, a história do planejamento estratégico reflete a forma como as organizações foram geridas em diferentes contextos e como o processo se moldou às circunstâncias específicas de cada época. Cada Plano carrega as marcas do seu tempo, influenciado pelas prioridades institucionais, pelas tendências gerenciais em evidência e pelo alinhamento com diretrizes de médio e longo prazo que orientam a atuação do Setor Público.

Adaptado de MINTZBERG, H. The fall and rise of strategic planning. Harvard Business Review, [S.l.], v. 72, n. 1, p. 107-114, 1994.



EVOLUÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS

O primeiro plano estratégico, elaborado em 2011 por meio de parceria entre o Estado de Goiás e o Movimento Brasil Competitivo, marcou o início do primeiro ciclo de planejamento estratégico da SSP. Foi construído de forma integrada com as Forças de Segurança Pública e teve como foco os processos finalísticos. Adotou o método *Grumbach*, com destaque para a geração de cenários prospectivos.

2012 - 2022



01

2022 - 2031



02

O Plano Estratégico 2025-2027, em seu terceiro ciclo, está alinhado aos principais planos de médio e longo prazo que fornecem diretrizes à segurança pública no Estado de Goiás. Desenvolvido de forma colaborativa pelas unidades que compõem a estrutura direta da SSP, incorpora as principais áreas e processos, entendidos como essenciais para aprimorar a gestão da Segurança Pública e o apoio às atividades-fim.

2025 - 2027



03

A metodologia *Balanced Scorecard* foi mantida, mas passou a integrar um novo enfoque - o pensamento estratégico - e um painel de indicadores com requisitos claros para possibilitar o monitoramento efetivo do Plano. As perspectivas tradicionais foram ajustadas para conferir maior coerência ao que cada uma representa, com a perspectiva de Processos Internos reformulada como "Governança, Gestão e Processos", e a de Aprendizado, Crescimento e Inovação redefinida como "Conhecimento, Qualificação e Valorização Profissional".

tricies mi. Sed velit dignissim...
sto. Mattis nunc sed blandit libero vo-
iat in fermentum. Ornare quam viver-
at odio. Imperdiet nulla malesuada pel-
a. In mollis nunc sed id semper risus in.
o nec ultrices.

quam nulla. Eget magis...
lus. Cursus euismod quis viverranibh. Cursus sa-
sit amet justo.
Ipsum faucibus vitae aliquet nec ullam-
risus nullam. Urna nec tincidunt praesent sem-
ed nullam.

euismod lacinia at quis risus sed vulputate odio. Sed
eiusmod lacinia at quis. Ut tellus elementum
tricies lacus sed turpis tincidunt. Aliquet
vulputate ultricies mi quis. In mollis nunc sed id
semper risus in. In mollis nunc sed id semper risus in.
Eget sit amet. Eget sit amet. Eget sit amet. Eget sit
vitae et leo duis ut diam. Phasellus ac. Phasellus ac.
Cursus sit amet dictum.



PEI 2012 - 2022

O “Plano Estratégico da Secretaria da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás 2012 – 2022” foi elaborado em 2011, em parceria firmada entre o Estado de Goiás e o Movimento Brasil Competitivo – MBC e contou com a participação direta da Superintendência de Polícia Técnico-Científica; da antiga Agência Goiana do Sistema de Execução Penal – AGSEP; da Polícia Militar do Estado de Goiás; da Polícia Civil do Estado de Goiás; e, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

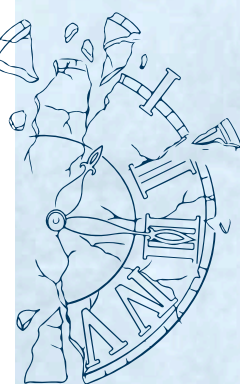
Estruturado com o apoio da consultoria Brainstorming, envolveu entrevistas com a Alta Gestão, workshops de capacitação, encontros, dinâmicas, aplicação de ferramentas para tempestades de ideias e ampla mobilização institucional, incluindo formação do Grupo de Controle (com 20 integrantes), do Núcleo de Sistematização (com 201 integrantes) e do Comitê de Planejamento (com 610 servidores).



O método utilizado foi o Grumbach, baseado em construção participativa e análise prospectiva, que percorreu quatro etapas: (1) Integração das Forças de Segurança; (2) Diagnóstico estratégico (com análise de mais de 10 mil causas e consequências); (3) Prospecção de cenários futuros; e (4) Pesquisa Delphi, com simulações de 4.096 cenários prováveis, seleção do cenário-alvo e definição do Mapa Estratégico Preliminar, que resultou em 11 Objetivos Estratégicos e 133 iniciativas.

Embora não tenha estabelecido indicadores de desempenho, foi instituído o Conselho Integrado de Gestão Estratégica – CIGE (Portaria nº 1722/2013/SSP) para dar continuidade ao processo e apoiar a execução e o monitoramento do plano.

Em junho de 2015, foi publicada a 1ª Revisão do Plano, pela Portaria nº 767/2015/SSP. Em março de 2022, a Gerência de Planejamento Institucional elaborou o primeiro diagnóstico das ações implementadas, sistematizado no Relatório nº 2/2022/GPI (SEI nº 000028655674 / Processo nº 202200016005412), como etapa preparatória para a construção do Plano Estratégico 2022-2031.



PEI 2022 - 2031



O segundo ciclo de planejamento estratégico da Secretaria da Segurança Pública teve como marco o Plano Estratégico 2022-2031, elaborado por uma Comissão Especial de Trabalho instituída pela Portaria nº 0123/2022/SSP. Compreendido como um instrumento técnico-profissional de orientação organizacional, o Plano concentrou esforços no fortalecimento das atividades-meio da SSP, com vistas a aprimorar o suporte prestado às Forças de Segurança no desempenho de suas funções finalísticas.

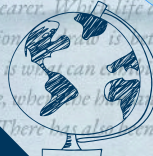
Diferentemente do ciclo anterior, este plano adotou como metodologia o Balanced Scorecard (BSC), estruturando 10 Objetivos Estratégicos, 13 Estratégias, 57 Iniciativas e 17 Indicadores de Desempenho, organizados em quatro perspectivas:

- (1) Sociedade;
- (2) Processos Internos;
- (3) Aprendizado, Crescimento e Inovação; e
- (4) Recursos.

O processo de elaboração seguiu as seguintes etapas:

- (1) Instituição do Comitê de Validação, da Comissão de Elaboração, do Grupo de Assessoria Técnica e da Secretaria-Executiva;
- (2) Realização de pesquisa interna e externa, com aplicação e análise de questionários;
- (3) Diagnóstico do Plano anterior;
- (4) Construção da Matriz SWOT;
- (5) Elaboração dos componentes estratégicos;
- (6) Validação institucional da proposta;
- (7) Publicação oficial do documento por meio de Portaria e lançamento institucional.

Em abril de 2024, a Gerência de Planejamento Institucional intensificou os esforços para consolidar a cultura de monitoramento institucional, abrangendo tanto a execução do Plano Estratégico quanto a avaliação do próprio processo de planejamento estratégico da SSP. Esse trabalho resultou no Relatório nº 1/2024 - SSP/GPI (SEI nº 58869743 / Processo nº 202200016021103), que subsidiou a revisão do PEI 2022 - 2031, evidenciando a necessidade de sua atualização e possibilitando o início do ciclo estratégico 2025-2027.



REFERENCIAL ESTRATÉGICO

OS



O planejamento estratégico oferece a base metodológica para estabelecer a direção da organização, funcionando como uma bússola que orienta as decisões diante de fatores externos complexos e dinâmicos. Por meio da definição clara da missão, visão e valores institucionais, aliados à construção do mapa estratégico, a organização orienta suas ações com consistência, alinhamento estratégico e flexibilidade, o que ajuda a identificar rapidamente quais áreas e processos devem ser realinhados para responder de forma ágil às mudanças do ambiente e garantir a consecução dos objetivos institucionais

Adaptado de KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. *The Balanced Scorecard: Translating Strategy into Action*. Boston: Harvard Business School Press, 1996; e MINTZBERG, H. *The fall and rise of strategic planning*. *Harvard Business Review*, [S.l.], v. 72, n. 1, p. 107-114, 1994.

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

MISSÃO

Promover a gestão da Segurança Pública e Defesa Social, de forma estratégica, planejada e integrada, para contribuir com a paz social e o bem-estar da população no Estado de Goiás.

VISÃO

Ser referência nacional na gestão integrada, sistêmica e efetiva da Segurança Pública e na manutenção da ordem social, com ênfase na redução da criminalidade, visando alcançar o menor índice do Brasil.



VALORES

COMPROMISSO COM OS PRINCÍPIOS ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

Adoção proativa e voluntária de boas práticas alinhadas aos objetivos estratégicos, voltadas à geração de valor ético, à sustentabilidade ambiental e ao impacto social positivo, promovendo o bem-estar coletivo, a qualidade de vida nas comunidades, o fortalecimento de uma atuação socialmente responsável, participativa, ética e transparente, comprometida com o combate à corrupção e com a promoção da justiça.

EFETIVIDADE

Adoção proativa e voluntária de boas práticas alinhadas aos objetivos estratégicos, voltadas à geração de valor ético, à sustentabilidade ambiental e ao impacto social positivo, promovendo o bem-estar coletivo, a qualidade de vida nas comunidades, o fortalecimento de uma atuação socialmente responsável, participativa, ética e transparente, comprometida com o combate à corrupção e com a promoção da justiça.

ÉTICA

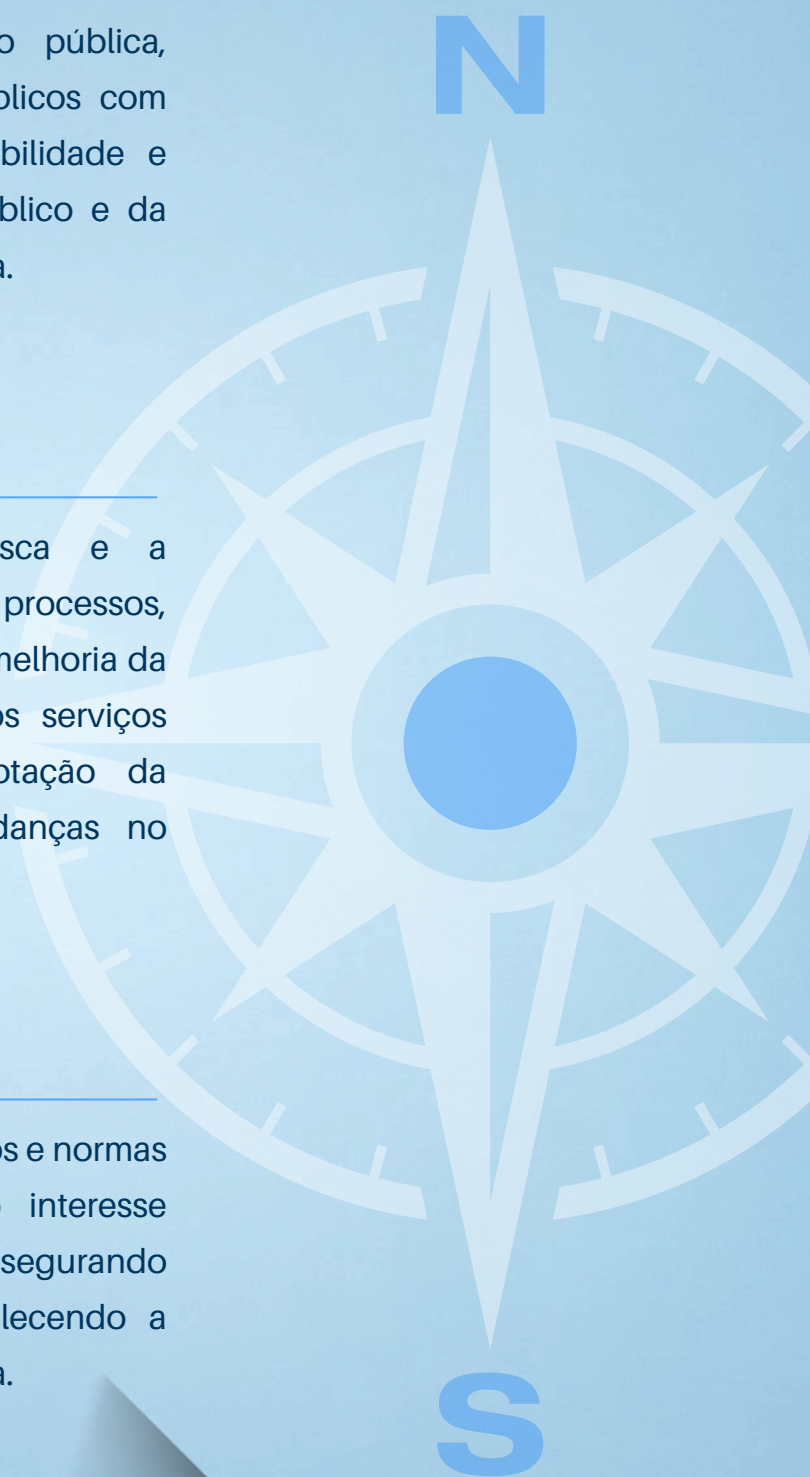
Aplicação de princípios morais e valores fundamentais no exercício da função pública, orientando a conduta dos agentes públicos com base na integridade, justiça, responsabilidade e transparência, em prol do interesse público e da confiança da sociedade na gestão pública.

INOVAÇÃO

Compromisso contínuo com a busca e a implementação de novas ideias, processos, tecnologias e práticas que promovam a melhoria da eficiência institucional, a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de adaptação da organização frente a desafios e mudanças no ambiente externo.

INTEGRIDADE

Observância rigorosa de valores, princípios e normas éticas que preservem a primazia do interesse público sobre interesses particulares, assegurando transparência, responsabilidade e fortalecendo a confiança da sociedade na gestão pública.



N

LEGALIDADE

Adoção de medidas estratégicas pautadas no rigoroso cumprimento das normas jurídicas e preceitos legais vigentes, com o propósito de prevenir abusos, assegurar os direitos fundamentais e garantir uma atuação transparente, justa e legítima, fortalecendo a confiança da sociedade na gestão da Segurança Pública.

E

TRANSPARÊNCIA

Compromisso contínuo com a divulgação clara, acessível e tempestiva das informações institucionais, observando os limites legais e operacionais impostos pela natureza sensível da Segurança Pública, garantindo a prestação de contas à sociedade, a visibilidade dos processos e o fortalecimento da confiança pública, sem prejuízo à segurança operacional e à confidencialidade necessária à proteção dos profissionais e dos cidadãos atendidos.

S

MAPA ESTRATÉGICO



MISSÃO	VISÃO	VALORES
Promover a gestão da Segurança Pública e Defesa Social, de forma estratégica, planejada e integrada, para contribuir com a paz social e o bem-estar da população no Estado de Goiás.	Ser referência nacional na gestão integrada, sistêmica e efetiva da Segurança Pública e na manutenção da ordem social, com ênfase na redução da criminalidade, visando alcançar o menor índice do Brasil.	Compromisso com os Princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), Efetividade, Ética, Gestão por Resultados, Inovação, Integridade, Legalidade e Transparência.
SOCIEDADE		
1. Adequar-se à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).	2. Fortalecer o Sistema Estadual de Proteção aos Direitos do Consumidor, estruturando, operacionalizando e modernizando o PROCON GOIÁS.	3. Fortalecer, estruturar, modernizar e aperfeiçoar a Polícia Técnico-Científica.
4. Fortalecer a atividade de Inteligência das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da atuação Integrada dos órgãos do SIS/GO.	5. Intensificar as ações de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado.	
GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS		
6. Aprimorar o Sistema de Governança mediante o fortalecimento da Cultura de Integridade, Gestão de Riscos, Ouvidoria, Transparência e Participação Social.	7. Fortalecer a Imagem Institucional.	8. Realizar a Governança dos Projetos de Segurança Pública.
9. Fortalecer a Gestão Estratégica.	10. Fortalecer a Cultura da Gestão por Processos.	
11. Aprimorar o Planejamento Institucional e o acompanhamento das Políticas de Segurança Pública.	12. Aprimorar o processo de funcionamento e modernização institucional.	13. Aprimorar a Gestão da Informação na Segurança Pública, por meio da padronização, integração e análise de dados.
CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL		
14. Aprimorar a Segurança Pública por meio do conhecimento técnico-científico.	15. Elevar o nível da qualificação profissional e da pesquisa científica em Segurança Pública.	16. Implementar e aperfeiçoar dispositivos que favoreçam a valorização dos profissionais.
RECURSOS		
17. Garantir a eficiência na obtenção de recursos orçamentários e financeiros.	18. Aperfeiçoar a execução dos recursos.	19. Desenvolver a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.
20. Aperfeiçoar o processo de Contratações Públicas.	21. Aperfeiçoar o processo de Prestação de Contas de Convênios Estaduais.	22. Assegurar a disponibilidade e otimizar a aplicação e utilização dos recursos tecnológicos.
23. Melhorar a infraestrutura física.	24. Aprimorar a gestão da frota.	25. Aprimorar a gestão e a destinação de ativos provenientes de crimes.

Planejamento estratégico é um processo colaborativo que articula pessoas, processos e recursos de forma integrada, promovendo coerência entre as ações e os objetivos institucionais. Estruturado para representar os elementos centrais da atuação da Pasta, contempla as principais áreas e unidades organizacionais, reforçando o alinhamento interno, a governança e a efetividade da gestão pública.

Adaptado de MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

PERSPECTIVA DE SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

1. ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS).

Objetivo tático:

1.1. Adotar a padronização de cada Força de Segurança Pública estadual em relação à orientação da Política Nacional Segurança Pública.

Objetivo operacional:

1.1.1. Criar e implementar Protocolo de Atuação Integrada entre os órgãos de Segurança Pública.

Objetivo tático:

1.2. Aperfeiçoar as ações de apoio e coordenação estratégica para as Operações Integradas, preventivas e repressivas.

Objetivo operacional:

1.2.1. Realizar análise de dados estatísticos, estudos e pesquisas sobre os crimes prioritários, propondo Operações Integradas direcionadas com base no Mapa de Calor, visando à manutenção ou à redução dos índices, em conformidade com as diretrizes das reuniões de nível da SSP.

OBJETIVOS

Objetivo tático:

1.3. Definir e implementar ações institucionais alinhadas para assegurar a efetividade da integração da SSP com a estrutura responsável pelas atividades finalísticas.

Objetivo operacional:

1.3.1. Propor Operações Integradas, a partir do planejamento, coordenação e monitoramento, com a formulação e implementação de planos, programas, projetos, atividades operacionais de inteligência desenvolvidas de forma integrada pelos órgãos de Segurança Pública.

PERSPECTIVA DE SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

2. FORTALECER O SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR, ESTRUTURANDO, OPERACIONALIZANDO E MODERNIZANDO O PROCON GOIÁS.

Objetivo tático:

2.1. Coordenar e executar a Política Estadual de Defesa do Consumidor, com ênfase na educação para o consumo.

Objetivo operacional:

2.1.1. Realizar ações pedagógicas (cursos, palestras e entrega de materiais informativos e educativos) com a finalidade de orientar consumidores, fornecedores, PROCONS municipais e demais órgãos/entidades parceiras.

Objetivo tático:

2.2. Promover a capacitação contínua dos servidores do PROCON GOIÁS, com foco na proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Objetivo operacional:

2.2.1. Realizar cursos, palestras e oficinas de capacitação e atualização para os servidores, incentivando também a participação nas capacitações oferecidas pela Escola de Governo (EGOV), pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e por outras instituições de ensino.

Objetivo tático:

2.3. Ampliar o atendimento aos consumidores, de forma presencial e remota, abrangendo desde as orientações iniciais até a fase de resolução de conflitos nas relações de consumo.

Objetivo operacional:

2.3.1. Aprimorar os canais de atendimento, ampliando as equipes, implementando o Sistema ProGO e promovendo a capacitação técnica contínua dos servidores.

Objetivo tático:

2.4. Expandir a atuação da fiscalização em todo o território estadual.

Objetivo operacional:

2.4.1. Ampliar a capacidade fiscalizatória por meio do aumento do efetivo, da implementação do Sistema ProGO e da expansão do raio de atuação, incluindo ações noturnas.

PERSPECTIVA DE SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

3. FORTALECER, ESTRUTURAR, MODERNIZAR E APERFEIÇOAR A POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA.

Objetivo tático:

3.1. Modernizar o parque tecnológico da Superintendência de Polícia Técnico-Científica para fortalecimento da Perícia Criminal.

Objetivo operacional:

3.1.1. Adquirir novos equipamentos e tecnologias, promovendo maior eficiência e celeridade dos serviços periciais, além de ampliar o rol de exames ofertados.

Objetivo tático:

3.2. Consolidar a infraestrutura física da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Objetivo operacional:

3.2.1. Construir, reformar, ampliar ou readequar unidades de Polícia Técnico-Científica.

Objetivo tático:

3.3. Aumentar a capacidade técnica e operacional da Medicina Legal.

Objetivo operacional:

3.3.1. Refatorar o Sistema de Medicina Legal, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de médicos legistas e auxiliares do quadro próprio.

Objetivo tático:

3.4. Modernizar e ampliar a capacidade técnica e operacional da Perícia Criminal.

Objetivo operacional:

3.4.1. Refatorar o Sistema de Criminalística, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de peritos criminais e auxiliares do quadro próprio.

Objetivo tático:

3.5. Promover a formação e a capacitação continuada dos servidores policiais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Objetivo operacional:

3.5.1. Realizar cursos de formação, incentivar e promover a participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, eventos científicos, bem como estimular a pesquisa aplicada e o compartilhamento de conhecimento intra e interinstitucional.

PERSPECTIVA DE SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

4. FORTALECER A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, POR MEIO DA ATUAÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DO SISP/GO.

Objetivo tático:

4.1. Assegurar a padronização e integração do serviço de inteligência para áreas finalísticas.

Objetivo operacional:

4.1.1. Realizar cursos da área de inteligência.

Objetivo tático:

4.2. Operacionalizar o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás - SISP/GO.

Objetivo operacional:

4.2.1. Estabelecer novos Termos de Cooperação Técnica para integrar bancos de dados adicionais aos sistemas de inteligência da SSP.

PERSPECTIVA DE SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

5. INTENSIFICAR AS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO.

Objetivo tático:

5.1. Ampliar a capacidade técnica para análise de processamento de dados.

Objetivo operacional:

5.1.1. Reduzir o tempo médio dos processos internos (RELINT e RELINFO) por meio da qualificação dos analistas e da aquisição de novas ferramentas.

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

6. APRIMORAR O SISTEMA DE GOVERNANÇA MEDIANTE O FORTALECIMENTO DA CULTURA DE INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS, OUVIDORIA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Objetivo tático:

6.1. Fortalecer o Programa de Integridade e Compliance.

Objetivo operacional:

6.1.1. Realizar avaliação de maturidade em práticas institucionais de integridade e compliance, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas.

Objetivo tático:

6.2. Impulsionar o aperfeiçoamento contínuo da Política de Gestão de Riscos.

Objetivo operacional:

6.2.1. Realizar reuniões, atividades de consultoria e avaliação, estimular a capacitação em gestão de riscos e manter a atuação ativa do Escritório Permanente de Compliance Público (EPCP).

Objetivo tático:

6.3. Ampliar a atuação da Ouvidoria Setorial.

Objetivo operacional:

6.3.1. Promover ações de integração entre as Forças de Segurança, por meio de reuniões com as áreas técnicas; ampliar a divulgação do trabalho da Ouvidoria pelos canais de comunicação institucionais; e fomentar a capacitação dos servidores em Ouvidoria e Transparência.

Objetivo tático:

6.4. Fortalecer a integridade, transparência e participação social e as formas de interlocução com o cidadão.

Objetivo operacional:

6.4.1. Promover a implementação de Ouvidorias Adjuntas nas Forças de Segurança Pública, monitorando os indicadores dessas unidades.

Objetivo tático:

6.5. Viabilizar a participação efetiva da sociedade nos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGS) do Estado de Goiás.

Objetivo operacional:

6.5.1. Incentivar a cooperação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGS) na Segurança Pública.

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

7. FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL.

Objetivo tático:

7.1. Aperfeiçoar os canais de comunicação institucional voltados para o público interno e externo.

Objetivo operacional:

7.1.1. Instituir novas estratégias de comunicação, utilizando ferramentas que permitam a manutenção de um canal aberto com o público-alvo.

OBJETIVOS

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

8. REALIZAR A GOVERNANÇA DOS PROJETOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Objetivo tático:

8.1. Aprimorar as rotinas de governança e gestão de programas e projetos de Segurança Pública.

Objetivo operacional:

8.1.1. Realizar Reuniões de Governança periódicas para o monitoramento e acompanhamento dos projetos, preferencialmente por meio da Plataforma GOMAP.

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

9. FORTALECER A GESTÃO ESTRATÉGICA.

Objetivo tático:

9.1. Promover a cultura de monitoramento e cumprimento do Plano Estratégico.

Objetivo operacional:

9.1.1. Reformular o processo de planejamento estratégico de forma colaborativa, reavaliando prioridades e promovendo ajustes com base nos resultados monitorados, visando à melhoria contínua da gestão institucional.

OBJETIVOS

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

10. FORTALECER A CULTURA DA GESTÃO POR PROCESSOS.

Objetivo tático:

10.1. Impulsionar a melhoria e otimização dos processos institucionais, garantindo maior agilidade e correção de ineficiências.

Objetivo operacional:

10.1.1. Realizar reuniões, cursos de capacitação e atividades de consultoria e avaliação por meio da atuação ativa do Escritório Setorial de Processos (ESP).

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

11. APRIMORAR O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Objetivo tático:

11.1. Aperfeiçoar a estratégia institucional de monitoramento da execução do Plano Plurianual (PPA).

Objetivo operacional:

11.1.1. Qualificar as Propostas Mensais de Monitoramento e a Prestação de Contas Setorial Anual, otimizando a coleta e a gestão das informações qualitativas e quantitativas referentes à programação e à execução física dos programas do PPA, bem como ampliando a participação das áreas meio e finalísticas nesse processo de trabalho.

OBJETIVOS

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

12. APRIMORAR O PROCESSO DE FUNCIONAMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL.

Objetivo tático:

12.1. Definir critérios de aferição da produtividade e desempenho profissional.

Objetivo operacional:

12.1.1. Aplicar, no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, especificamente nas Gerências de Criminalística e de Medicina Legal, o dimensionamento da força de trabalho de iniciativa da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PROCESSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

13. APRIMORAR A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA, POR MEIO DA PADRONIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.

Objetivo tático:

13.1. Padronizar, integrar, coletar e consolidar dados e informações de interesse da Segurança Pública, visando o tratamento, análise e divulgação estatística para produção de conhecimento.

Objetivo operacional:

13.1.1. Revisar anualmente os parâmetros de padronização dos indicadores, atualizando o Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI), a fim de assegurar acessibilidade e tempestividade das informações, subsidiando as ações preventivas e repressivas em Segurança Pública.

OBJETIVOS

PERSPECTIVA DE CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

14. APRIMORAR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO.

Objetivo tático:

14.1. Estimular a participação dos servidores da SSP na produção científica voltada ao aprimoramento das áreas meio e finalísticas.

Objetivo operacional:

14.1.1. Realizar, no mínimo, duas edições de cursos de especialização *lato sensu*, com ênfase em gestão e integração, bem como estimular a produção científica por meio da elaboração de artigos no âmbito da Segurança Pública.

Objetivo tático:

14.2. Estruturar parcerias com instituições públicas e privadas para incentivar pesquisas, aprimorar o ensino e produzir conhecimento para apoiar as atividades meio e finalísticas.

Objetivo operacional:

14.2.1. Firmar parcerias com instituições de ensino superior (IES) para promover o intercâmbio acadêmico, a troca de experiências e boas práticas aplicáveis às áreas de gestão, bem como incentivar a pesquisa e a produção técnico-científica por meio de ações acadêmicas em nível *stricto sensu*, com foco nas atividades meio e finalísticas no âmbito da Segurança Pública.

PERSPECTIVA DE CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

15. ELEVAR O NÍVEL DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA.

Objetivo tático:

15.1. Oferecer cursos de capacitação e atualização voltados aos servidores da SSP, com foco no aprimoramento das competências nas áreas de gestão.

Objetivo operacional:

15.1.1. Realizar o curso "Gestão por Processos com Foco na Segurança Pública" (GP/SSP).

Objetivo tático:

15.2. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada para as áreas meio e finalísticas, em conformidade com a Matriz Curricular Nacional.

Objetivo operacional:

15.2.1. Realizar, no mínimo, três ciclos anuais de capacitações disponíveis na Plataforma da Rede de Ensino a Distância (EaD) da Coordenadoria de Ensino (COE), por meio dos cursos já ofertados e de novos cursos a serem criados, em modalidade a distância, no âmbito da Segurança Pública.

PERSPECTIVA DE CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

16. IMPLEMENTAR E APERFEIÇOAR DISPOSITIVOS QUE FAVOREÇAM A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.

Objetivo tático:

16.1. Aprimorar a Política de Atenção à Saúde Mental e Física dos servidores da SSP.

Objetivo operacional:

16.1.1. Realizar palestras anuais sobre temas relacionados à saúde dos servidores.

Objetivo tático:

16.2. Desenvolver ações voltadas à melhoria do clima organizacional.

Objetivo operacional:

16.2.1. Implementar o Plano de Ação para a melhoria do clima organizacional.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

17. GARANTIR A EFICIÊNCIA NA OBTENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.

Objetivo tático:

17.1. Implementar ações para captação eficiente e progressiva de recursos para a Segurança Pública.

Objetivo operacional:

17.1.1. Criar mecanismos visando orientar as Forças de Segurança Pública sobre a obtenção de recursos.

Objetivo tático:

17.2. Garantir o acompanhamento contínuo e a aprovação eficiente das Emendas Federais destinadas às Forças de Segurança Pública.

Objetivo operacional:

17.2.1. Mapear o processo e elaborar Manual de Orientação sobre as propostas de Emendas Federais.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

18. APERFEIÇOAR A EXECUÇÃO DOS RECURSOS.

Objetivo tático:

18.1. Melhorar os processos de execução orçamentária e financeira dos recursos próprios.

Objetivos operacionais:

18.1.1. Aprimorar os controles do saldo orçamentário, acompanhando a execução em tempo real para possibilitar novas despesas com saldo remanescente em tempo hábil.

18.1.2. Reduzir o tempo médio de pagamento após o ateste da nota fiscal.

Objetivo tático:

18.2. Otimizar a execução anual dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Objetivo operacional:

18.2.1. Criar normativas com o objetivo de melhorar a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e capacitar os pontos focais das Forças de Segurança Pública e das Superintendências para o correto preenchimento dos Planos de Ação.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

19. DESENVOLVER A CULTURA DE GASTOS EFICIENTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA.

Objetivo tático:

19.1. Reduzir despesas com o funcionamento institucional.

Objetivo operacional:

19.1.1. Realizar diagnósticos anuais nos contratos de aquisição e prestação de serviços, implementando ações para minimizar desperdícios, evitar gastos desnecessários e reduzir as despesas administrativas.

Objetivo tático:

19.2. Instituir Programa de Conscientização voltado para a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.

Objetivo operacional:

19.2.1. Realizar ações anuais de boas práticas para o uso consciente dos bens públicos e resíduos sólidos gerados.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

20. APERFEIÇOAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

Objetivo tático:

20.1. Melhorar o percentual de licitações concluídas com sucesso.

Objetivo operacional:

20.1.1. Realizar oficinas de capacitação com as áreas requisitantes.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

21. APERFEIÇOAR O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS ESTADUAIS.

Objetivo tático:

21.1. Impulsionar as análises das prestações de contas dos convênios estaduais.

Objetivo operacional:

21.1.1. Aprimorar a análise das documentações recebidas e padronizar os relatórios técnicos.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

22. ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS.

Objetivo tático:

22.1. Promover a modernização institucional e tecnológica, visando ao melhor atendimento à população e ao desempenho adequado e seguro das áreas meio e finalísticas.

Objetivo operacional:

22.1.1. Realizar estudos e implantar projetos relacionados à Comunicação Crítica.

Objetivo tático:

22.2. Promover a interoperabilidade dos sistemas de videomonitoramento, com vistas à modernização, à integração, à gestão, à análise e ao compartilhamento de imagens, dados e informações.

Objetivo operacional:

22.2.1. Incentivar parcerias visando a disponibilização de imagens por órgãos e entidades parceiras para melhorar a efetividade das ações e operações de Segurança Pública.

Objetivo tático:

22.3. Melhorar o parque tecnológico da SSP.

Objetivo operacional:

22.3.1. Substituir equipamentos obsoletos, garantindo maior desempenho e segurança nas operações.

Objetivo tático:

22.4. Melhorar a eficiência dos serviços de Segurança Pública por meio da disponibilização dos sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Objetivo operacional:

22.4.1. Garantir a maior Taxa de Disponibilidade possível dos Sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da SSP.

Objetivo tático:

22.5. Aperfeiçoar a gestão da entrega dos Sistemas.

Objetivo operacional:

22.5.1. Monitorar a execução do planejamento de entregas de Sistemas, evitando atrasos e custos adicionais.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

23. MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA.

Objetivo tático:

23.1. Construir a nova sede institucional da SSP.

Objetivo operacional:

23.1.1. Acompanhar sistematicamente o cronograma da obra da nova sede institucional, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.

Objetivo tático:

23.2. Construir a academia da SSP.

Objetivo operacional:

23.2.1. Monitorar a execução da obra da academia da SSP, assegurando a conformidade técnica, a funcionalidade do espaço e o cumprimento dos prazos.

Objetivo tático:

23.3. Aprimorar as práticas de manutenção preventiva na infraestrutura da SSP.

Objetivo operacional:

23.3.1. Executar ações de reforma e modernização nos prédios da SSP, com foco na manutenção preventiva, visando prolongar a vida útil das instalações e reduzir custos com correções emergenciais.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

24. APRIMORAR A GESTÃO DA FROTA.

Objetivo tático:

24.1. Disponibilizar frota moderna e eficiente para as atividades de Segurança Pública.

Objetivo operacional:

24.1.1. Realizar Estudo Técnico com a finalidade de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas no período de renovação da frota locada.

PERSPECTIVA DE RECURSOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

25. APRIMORAR A GESTÃO E A DESTINAÇÃO DE ATIVOS PROVENIENTES DE CRIMES.

Objetivo tático:

25.1. Aperfeiçoar os mecanismos de alienação de ativos provenientes da prática e do financiamento de crimes.

Objetivo operacional:

25.1.1. Otimizar a gestão de bens junto à Polícia Civil e ao Poder Judiciário, com foco na ampliação da quantidade de bens leiloados e no aumento do número de leilões realizados anualmente.

Objetivo tático:

25.2. Aprimorar o conjunto de ferramentas e soluções informatizadas utilizadas para a gestão de ativos.

Objetivo operacional:

25.2.1. Implantar o Sistema de Controle de Pátio da SSP nos pátios da Polícia Civil.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



Alinhamento de médio prazo

PLANO PLURIANUAL (PPA) DO ESTADO DE GOIÁS 2024 - 2027



O Plano Plurianual do Estado de Goiás para o período de 2024 a 2027 se estrutura em eixos estratégicos que orientam as ações governamentais de médio prazo, com foco em resultados concretos para a sociedade. No que se refere à área de segurança, o eixo “Goiás da Segurança Pública e Justiça” visa ampliar a proteção da sociedade goiana por meio de políticas públicas integradas, qualificadas e orientadas pela melhoria contínua da gestão e da capacidade operacional das instituições envolvidas. Esse eixo é operacionalizado por meio de dois programas finalísticos: o Programa 1051 – Goiás da Segurança e Proteção e o Programa 1007 – Defesa da Sociedade, que reúnem iniciativas estruturantes para o fortalecimento da Segurança Pública no Estado.

Entre as principais iniciativas vinculadas ao eixo destacam-se: o Aparelhamento e Modernização das Unidades de Segurança Pública (10012); a Estruturação, Operacionalização e Modernização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública (10096); o Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública (10133); a Gestão do Ingresso, da Valorização e da Qualificação dos Profissionais de Segurança Pública (10139); a Disponibilização de Frota para as Atividades de Segurança Pública (10075); e a Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (10174). Tais ações têm como entregas previstas unidades equipadas e estruturadas, frota disponível, sistemas modernizados e profissionais mais capacitados. Além disso, o plano contempla a modernização do Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor, com ações preventivas e repressivas qualificadas.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública desenvolve essas iniciativas de forma alinhada ao seu Planejamento Estratégico Institucional, com o objetivo de assegurar coerência entre o planejamento setorial e o planejamento governamental de médio prazo. Tal alinhamento fortalece a articulação entre os objetivos estratégicos da Pasta e as entregas pactuadas no âmbito do PPA, permitindo maior sinergia entre recursos, metas, programas e políticas públicas. Essa abordagem favorece a racionalização de esforços, o foco nos resultados e o aperfeiçoamento da governança pública, além de qualificar a tomada de decisão institucional com base em dados e evidências.

Tanto o PPA quanto o Plano Estratégico são instrumentos que passam por monitoramento sistemático, com acompanhamento de indicadores, metas e entregas, o que garante maior transparência, controle e efetividade na execução das políticas públicas. Ao promover o alinhamento entre essas duas ferramentas de planejamento, a Secretaria reforça seu compromisso com a gestão baseada em resultados, com a integração entre planejamento e execução, e com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade goiana no campo da segurança pública.

PLANO PLURIANUAL (PPA) DO ESTADO DE GOIÁS 2024 - 2027			
Eixo Estratégico			
GOIÁS DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA			
Objetivos Governamentais			
SEGURANÇA E PROTEÇÃO		JUSTIÇA	
Programas Finalísticos			
1051 - GOIÁS DA SEGURANÇA E PROTEÇÃO		1007 - DEFESA DA SOCIEDADE	
Iniciativas			
10012 - Aparelhamento e modernização das unidades de Segurança Pública		10097 - Estruturação, operacionalização e modernização do Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor	
Entrega (Produto)		Entregas	
13520 - Unidade de Segurança Pública equipada/estruturada		Produto	Serviço
10075 - Disponibilização de frota para as atividades de Segurança Pública		19042 - Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor estruturado, operacionalizado e modernizado	19006 - Ação preventiva e repressiva de Proteção ao Consumidor realizada
Entrega (Produto)			
19005 - Frota disponibilizada para as atividades de Segurança Pública			
10096 - Estruturação, operacionalização e modernização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública			
Entrega (Produto)			
19023 - Sistema de Inteligência de Segurança Pública estruturado, operacionalizado e modernizado			
10133 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública			
Entrega (Produto)			
19063 - Sistema de Segurança Pública Fortalecido			
Entrega (Serviços)			
19024 - Laudo Médico-Legal emitido	19062 - Laudo Pericial Criminal emitido		
10139 - Gestão do ingresso, da valorização e da qualificação de profissionais de Segurança Pública			
Entrega (Produto)			
19064 - Profissional de Segurança Pública ingresso, valorizado e qualificado			
10174 - Melhoria da infraestrutura das unidades de Segurança Pública			
Entrega (Produto)			
19082 - Unidade de Segurança Pública construída, reformada ou ampliada			

Alinhamentos de longo prazo

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2030



A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental, por meio da mobilização de governos, empresas, sociedade civil e cidadãos para trabalharem juntos na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para todas as pessoas até o ano de 2030. A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados também como referência por países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, e incluem metas fortemente interligadas quando se trata da promoção da Segurança Pública, com destaque para o ODS 11 - “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e o ODS 16 - “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.

O ODS 11 propõe tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o que implica em planejamento urbano que favoreça a convivência pacífica, a redução da desigualdade social e a prevenção da violência por meio de espaços públicos seguros e bem iluminados. Já o ODS 16 busca garantir sociedades pacíficas e justas, promovendo o acesso à justiça e a construção de instituições eficazes, transparentes e responsáveis, fundamentais para a confiança social e o enfrentamento da criminalidade. Entre as metas associadas à Segurança Pública estão a redução significativa de todas as formas de violência; a eliminação do abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência contra crianças; a promoção do Estado de Direito; e o combate à corrupção e ao suborno. Essas metas refletem o compromisso internacional com uma abordagem integrada da Segurança, Justiça e Governança, elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a garantia dos direitos humanos em sociedades democráticas. Quando trabalhadas em conjunto, ambientes urbanos podem se tornar mais seguros e equitativos, onde políticas integradas de Segurança Pública, Justiça Social e Desenvolvimento Urbano Sustentável se reforçam mutuamente na construção de comunidades mais harmônicas e resilientes.

O Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás 2025-2027 está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 e ao ODS 16, já que estes se relacionam diretamente com as ações desta Secretaria voltadas à prevenção da violência, à proteção dos espaços urbanos, à promoção de uma cultura de paz nas comunidades goianas, e também, aos valores incorporados na estrutura de governança da SSP, que prioriza a transparência, a integridade, o respeito aos direitos humanos e a eficiência na entrega de serviços públicos de segurança. Ao integrar esses compromissos globais ao seu planejamento estratégico, a SSP reafirma seu papel na construção de um ambiente mais seguro, justo e sustentável para toda a população de Goiás.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 2021-2030



Saiba mais em:

https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021_2030.pdf/view

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) 2021-2030, instituído pelo Decreto Federal nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, constitui diretriz estratégica do Governo Federal para orientar, ao longo de uma década, as ações de Segurança Pública em todo o território nacional. Com foco na promoção da paz social e na redução da criminalidade e da violência, o PNSPDS define metas e prioridades para os órgãos de Segurança Pública, abrangendo, entre outros objetivos, a diminuição dos índices de homicídio, feminicídio, crimes contra o patrimônio e a repressão à atuação de organizações criminosas. Prevê, ainda, a ampliação de políticas de prevenção social, de fortalecimento das capacidades institucionais e de modernização dos equipamentos e tecnologias aplicados à segurança. Nesse contexto, o PNSPDS se consolida como um marco orientador para o planejamento e a execução de políticas públicas mais eficientes, sustentáveis e alinhadas às demandas da sociedade brasileira.

O Plano também enfatiza a integração entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), o fortalecimento da gestão e da governança na área de segurança e a valorização dos profissionais do setor. Ressalta, ainda, a importância do uso de dados e evidências na formulação de políticas públicas eficazes, de modo a promover uma atuação mais qualificada, preventiva e orientada por resultados. Essa abordagem incentiva a cooperação interinstitucional, a padronização de procedimentos e a criação de indicadores de desempenho que permitam mensurar a eficácia das ações implementadas. Ao fomentar uma cultura de gestão baseada em evidências, o PNSPDS contribui para a transparência, o controle social e a legitimidade das políticas de segurança.

Em consonância com essas diretrizes, o Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás 2025-2027 reforça o compromisso do Estado com a construção de uma política pública de segurança integrada, eficiente e baseada em resultados. Esse alinhamento viabiliza a atuação articulada com os demais entes federativos, potencializando o uso de recursos, o compartilhamento de informações e a adoção de boas práticas. Além disso, fortalece a capacidade de resposta do Estado frente aos desafios locais, possibilitando intervenções mais rápidas, direcionadas e eficazes. Dessa forma, o Plano Estratégico da SSP não apenas incorpora as prioridades nacionais, como também as adapta à realidade estadual, promovendo ações voltadas à efetividade da gestão, à prevenção e repressão da criminalidade e à promoção da paz social em Goiás, assegurando a convergência entre metas estratégicas e resultados concretos para a população.

PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS 2022-2031



Saiba mais em:

Plano Estadual de Segurança Pública e
Defesa Social (PESPDS) - 2022 - 2031

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Goiás (PESPDS) 2022-2031 se configura como um instrumento estratégico para o desenvolvimento e implementação de uma política pública articulada, eficiente e fundamentada em evidências, voltada à promoção da segurança e à manutenção da ordem social no âmbito estadual. Alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) 2021-2030, instituído pelo Decreto Federal nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, e ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o PESPDS se estrutura em pilares como inteligência, integração e integridade, buscando reduzir de forma sustentável os índices de criminalidade, especialmente os crimes violentos letais e os crimes contra o patrimônio.

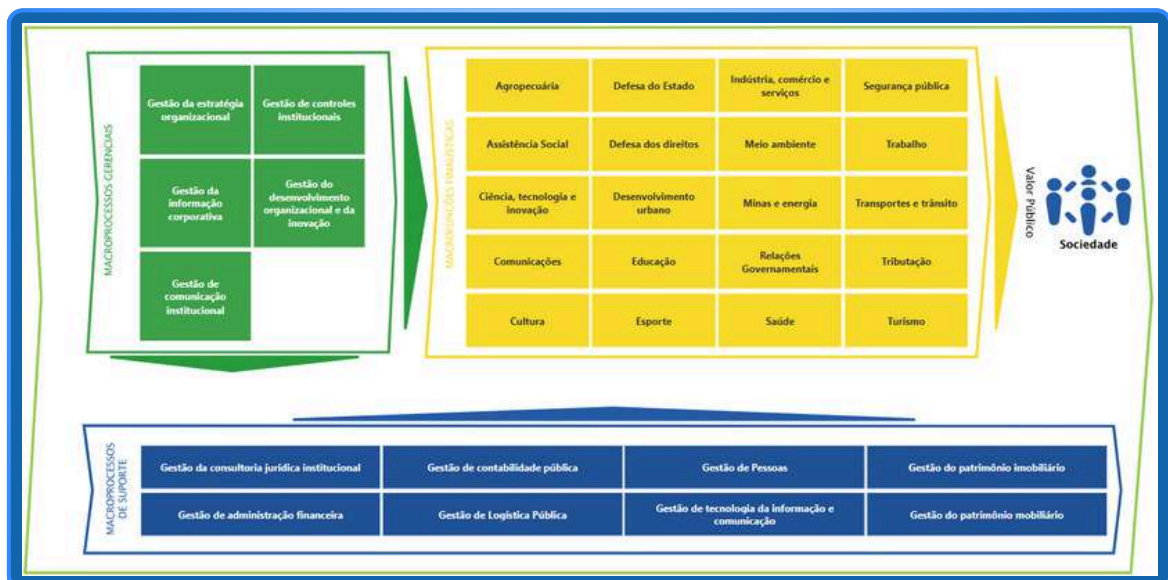
O PESPDS estabelece metas e ações estruturadas em eixos estratégicos voltados à prevenção da criminalidade e repressão qualificada, e também, ações relacionadas ao fortalecimento da governança, ao investimento em tecnologia e à capacitação profissional; à modernização institucional e à promoção da transparência; e da cooperação entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais de Segurança Pública. O documento também prevê o uso de instrumentos de gestão por resultados, reforçando o compromisso com a eficiência e a valorização dos profissionais da Segurança Pública; e ainda, o uso intensivo de dados, como a criação do Sistema de Monitoramento e Análise de Integrantes de Organizações Criminosas (SisOrcrim), um software de inteligência desenvolvido para concentrar e integrar diversas bases de dados relacionadas a informações criminais, que oferece ferramentas avançadas para análise de vínculos, perfis e mapas de monitoramento, facilitando o acompanhamento e o combate às organizações criminosas.

O Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás 2025-2027 se encontra intrinsecamente alinhado ao Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) 2022-2031, consolidando a integração entre o planejamento institucional e as diretrizes estaduais de segurança. Ressalta-se que, enquanto o PESPDS foca em metas e ações operacionais voltadas à prevenção e repressão qualificada da criminalidade, o Plano Estratégico se concentra na gestão, aprimorando processos, monitorando indicadores e promovendo a eficiência administrativa para assegurar a efetiva concretização dessas metas. Dessa forma, o alinhamento entre o Plano Estratégico e o PESPDS fortalece a coerência e a efetividade das políticas públicas de segurança, promovendo uma gestão integrada que potencializa os resultados operacionais e contribui para a redução sustentável da criminalidade no Estado de Goiás.

CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO ESTADO DE GOIÁS (CVI)

A Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás (CVI) constitui um instrumento estratégico essencial para o alinhamento das atividades institucionais às demandas da sociedade e às diretrizes governamentais. Estruturada com base na articulação entre os diversos atores da administração pública estadual, a Cadeia de Valor visa promover a integração entre os processos finalísticos, de sustentação e gerenciais, de forma a garantir a entrega de valor público com eficiência, efetividade e transparência. Ao adotar uma visão sistêmica e orientada por resultados, a Cadeia de Valor possibilita a identificação de oportunidades de melhoria, a racionalização de recursos e o fortalecimento da atuação colaborativa entre órgãos e entidades.


A Cadeia de Valor Integrada do Estado de Goiás está diretamente correlacionada ao Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública, pois fornece a estrutura lógica que orienta a formulação, a priorização e o monitoramento das ações estratégicas da instituição. Ao mapear de forma sistêmica os macroprocessos que compõem a atuação desta Secretaria, a Cadeia de Valor permite identificar com clareza os entregáveis que geram valor público à sociedade, em especial nas áreas de prevenção, repressão qualificada e proteção dos direitos fundamentais. Essa visão integrada facilita a definição de objetivos estratégicos alinhados à missão institucional e às políticas públicas de segurança, bem como o desenvolvimento de iniciativas que maximizem a eficiência operacional e a efetividade das ações. Dessa maneira, a Cadeia de Valor fortalece o planejamento estratégico ao assegurar coerência entre os recursos disponíveis, os processos institucionais e os resultados esperados, contribuindo para o alcance dos compromissos assumidos com a população goiana.





Saiba mais em: <https://goias.gov.br/seguranca/gestao-por-processos/>


Matriz de Correlação Estratégica

OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.1. ADEQUAR-SE À POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS).
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Vinculação: Promoção do fortalecimento das Forças de Segurança Pública, com foco na eficácia, integridade e transparência; contribuição para a redução da violência, criminalidade e sensação de insegurança, com políticas articuladas e baseadas em dados e evidências; reforço à governança pública, por meio de ações integradas; e, estímulo à resolução pacífica de conflitos e à proteção dos direitos humanos nas ações de segurança pública e defesa social.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção da cooperação entre as Forças de Segurança Pública, outros entes federados e instituições públicas para o cumprimento de metas comuns do PNSPDS; estímulo ao compartilhamento de informações, recursos e boas práticas, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); e, apoio ao fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais das Forças de Segurança Pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Segurança Pública</p> <p>Macroprocesso: Gestão da Segurança e Preservação da Ordem Pública</p> <p>Processo: Gerenciar Ações Integradas de Segurança Pública</p>

Objetivo Tático	Objetivo Operacional
<p>O.T.1.1. Adotar a padronização de cada Força de Segurança Pública estadual em relação à orientação da Política Nacional Segurança Pública.</p>	<p>O.Op.1.1.1. Criar e implementar Protocolo de Atuação Integrada entre os órgãos de Segurança Pública.</p>
<p> PNSPDS 2021-2030</p> <p>Ação Estratégica 1 - Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.</p> <p>Quesitos:</p> <p>h. Integrar e promover a articulação harmônica e permanente dos integrantes do Susp por meio da implementação da governança do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 e dos planos de segurança pública e defesa social dos entes federativos;</p> <p>k. Promover a cooperação e a articulação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais com vistas ao alcance das metas estabelecidas e os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.</p>	

Objetivo Tático	Objetivo Operacional
 <p>PNSPDS 2021-2030</p> <p>O.T.1.2. Aperfeiçoar as ações de apoio e coordenação estratégica para as Operações Integradas, preventivas e repressivas.</p> <p>Critério 8. Monitoramento e avaliação do plano de segurança pública e defesa social do ente federativo, com o detalhamento dos padrões de controle e dos ciclos de monitoramento alinhados cronologicamente com o ciclo de monitoramento do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.</p>	<p>O.Op.1.2.1. Realizar análise de dados estatísticos, estudos e pesquisas sobre os crimes prioritários, propondo Operações Integradas direcionadas com base no Mapa de Calor, visando à manutenção ou à redução dos índices, em conformidade com as diretrizes das reuniões de nível da SSP.</p>

Objetivo Tático	Objetivo Operacional
 <p>PNSPDS 2021-2030</p> <p>O.T. 1.3. Definir e implementar ações institucionais alinhadas para assegurar a efetividade da integração da SSP com a estrutura responsável pelas atividades finalísticas.</p> <p>Ação Estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.</p> <p>Quesito:</p> <p>g. Intensificar as operações integradas, preventivas e repressivas nas divisas dos Estados e do Distrito Federal, com foco no enfrentamento dos crimes de maior potencial ofensivo.</p>	<p>O.Op. 1.3.1. Propor Operações Integradas, a partir do planejamento, coordenação e monitoramento, com a formulação e implementação de planos, programas, projetos, atividades operacionais de inteligência desenvolvidas de forma integrada pelos órgãos de Segurança Pública.</p>

 <p>PESPDS 2022-2031</p> <p>Ação Estratégica 17 - Mapear as reais necessidades das operações e aprimorar o custeio delas; direcionar ações e recursos nas áreas diagnosticadas como críticas; aprimorar a tecnicidade das ações policiais.</p> <p>Ação Estratégica 20 - Apoiar a execução de operações integradas da Secretaria de Segurança Pública por meio de ações preventivas e repressivas articuladas com todas as Forças Policiais, com a realização de vistorias nos locais fiscalizados.</p> <p>Ação Estratégica 30 - Integração - fomentar a integração entre as forças policiais através do monitoramento das atividades operacionais e ações sociais desenvolvidas pelas forças de segurança pública e Conseg's para o desenvolvimento de ações integradas no âmbito do Estado de Goiás e entre os demais entes federativos, conforme dispõe regulamentação expedida pela Secretaria da Segurança Pública.</p> <p>Ação Estratégica 34 - Fortalecer as ações integradas dos órgãos de Segurança Pública; integrar as bases de dados com órgãos das demais esferas; fomentar a integração dos sistemas de monitoramento e comunicação crítica, compartilhando informações e banco de dados; ampliar a capacidade de monitoramento em tempo real, em todas as regiões do Estado.</p>	
--	--





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.2. FORTALECER O SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR, ESTRUTURANDO, OPERACIONALIZANDO E MODERNIZANDO O PROCON GOIÁS.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1007 - Defesa da Sociedade</p> <p>Iniciativa: 10097 - Estruturação, Operacionalização e Modernização do Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor</p> <p>Ação: 3180 - Estruturação, Operacionalização e Modernização do Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor</p> <p>Entrega (produto): 19042 - Sistema de Proteção aos Direitos do Consumidor estruturado, operacionalizado e modernizado</p> <p>Entrega (serviço): 19006 - Ação preventiva e repressiva de proteção aos direitos do consumidor realizada</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 12. Consumo e Produção responsáveis.</p> <p>Vinculação: Promoção de práticas sustentáveis de consumo, por meio da educação para o consumo consciente, fiscalização de abusos e incentivo à responsabilidade socioambiental das empresas; estímulo à transparência nas relações de mercado e ao cumprimento das normas de proteção ao consumidor; contribuição para a responsabilização de fornecedores por práticas lesivas e a redução de impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes de relações de consumo desiguais.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.</p> <p>Vinculação: Fortalecimento do PROCON GOIÁS - dedicado à defesa de direitos e à promoção da justiça, da equidade e da cidadania nas relações de consumo; ampliação do acesso à resolução de conflitos de forma célere, gratuita e eficaz, com mediação e conciliação entre consumidores e fornecedores; e, garantia de transparência, integridade e responsabilidade institucional.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação.</p> <p>Vinculação: Fomento à cooperação interinstitucional com órgãos do sistema de justiça, agências reguladoras, setor empresarial e sociedade civil; incentivo ao uso de tecnologia e inovação na gestão de processos, atendimento ao cidadão e fiscalização de direitos, ampliando a eficácia da atuação do PROCON GOIÁS; e, estímulo ao estabelecimento de parcerias para educação e conscientização do consumidor.</p>
PNSPDS 2021-2030	Sem correspondência localizada.
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Indústria, Comércio e Serviços</p> <p>Macroprocesso: Defesa da Ordem Econômica ou do Consumidor</p> <p>Processo: Gerenciar Programas Educativos de Proteção ao Consumidor</p> <p>Processo: Realizar Ações de Proteção ao Consumidor</p>





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.3. FORTALECER, ESTRUTURAR, MODERNIZAR E APERFEIÇOAR A POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>O.T.3.1.: Iniciativa: 10012 - Aparelhamento e modernização das unidades de Segurança Pública. Ação: 3178 - Estruturação de unidade de Segurança Pública. Entrega (produto): 13520 - Unidade de Segurança Pública equipada / estruturada.</p> <p>O.T.3.2.: Iniciativa: 10174 - Melhoria da Infraestrutura das unidades de Segurança Pública Ação: 3177 - Construção, reforma ou ampliação das unidades de Segurança Pública Entrega (produto): 19082 - Unidade de Segurança Pública construída, reformada ou ampliada</p> <p>O.T.3.3. / O.T. 3.4. / O.T. 3.5.: Iniciativa: 10133 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública Ação: 2352 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública Entrega (produto): 19063 - Sistema de Segurança Pública fortalecido Entrega (serviços): 19024 - Laudo Médico-legal emitido e 19062 - Laudo Pericial Criminal emitido</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 5. Igualdade de Gênero. Vinculação: Elaboração de laudos periciais em casos de violência contra a mulher; contribuição para a responsabilização de agressores e proteção de vítimas; e, apoio técnico às políticas públicas, ações e operações de enfrentamento à violência de gênero.</p> <p>ODS 10. Redução das Desigualdades. Vinculação: Garantia de tratamento igualitário na produção de provas, com base em critérios técnicos; atendimento técnico a grupos vulneráveis em casos de crimes contra minorias; e, produção de laudos que evitam injustiças e seletividade penal.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Contribuição para o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, por meio da produção de provas técnicas confiáveis; fornecimento de suporte técnico-científico essencial para a elucidação de crimes, a responsabilização de autores e a promoção da justiça; aumento da confiabilidade da atuação estatal, com base em perícias modernas, imparciais e fundamentadas em evidências; e, apoio à redução da impunidade, promovendo segurança jurídica, proteção dos direitos humanos e fortalecimento do Estado de Direito.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Fortalecimento da integração com instituições do sistema de justiça e segurança pública, como Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário; estabelecimento de parcerias com universidades, centros de pesquisa, organizações internacionais e órgãos reguladores para capacitação e intercâmbio técnico-científico; e, ampliação do acesso a financiamentos, convênios e programas de cooperação técnica voltados à qualificação dos serviços periciais.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Segurança Pública Macroprocesso: Gestão da Segurança Judiciária e Infrações Penais Processo: Gerenciar Criminalística e Medicina Legal</p>

Objetivo Tático

O.T.3.1. Modernizar o Parque Tecnológico da Superintendência de Polícia Técnico-Científica para fortalecimento da Perícia Criminal.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 9 - Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.

Quesito:

b. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades.

Objetivo Operacional

O.Op.3.1.1. Adquirir novos equipamentos e tecnologias, promovendo maior eficiência e celeridade dos serviços periciais, além de ampliar o rol de exames ofertados.

Objetivo Tático

O.T.3.2. Consolidar a infraestrutura física da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 9 - Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.

Quesitos:

b. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades;

c. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública, em especial os de perícia oficial, para a observação adequada da cadeia de custódia de vestígios;

d. Apoiar o aparelhamento dos órgãos de segurança pública por meio da cooperação federativa; e

e. Aperfeiçoar os processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública.

Objetivo Operacional

O.Op.3.2.1. Construir, reformar, ampliar ou readequar unidades de Polícia Técnico-Científica.



Objetivos Táticos

O.T.3.3. Aumentar a capacidade técnica e operacional da Medicina Legal.

O.T.3.4. Modernizar e ampliar a capacidade técnica e operacional da Perícia Criminal

Objetivos Operacionais

O.Op.3.3.1. Refatorar o Sistema de Medicina Legal, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de médicos legistas e auxiliares do quadro próprio.

O.Op.3.4.1. Refatorar o Sistema de Criminalística, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de peritos criminais e auxiliares do quadro próprio.

Ação Estratégica 6 - Qualificar e fortalecer a atividade de investigação e perícia criminal, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais.



**PNSPDS
2021-2030**

Quesitos:

- Qualificar o trabalho das polícias judiciárias por meio da otimização das atividades de coleta de provas e investigação;
- Fortalecer a comprovação da dinâmica, da autoria e da materialidade dos crimes por meio do aperfeiçoamento das atividades periciais e de polícia judiciária;
- Envidar esforços para a devida coleta e armazenamento dos perfis genéticos, em conformidade com a legislação aplicável;
- Promover ações que assegurem a integridade e a eficácia da cadeia de custódia de vestígios;
- Desenvolver e aperfeiçoar bancos de vestígios, de dados periciais e de identificação biométrica, assim como estruturar e fortalecer as redes integradas de atuação.

Objetivo Tático

O.T.3.5. Promover a formação e a capacitação continuada dos servidores policiais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Objetivo Operacional

O.Op.3.5.1. Realizar cursos de formação, incentivar e promover a participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, eventos científicos, bem como estimular a pesquisa aplicada e o compartilhamento de conhecimento intra e interinstitucional..

Ação Estratégica 10: Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.



**PNSPDS 2021-
2030**

Quesitos:

- Promover o ensino e a pesquisa no campo da segurança pública, da defesa social e de temas correlatos;
- Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública;
- Qualificar o atendimento às vítimas em situação de vulnerabilidade por meio da capacitação continuada dos profissionais de segurança pública;
- Realizar e fomentar pesquisas em inovação de produtos, equipamentos, tecnologia, métodos periciais e serviços de segurança pública, com o objetivo de certificá-los.



**PESPDS
2022-2031**

Ação Estratégica 5 - Monitorar as ações de valorização profissional, saúde do policial, qualidade de vida, apoio ao policial e sua família; Aprimorar as ações de promoção de saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, mediante divulgação dos canais de atendimento e serviços de assistência social; Estabelecer rotinas de coletas e análise dos números de vitimização e suicídio de profissionais da segurança pública.

Ação Estratégica 29 - Qualificar e fortalecer a atividade de Investigação e Perícia Criminal, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais.







OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.4. FORTALECER A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, POR MEIO DA ATUAÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DO SISPGO.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>Iniciativa: 10096 - Estruturação, operacionalização e modernização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública</p> <p>Ação: 3179 - Estruturação, operacionalização e modernização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública</p> <p>Entrega (produto): 19023 - Sistema de Inteligência de Segurança Pública estruturado, operacionalizado e modernizado.</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis. Vinculação: Aumento da segurança urbana; e, apoio ao planejamento territorial seguro e à gestão urbana integrada.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Uso da inteligência estratégica para a prevenção de crimes, desarticulação de organizações criminosas e redução da violência; fortalecimento institucional; apoio à formulação de Políticas Públicas baseadas em dados reais e diagnósticos qualificados; e, aumento da transparência e eficiência nas operações de Segurança Pública.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Integração entre os órgãos do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás; compartilhamento de informações estratégicas; estímulo à inovação e uso de tecnologia da informação para ampliar a capacidade de monitoramento, análise e tomada de decisão por parte da SSP.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Segurança Pública</p> <p>Macroprocesso: Gestão da Segurança e Preservação da Ordem Pública</p> <p>Processo: Gerenciar o Sistema de Inteligência Estadual</p>

Objetivo Tático		Objetivo Operacional
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	<p>O.T.4.1. Assegurar a padronização e integração do serviço de inteligência para áreas finalísticas.</p>	<p>O.Op.4.1.1. Realizar cursos da área de inteligência.</p>
	<p>Ação Estratégica 8 - Fortalecer a atividade de inteligência das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações.</p> <p>Quesito:</p> <p>a. Promover ações com o objetivo de dotar as instituições de segurança pública com ferramentas de inteligência modernas, padronizadas e integradas para a produção de conhecimento, em conformidade com a legislação aplicável.</p>	

Objetivo Tático

O.T.4.2. Operacionalizar o sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás - SISP/GO.

Ação Estratégica 5 - Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.

Quesito:

g. Mapear, monitorar e isolar lideranças de organizações criminosas em estabelecimentos prisionais de segurança máxima, a fim de desestruturar as organizações e impossibilitar o cometimento de crimes a partir do ambiente prisional.

Ação Estratégica 8 - Fortalecer a atividade de inteligência das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações.

Quesito:

e. Integrar os sistemas e os subsistemas de inteligência de segurança pública e promover o compartilhamento de tecnologias interagências.

Objetivo Operacional

O.Op.4.2.1. Estabelecer novos Termos de Cooperação Técnica para integrar bancos de dados adicionais aos sistemas de inteligência da SSP.

Ação Estratégica 8 - Fortalecer a atividade de inteligência das instituições de segurança pública e defesa social, por meio da atuação integrada dos órgãos do Susp, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações.

Quesitos:

c. Estimular a cooperação e o intercâmbio de informações de inteligência de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres;

f. Estimular a articulação e a cooperação entre o sistema de inteligência de segurança pública com setores de inteligência da iniciativa privada, em conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados.



**PNSPDS
2021-
2030**



Ação Estratégica 15 - Promover o fortalecimento das ações de inteligência, promover a integração das ações operacionais com outras forças policiais de forma sistematizada; elaborar e implementar controle de resultados; estabelecer indicadores e metas para alcance de taxas de elucidação de crimes; fortalecer os estudos de análise prospectiva da criminalidade.

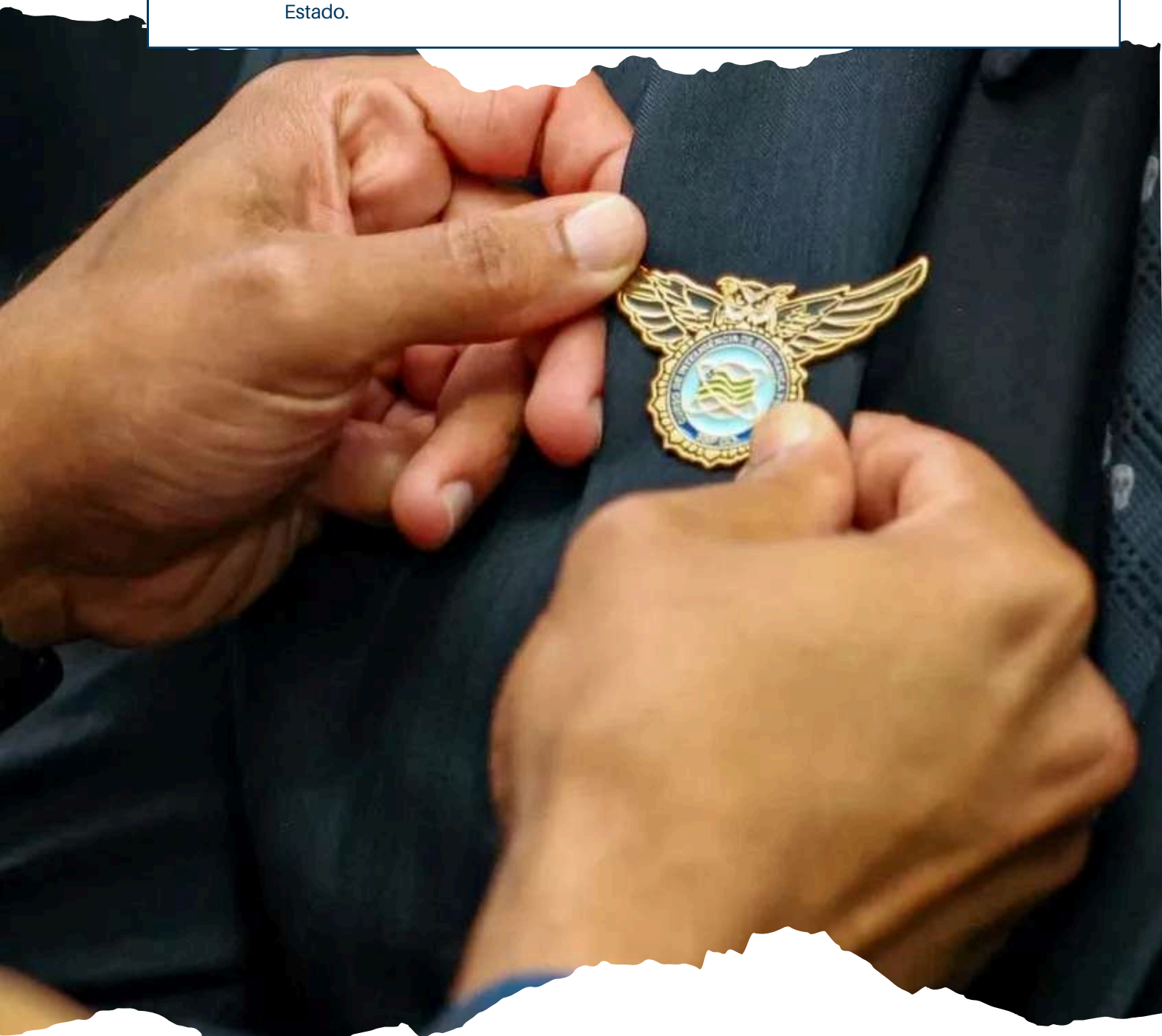


PESPDS
2022-2031


Ação Estratégica 27 - Reestruturação das atividades de inteligência da DGAP, almejando a descentralização das atividades de inteligência estabelecendo maior proximidade entre a fonte de conhecimento e o agente de Inteligência.


Ação Estratégica 32 - Manter ações relacionadas à Inteligência em Análise Sistêmica de Organizações Criminosas.

Ação Estratégica 34 - Fortalecer as ações integradas dos órgãos de Segurança Pública; integrar as bases de dados com órgãos das demais esferas; fomentar a integração dos sistemas de monitoramento e comunicação crítica, compartilhando informações e banco de dados; ampliar a capacidade de monitoramento em tempo real, em todas as regiões do Estado.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.5. INTENSIFICAR AS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO AO CRIME ORGANIZADO.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Redução dos níveis de corrupção e suborno em todas as suas formas; reforço da responsabilização e transparência nas instituições públicas; e, desarticulação de organizações criminosas.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Estreitamento de parcerias estratégicas entre órgãos de controle, segurança e justiça; e, compartilhamento de informações e tecnologias.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Segurança Pública</p> <p>Macroprocesso: Gestão da Segurança e Preservação da Ordem Pública</p> <p>Processo: Gerenciar o Combate à Corrupção e ao Crime Organizado</p>

	Objetivo Tático	Objetivo Operacional
	<p>O.T.5.1. Ampliar a capacidade técnica para análise de processamento de dados.</p>	<p>O.Op.5.1.1. Reduzir o tempo médio dos processos internos (RELINT e RELINFO) por meio da qualificação dos analistas e da aquisição de novas ferramentas.</p>
	<p>Ação Estratégica 5 - Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.</p>	
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	<p>Quesitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> c. Estimular o fortalecimento de unidades especializadas; h. Aperfeiçoar os sistemas e os meios de denúncias para o enfrentamento do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro; i. Estabelecer parcerias, por meio da atuação estatal integrada, com outros atores relacionados ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado; j. Disponibilizar recursos tecnológicos e acesso a dados com o intuito de ampliar as ferramentas de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado; e k. Fortalecer a execução de ações destinadas à desarticulação financeira de organizações criminosas. 	

 <p>PESPDs 2022-2031</p>	<p>Ação Estratégica 28 - Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.</p>
--	--






GOPE

ESTADO DE GOIÁS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.6. APRIMORAR O SISTEMA DE GOVERNANÇA MEDIANTE O FORTALECIMENTO DA CULTURA DE INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS, OUVIDORIA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.
PPA 2024 - 2027	O.Op.6.3.1. Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção Iniciativa: 10139 - Gestão do ingresso, da valorização e da qualificação de profissionais de Segurança Pública Ação: 2353 - Valorização e qualificação do profissional de Segurança Pública Entrega (produto): 19064 - Profissional de Segurança Pública ingresso, valorizado e qualificado
AGENDA 2030	ODS 10. Redução das Desigualdades. Vinculação: Ampliação dos canais de ouvidoria e participação social; e, melhoria da equidade na prestação dos serviços. ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Promoção da integridade pública e do combate à corrupção; fortalecimento institucional, com foco na ética, transparência e prestação de contas; ampliação da transparência e do acesso à informação pública; valorização da participação social; e, fortalecimento dos canais de ouvidoria e do diálogo com a população. ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Fortalecimento da governança colaborativa; compartilhamento de boas práticas, de ferramentas de controle, de mecanismos de prevenção e de gestão de riscos; e, promoção da cooperação técnica institucional.
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso Gerencial: Gestão de Controles Institucionais

Objetivos Táticos		Objetivos Operacionais
O.T.6.1. Fortalecer o Programa de Integridade e Compliance.		O.Op.6.1.1. Realizar avaliação de maturidade em práticas institucionais de integridade e compliance, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas.
O.T.6.2. Impulsionar o aperfeiçoamento contínuo da Política de Gestão de Riscos.		O.Op.6.2.1. Realizar reuniões, atividades de consultoria e avaliação, estimular a capacitação em gestão de riscos e manter a atuação ativa do Escritório Permanente de Compliance Público (EPCP).
 <p>PNSPDS 2021-2030</p> <p>Ação Estratégica 5 - Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.</p> <p>Quesitos:</p> <p>e. Atuar no fortalecimento das ouvidorias e corregedorias para o combate à corrupção nas instituições integrantes do Susp;</p> <p>h. Aperfeiçoar os sistemas e os meios de denúncias para o enfrentamento do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro.</p>		

Objetivo Tático**Objetivo Operacional**

O.T.6.3. Ampliar a atuação da Ouvidoria Setorial.

O.Op.6.3.1. Promover ações de integração entre as Forças de Segurança, por meio de reuniões com as áreas técnicas; ampliar a divulgação do trabalho da Ouvidoria pelos canais de comunicação institucionais; e fomentar a capacitação dos servidores em Ouvidoria e Transparência.

Ação Estratégica 5 - Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.

Quesitos:

- e. Atuar no fortalecimento das ouvidorias e corregedorias para o combate à corrupção nas instituições integrantes do Susp;
- h. Aperfeiçoar os sistemas e os meios de denúncias para o enfrentamento do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro.

Ação Estratégica 10 - Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.

Quesitos:

- d. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública;
- p. Ampliar as ações de capacitação dos agentes públicos nos temas relacionados ao combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.



**PNSPDS
2021-2030**

Objetivo Tático**Objetivo Operacional**

O.T.6.4. Fortalecer a integridade, transparência e participação social e as formas de interlocução com o cidadão.

O.Op.6.4.1. Promover a implementação de Ouvidorias Adjuntas nas Forças de Segurança Pública, monitorando os indicadores dessas unidades.

Ação Estratégica 1 - Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.

Quesito:

- f. Implementar formas de acompanhamento, com vistas à transparência ativa e à participação social, nos processos de execução e avaliação de alcance dos resultados das ações estratégicas, das metas e dos indicadores do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.



**PNSPDS
2021-2030**

Objetivo Tático

O.T.6.5. Viabilizar a participação efetiva da sociedade nos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGS) do Estado de Goiás.

Objetivo Operacional

O.Op.6.5.1. Incentivar a cooperação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGS) na Segurança Pública.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 1 - Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.

Quesitos:

d. Garantir a participação efetiva da sociedade nos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social;

e. Garantir a participação efetiva dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social nos processos de acompanhamento da execução e da avaliação dos resultados do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.



**PESPDS
2022-2031**

Ação Estratégica 30 - Integração - fomentar a integração entre as forças policiais através do monitoramento das atividades operacionais e ações sociais desenvolvidas pelas forças de segurança pública e Conseg's para o desenvolvimento de ações integradas no âmbito do Estado de Goiás e entre os demais entes federativos, conforme dispõe regulamentação expedida pela Secretaria da Segurança Pública.




OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.7. FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Vinculação: Promoção da confiança da sociedade na SSP; fortalecimento da legitimidade e credibilidade institucional; ampliação do acesso à informação, à prestação de contas e à escuta cidadã; e, estímulo à cultura da integridade e ética.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção da cooperação com as Forças de Segurança Pública e outros órgãos; articulação com a imprensa estadual e nacional; utilização de plataformas e tecnologias para uma comunicação institucional moderna, acessível e participativa.</p>
PNSPDS 2021- 2030	Sem correspondência localizada.
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso Gerencial: Gestão da Comunicação Institucional






OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.8. REALIZAR A GOVERNANÇA DOS PROJETOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes Vinculação: Fortalecimento da capacidade institucional para gestão e monitoramento de projetos estratégicos; garantia da transparência e da accountability na execução; ampliação da eficiência na alocação de recursos; e estímulo à cultura de resultados e à governança baseada em evidências.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação Vinculação: Estabelecimento de mecanismos de coordenação interinstitucional; promoção de parcerias técnicas e operacionais com outros órgãos públicos; compartilhamento de tecnologias e boas práticas; e integração de esforços para execução e avaliação de projetos de segurança pública.</p>
PNSPDS 2021-2030	Sem correspondência localizada.
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso Gerencial: Gestão da Estratégia Organizacional</p> <p>Processo: Gerir Governança de Projetos</p>

Objetivo Tático	Objetivo Operacional
<p>O.T.8.1. Aprimorar as rotinas de governança e gestão de programas e projetos de Segurança Pública.</p>	<p>O.Op.8.1.1. Realizar Reuniões de Governança periódicas para o monitoramento e acompanhamento dos projetos, preferencialmente por meio da Plataforma GOMAP.</p>
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	<p>Ação Estratégica 1: Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.</p> <p>Quesito:</p> <p>c. Aprimorar as rotinas de governança e gestão de planos, programas, projetos e ações de segurança pública e defesa social.</p>






OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.9. FORTALECER A GESTÃO ESTRATÉGICA.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Promoção de uma governança estratégica orientada por evidências, indicadores, metas e resultados; aprimoramento dos processos de monitoramento, avaliação e melhoria contínua; e, fortalecimento da legitimidade institucional e do compromisso com boas práticas de gestão e prestação de contas à sociedade.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção do alinhamento estratégico com outros órgãos e níveis de governo; e, fortalecimento da capacidade institucional da SSP, com inovação e formulação de estratégias de Segurança Pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso Gerencial: Gestão da Estratégia Organizacional</p> <p>Processo: Desenvolver Planejamento Institucional</p>
PESPDs 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivo Tático	Objetivo Operacional
<p>O.T.9.1. Promover a cultura de monitoramento e cumprimento do Plano Estratégico.</p> <div>  <p>PNSPDS 2021-2030</p> </div> <p>Ação Estratégica 1: Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.</p> <p>Quesito:</p> <p>g. Apoiar, tanto financeira quanto metodologicamente, a elaboração de planos estratégicos de segurança pública e defesa social dos entes federativos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), alinhados ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.</p>	<p>O.Op.9.1.1. Reformular o processo de planejamento estratégico de forma colaborativa, reavaliando prioridades e promovendo ajustes com base nos resultados monitorados, visando à melhoria contínua da gestão institucional.</p>




OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.10. FORTALECER A CULTURA DA GESTÃO POR PROCESSOS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Aprimoramento da estrutura organizacional e dos fluxos de trabalho; fortalecimento da transparência e da prestação de contas, com foco na qualidade dos serviços prestados pela SSP; aumento da eficiência administrativa e operacional; e, estímulo à melhoria contínua.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Fortalecimento da capacidade institucional e técnica, com a adoção de metodologias voltadas à inovação na gestão pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso Gerencial: Gestão do Desenvolvimento Organizacional e da Inovação</p> <p>Processo: Gerenciar Processos</p>
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.

		Objetivo Tático	Objetivo Operacional
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>		<p>O.T.10.1. Impulsionar a melhoria e otimização dos processos institucionais, garantindo maior agilidade e correção de ineficiências.</p>	<p>O.Op.10.1.1. Realizar reuniões, cursos de capacitação e atividades de consultoria e avaliação por meio da atuação ativa do Escritório Setorial de Processos (ESP)</p>
		<p>Ação Estratégica 9 - Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.</p> <p>Quesito:</p> <p>e. Aperfeiçoar os processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública.</p>	





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.II. APRIMORAR O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Fortalecimento institucional, com foco na eficiência, responsabilidade social e transparência, por meio da profissionalização do planejamento e do uso de indicadores de desempenho; estímulo à tomada de decisões baseada em evidências e resultados; aperfeiçoamento do monitoramento dos resultados das Políticas Públicas de Segurança.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção de sinergia institucional, com estímulo à integração e qualificação de informações estratégicas; e, reforço à capacidade institucional para formular, implementar e acompanhar Políticas Públicas de forma coordenada, qualificada e eficaz.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso Gerencial: Gestão da Estratégia Organizacional</p> <p>Processo: Desenvolver Planejamento Institucional</p>
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivo Tático		Objetivo Operacional
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	<p>O.T.11.1. Aperfeiçoar a estratégia institucional de monitoramento da execução do Plano Plurianual (PPA).</p>	<p>O.Op.11.1.1. Qualificar as Propostas Mensais de Monitoramento e a Prestação de Contas Setorial Anual, otimizando a coleta e a gestão das informações qualitativas e quantitativas referentes à programação e à execução física dos programas do PPA, bem como ampliando a participação das áreas meio e finalísticas nesse processo de trabalho.</p>
	<p>Ação Estratégica 1 - Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.</p>	
	<p>Quesitos:</p> <p>c. Aprimorar as rotinas de governança e gestão de planos, programas, projetos e ações de segurança pública e defesa social;</p> <p>f. Implementar formas de acompanhamento, com vistas à transparência ativa e à participação social, nos processos de execução e avaliação de alcance dos resultados das ações estratégicas, das metas e dos indicadores do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;</p>	



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.12. APRIMORAR O PROCESSO DE FUNCIONAMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Vinculação: Estímulo ao desenvolvimento profissional contínuo, ao reconhecimento do desempenho individual e coletivo e à valorização do servidor público; melhoria das condições de trabalho, com foco em produtividade, qualidade e bem-estar no ambiente institucional; e, promoção de práticas de Gestão de Pessoas alinhadas à eficiência e à valorização humana, fundamentais para a retenção de talentos e motivação da força de trabalho.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Fortalecimento institucional, com a adoção de métricas de desempenho claras e baseadas em evidências; estímulo à responsabilização, com foco na ética, qualidade dos serviços públicos e entrega de resultados; e promoção da avaliação contínua dos servidores, promovendo justiça organizacional, equidade e reconhecimento do mérito.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Estabelecimento de parcerias com outros órgãos, e com instituições de ensino, pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento de metodologias de avaliação de desempenho; e, reforço à capacidade institucional da SSP para implementar ferramentas modernas de governança e controle de resultados.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Pessoas Processo: Administrar Pessoal
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.
PNSPDS 2021-2030	Sem correspondência localizada.





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.13. APRIMORAR A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA, POR MEIO DA PADRONIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis. Vinculação: Produção e o uso de indicadores de criminalidade territorializados, que contribuem para o planejamento urbano mais seguro, resiliente e inteligente; e, apoio à gestão integrada da segurança urbana, com base em dados concretos e diagnósticos qualificados que orientam ações preventivas e corretivas.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Promoção da transparência institucional e do acesso à informação confiável, ao produzir e divulgar dados estatísticos de forma padronizada e qualificada; contribuição para o fortalecimento da gestão pública com decisões mais eficazes na prevenção e repressão à criminalidade; e, apoio à formulação de Políticas Públicas mais assertivas, eficazes e alinhadas à realidade territorial do Estado de Goiás.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Incentivo à integração de dados entre os diversos órgãos do Sistema de Segurança Pública, promovendo cooperação técnica e interoperabilidade de sistemas; e, estímulo ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e análise de dados como ferramentas para o aprimoramento da gestão pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macrofunção: Segurança Pública</p> <p>Macroprocesso: Gestão do Policiamento Ostensivo e Judiciário</p> <p>Processo: Monitorar a Gestão do Policiamento Ostensivo e Judiciário</p>



Objetivo Tático

O.T.13.1. Padronizar, integrar, coletar e consolidar dados e informações de interesse da Segurança Pública, visando o tratamento, análise e divulgação estatística para produção de conhecimento.

Objetivo Operacional

O.Op.13.1.1. Revisar anualmente os parâmetros de padronização dos indicadores, atualizando o Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI), a fim de assegurar acessibilidade e tempestividade das informações, subsidiando as ações preventivas e repressivas em Segurança Pública.



PNSPDS
2021-2030

Ação Estratégica 7 - Padronizar tecnologicamente e integrar as bases de dados sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise.

Quesito:

a. Padronizar, integrar, coletar e consolidar dados e informações de interesse da segurança pública e defesa social, para o tratamento, a análise e a divulgação estatística.



PESPDS
2022-2031

Ação Estratégica 15 - Promover o fortalecimento das ações de inteligência; promover a integração das ações operacionais com outras Forças Policiais de forma sistematizada; elaborar e implementar controle de resultados; estabelecer indicados e metas para alcance de taxas de elucidação de crimes; fortalecer os estudos de análise prospectiva da criminalidade.

Ação Estratégica 33 - Capacitar agentes de segurança pública responsáveis por planejamento operacional em Análise Criminal.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.14. APRIMORAR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>Iniciativa: 10139 - Gestão do ingresso, da valorização e da qualificação de profissionais de Segurança Pública</p> <p>Ação: 2353 - Valorização e qualificação do profissional de Segurança Pública</p> <p>Entrega (produto): 19064 - Profissional de Segurança Pública ingresso, valorizado e qualificado</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 4. Educação de Qualidade.</p> <p>Vinculação: Incentivo à formação continuada dos profissionais da Segurança Pública, com base em pesquisa aplicada e boas práticas; promoção da educação técnica e científica voltada à realidade da Segurança Pública, com apoio à qualificação dos servidores e gestores públicos; e, valorização do acesso ao conhecimento, à capacitação técnica e à atualização profissional, elementos essenciais para uma gestão moderna e eficaz.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.</p> <p>Vinculação: Estimulo à produção de conhecimento técnico-científico aplicado à segurança, apoiando ações mais precisas de prevenção e enfrentamento à violência, além, do aprimoramento da gestão da Segurança Pública.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação.</p> <p>Vinculação: Estimulo às parcerias com instituições acadêmicas e centros de pesquisa, para geração e uso de conhecimento científico aplicado; e, apoio à inovação institucional, promovendo o uso de tecnologia e metodologias científicas na gestão da Segurança Pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Pessoas</p> <p>Processo: Capacitar Pessoal</p>



Objetivos Táticos

O.T.14.1. Estimular a participação dos servidores da SSP na produção científica voltada ao aprimoramento das áreas meio e finalísticas.

O.T.14.2. Estruturar parcerias com instituições públicas e privadas para incentivar pesquisas, aprimorar o ensino e produzir conhecimento para apoiar as atividades meio e finalísticas.

Objetivo Operacional

O.Op.14.1.1. Realizar, no mínimo, duas edições de cursos de especialização *lato sensu*, com ênfase em gestão e integração, bem como estimular a produção científica por meio da elaboração de artigos no âmbito da Segurança Pública.

O.Op.14.2.1. Firmar parcerias com instituições de ensino superior (IES) para promover o intercâmbio acadêmico, a troca de experiências e boas práticas aplicáveis às áreas de gestão, bem como incentivar a pesquisa e a produção técnico-científica por meio de ações acadêmicas em nível *stricto sensu*, com foco nas atividades meio e finalísticas no âmbito da Segurança Pública.

Ação Estratégica 10 - Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.



**PNSPDS
2021-2030**

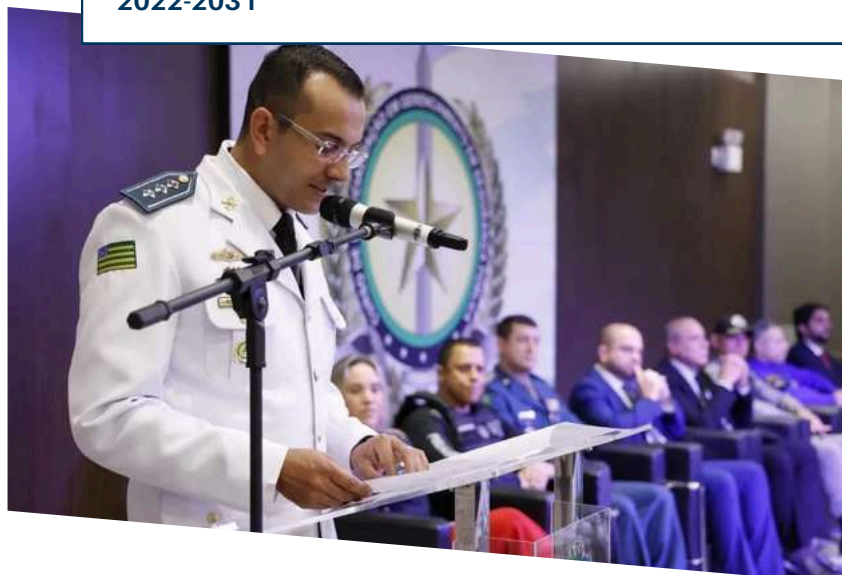
Quesitos:

- b. Desenvolver ensino, pesquisa e outros eventos de aprendizagem destinados à qualificação em governança e gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social;
- c. Financiar a implementação de políticas com vistas à qualificação e à valorização dos profissionais de segurança pública por meio da transferência de recursos federais na modalidade fundo a fundo;
- d. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública.



**PESPDS
2022-2031**

Ação Estratégica 33 - Capacitar agentes de segurança pública responsáveis por planejamento operacional em Análise Criminal.



CEGESP-2025





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.15. ELEVAR O NÍVEL DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>Iniciativa: 10139 - Gestão do ingresso, da valorização e da qualificação de profissionais de Segurança Pública</p> <p>Ação: 2353 - Valorização e qualificação do profissional de Segurança Pública</p> <p>Entrega (produto): 19064 - Profissional de Segurança Pública ingresso, valorizado e qualificado</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 4. Educação de Qualidade.</p> <p>Vinculação: Promoção da formação continuada e especializada dos profissionais da Segurança Pública, com foco em competências técnicas, operacionais e científicas; e, estímulo ao desenvolvimento de pesquisa aplicada à realidade da Segurança Pública do Estado de Goiás.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.</p> <p>Vinculação: Fortalecimento institucional, por meio de profissionais mais capacitados, éticos e tecnicamente preparados; estímulo à adoção de boas práticas baseadas em conhecimento científico; e, garantia de maior efetividade, integridade e responsabilidade na execução das funções públicas, por meio de conhecimento qualificado; e, incentivo à criação de programas interinstitucionais de desenvolvimento científico, bem como o intercâmbio de conhecimento e experiências; e, promoção da ciência, tecnologia e inovação como pilares do aperfeiçoamento da Segurança Pública de Goiás.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação.</p> <p>Vinculação: Estímulo às parcerias com instituições de ensino superior e centros de pesquisa, para pesquisa e inovação; e, apoio à inovação institucional, promovendo o uso de tecnologia e metodologias científicas na gestão da Segurança Pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Pessoas</p> <p>Processo: Capacitar Pessoal</p>



Objetivos Táticos

O.T.15.1. Oferecer cursos de capacitação e atualização voltados aos servidores da SSP, com foco no aprimoramento das competências nas áreas de gestão.

O.T.15.2. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada para as áreas meio e finalísticas, em conformidade com a Matriz Curricular Nacional.

Objetivo Operacional

O.Op.15.1.1. Realizar o curso "Gestão por Processos com Foco na Segurança Pública" (GP/SSP).

O.Op.15.2.1. Realizar, no mínimo, três ciclos anuais de capacitações disponíveis na Plataforma da Rede de Ensino a Distância (EaD) da Coordenadoria de Ensino (COE), por meio dos cursos já ofertados e de novos cursos a serem criados, em modalidade a distância, no âmbito da Segurança Pública.

Ação Estratégica 10 - Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.



PNSPDS
2021-2030

Quesitos:

- b. Desenvolver ensino, pesquisa e outros eventos de aprendizagem destinados à qualificação em governança e gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social;
- c. Financiar a implementação de políticas com vistas à qualificação e à valorização dos profissionais de segurança pública por meio da transferência de recursos federais na modalidade fundo a fundo;
- d. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública.



PESPDS
2022-2031

Ação Estratégica 33 - Capacitar agentes de segurança pública responsáveis por planejamento operacional em Análise Criminal.





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.16. IMPLEMENTAR E APERFEIÇOAR DISPOSITIVOS QUE FAVOREÇAM A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>Iniciativa: 10139 - Gestão do ingresso, da valorização e da qualificação de profissionais de Segurança Pública</p> <p>Ação: 2353 - Valorização e qualificação do profissional de Segurança Pública</p> <p>Entrega (produto): 19064 - Profissional de Segurança Pública ingresso, valorizado e qualificado</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 3. Saúde e Bem-Estar.</p> <p>Vinculação: Apoio ao desenvolvimento de Políticas de Promoção da Saúde Mental e Física dos profissionais da Segurança Pública; desenvolvimento de ações de prevenção ao estresse ocupacional, depressão, suicídio e doenças laborais; e, fomento à criação de Programas de Atenção Psicossocial, reabilitação e suporte multidisciplinar.</p> <p>ODS 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico.</p> <p>Vinculação: Contribuição para a melhoria das condições de trabalho e do clima organizacional; valorização dos servidores por meio de Políticas de Reconhecimento, Apoio Institucional e Gestão Humanizada; e, promoção da dignidade no exercício da função pública.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.</p> <p>Vinculação: Construção de um ambiente institucional mais humano, eficiente e responsável; e, apoio ao desenvolvimento de uma cultura institucional de acolhimento, escuta e prevenção de riscos psicossociais.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Pessoas</p> <p>Processo: Gerir Saúde e Segurança do Servidor</p>



Objetivos Táticos

O.T.16.1. Aprimorar a Política de Atenção à Saúde Mental e Física dos servidores da SSP.

O.T.16.2. Desenvolver ações voltadas à melhoria do clima organizacional.

Objetivos Operacionais

O.Op.16.1.1. Realizar palestras anuais sobre temas relacionados à saúde dos servidores.

O.Op.16.2.1. Implementar o Plano de Ação para a melhoria do clima organizacional.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 10: Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.

Quesito:

j. Fortalecer o Programa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública - Pró-vida e os demais programas relacionados à valorização desses profissionais, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos que contribuam com o aumento da qualidade de vida, saúde biopsicossocial, moradia, assistência social e proteção.



**PESPDS
2022-2031**

Ação Estratégica 5 - Monitorar as ações de valorização profissional, saúde do policial, qualidade de vida, apoio ao policial e sua família; Aprimorar as ações de promoção de saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, mediante divulgação dos canais de atendimento e serviços de assistência social; Estabelecer rotinas de coletas e análise dos números de vitimização e suicídio de profissionais da segurança pública.

Ação Estratégica 14 - Promover o incentivo às políticas públicas de prevenção ao suicídio - setembro amarelo.



www.seguranca.go.gov.br

GOV. DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO


SSP
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Estado de Goiás

PRO
CON
GOIÁS





OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.17. GARANTIR A EFICIÊNCIA NA OBTENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Garantia da eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, assegurando que as emendas parlamentares e demais fontes de financiamento sejam utilizadas de forma transparente e alinhadas aos objetivos estratégicos da SSP e das Forças de Segurança Pública; fortalecimento da capacidade institucional das Forças de Segurança Pública com a viabilização de investimentos em equipamentos, infraestrutura, tecnologia e qualificação profissional; e, contribuição para a sustentabilidade e continuidade das Políticas Públicas de Segurança.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção da articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, além de órgãos federais, visando ampliar o acesso a recursos orçamentários por meio de parcerias intergovernamentais; estabelecimento de mecanismos de cooperação técnica e financeira para fortalecer a atuação das Forças de Segurança Pública; e, desenvolvimento de capacidades institucionais para planejamento, captação e gestão eficiente de recursos, inclusive os oriundos de emendas parlamentares federais.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso Gerencial: Gestão da Estratégia Organizacional</p> <p>Processo: Programar Orçamento Institucional</p> <p>Processo de Trabalho: Acompanhar Projetos de Captação de Recursos</p>
PESPDs 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivos Táticos		Objetivos Operacionais	
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	O.T.17.1. Implementar ações para captação eficiente e progressiva de recursos para a Segurança Pública.	O.Op.17.1.1. Criar mecanismos visando orientar as Forças de Segurança Pública sobre a obtenção de recursos.	
	O.T.17.2. Garantir o acompanhamento contínuo e a aprovação eficiente das Emendas Federais destinadas às Forças de Segurança Pública.	O.Op.17.2.1. Mapear o processo e elaborar Manual de Orientação sobre as propostas de Emendas Federais.	
	Orientação aos entes federativos 3. Alinhamento do plano de segurança pública e defesa social do ente federativo com o planejamento estratégico e com o orçamento do ente federativo.		

OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.18. APERFEIÇOAR A EXECUÇÃO DOS RECURSOS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Garantia da eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, assegurando que as emendas parlamentares e demais fontes de financiamento sejam utilizadas de forma transparente e alinhadas aos objetivos estratégicos da SSP e das Forças de Segurança Pública; fortalecimento da capacidade institucional das Forças de Segurança Pública com a viabilização de investimentos em equipamentos, infraestrutura, tecnologia e qualificação profissional; e, contribuição para a sustentabilidade e continuidade das Políticas Públicas de Segurança.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção da articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, além de órgãos federais, visando ampliar o acesso a recursos orçamentários por meio de parcerias intergovernamentais; estabelecimento de mecanismos de cooperação técnica e financeira para fortalecer a atuação das Forças de Segurança Pública; e, desenvolvimento de capacidades institucionais para planejamento, captação e gestão eficiente de recursos, inclusive os oriundos de emendas parlamentares federais.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Administração Financeira</p> <p>Processo: Administrar Recursos Financeiros</p>
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.



Objetivo Tático

O.T.18.2. Otimizar a execução anual dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Objetivo Operacional

O.Op.18.2.1. Criar normativas com o objetivo de melhorar a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e capacitar os pontos focais das Forças de Segurança Pública e das Superintendências para o correto preenchimento dos Planos de Ação.

Orientação aos entes federativos 3. Alinhamento do plano de segurança pública e defesa social do ente federativo com o planejamento estratégico e com o orçamento do ente federativo.



**PNSPDS
2021-
2030**

Ação Estratégica 1 - Promover, viabilizar, executar e aprimorar ações de governança e gestão da segurança pública e defesa social do País.

Quesitos:


- b. Financiar a implementação de políticas e o fortalecimento das instituições de segurança pública e defesa social por meio de transferências de recursos federais na modalidade fundo a fundo;
- i. Racionalizar a destinação de recursos para a segurança pública por meio da adoção de critérios técnicos e da gestão por resultados;
- j. Fomentar estratégias para maior eficiência no uso dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e de outras fontes de financiamento, com subsídio à participação coletiva no debate sobre a segurança pública e defesa social.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.19. DESENVOLVER A CULTURA DE GASTOS EFICIENTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis. Vinculação: Promoção do uso responsável e sustentável dos recursos públicos, evitando desperdícios e estimulando a adoção de práticas de racionalização de despesas na gestão administrativa; incentivo ao planejamento e controle de gastos, aquisição eficiente de bens e serviços, e gestão sustentável dos contratos públicos; e, incentivo à implementação de critérios de sustentabilidade nas decisões administrativas.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Fortalecimento da efetividade e da integridade institucionais por meio de uma cultura de governança responsável e orientada a resultados; e, redução de riscos de má alocação de recursos e reforço ao compromisso com a legalidade e o interesse público.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Estímulo ao fortalecimento da capacidade institucional e técnica para gestão eficiente dos recursos; e, reforço à implementação dos ODS por meio de uma administração pública mais eficiente e sustentável.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Administração Financeira
PNSPDS 2021-2030	Sem correspondência localizada.
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.




OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.20. APERFEIÇOAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis. Vinculação: Incentivo à adoção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, promovendo práticas de aquisição que minimizem impactos ambientais, sociais e econômicos negativos; estímulo ao uso eficiente de recursos ao priorizar aquisições baseadas em planejamento, análise de risco e racionalidade de custos; e, contribuição para a modernização da gestão contratual, com foco em sustentabilidade e responsabilidade fiscal.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Fortalecimento da integridade, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, combatendo práticas ilícitas no processo de contratações públicas; melhora dos mecanismos de controle, monitoramento e avaliação de contratos públicos, contribuindo para a redução de fraudes e desperdícios; e, incentivo ao uso de ferramentas tecnológicas e procedimentos padronizados, tornando os processos mais previsíveis e auditáveis.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Promoção do fortalecimento da capacidade institucional para gestão eficiente e inovadora dos contratos públicos; estímulo à cooperação interinstitucional e o uso de boas práticas em contratações, com foco em resultados e conformidade; e, aprimoramento da gestão pública, viabilizando parcerias qualificadas com fornecedores e outras esferas de governo.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Logística Pública Processo: Gerenciar Contratações
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivo Tático		Objetivo Operacional
 PNSPDS 2021-2030	O.T.20.1. Melhorar o percentual de licitações concluídas com sucesso.	O.Op.20.1.1. Realizar oficinas de capacitação com as áreas requisitantes.
	<p>Ação Estratégica 9 - Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.</p> <p>Quesito: e. Aperfeiçoar os processos de aquisição, controle e desfazimento de produtos e materiais de segurança pública.</p>	



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.21. APERFEIÇOAR O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS ESTADUAIS.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Aumento da eficiência institucional; fortalecimento dos mecanismos de integridade e controle; e, promoção de maior transparência na gestão dos recursos públicos.</p> <p>ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação. Vinculação: Mensuração mais precisa dos resultados e impactos das políticas públicas, contribuindo para o monitoramento de indicadores de desenvolvimento sustentável.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Administração Financeira</p> <p>Processo: Administrar Recursos Financeiros</p> <p>Processo de Trabalho: Realizar Prestação de Contas dos Repasses e Transferências de Recursos</p>
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivo Tático	Objetivos Operacionais
<p>O.T.21.1. Impulsionar as análises das prestações de contas dos convênios estaduais.</p>	<p>O.Op.21.1.1. Aprimorar a análise das documentações recebidas e padronizar os relatórios técnicos.</p>
<div>  <p>PNSPDS 2021-2030</p> </div> <p>Ação Estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.</p> <p>Quesito:</p> <p>a. Desenvolver, apoiar e implementar programas e projetos destinados às ações preventivas e de salvaguarda, e conjugar esforços de setores públicos e privados, inclusive de polícia comunitária e de atuação municipal.</p>	



OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.22. ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E OTIMIZAR A APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS.
PPA 2024 - 2027	<p>Programa: Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção</p> <p>Iniciativa: 10012 - Aparelhamento e modernização das unidades de Segurança Pública.</p> <p>Ação: 3178 - Estruturação de unidade de Segurança Pública.</p> <p>Entrega (produto): 13520 - Unidade de Segurança Pública equipada / estruturada.</p> <p>Iniciativa: 10133 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública</p> <p>Ação: 2352 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública</p> <p>Entrega (produto): 19063 - Sistema de Segurança Pública fortalecido</p> <p>Entrega (serviços): 19024 - Laudo Médico-legal emitido e 19062 - Laudo Pericial Criminal emitido</p>
AGENDA 2030	<p>ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura.</p> <p>Vinculação: Fortalecimento da infraestrutura tecnológica da Segurança Pública por meio da modernização do parque tecnológico e da ampliação dos sistemas de TIC; estímulo à inovação institucional com a incorporação de soluções digitais em áreas críticas como videomonitoramento e comunicação; e, construção de uma base tecnológica resiliente, interoperável e alinhada à transformação digital do setor público.</p> <p>ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis.</p> <p>Vinculação: Melhoria da segurança urbana por meio da integração e interoperabilidade dos sistemas de videomonitoramento; e, contribuição para ambientes urbanos mais seguros ao promover respostas mais ágeis e coordenadas a eventos críticos.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes.</p> <p>Vinculação: Reforço à capacidade institucional por meio do monitoramento e da entrega eficiente de Sistemas, evitando atrasos e custos excessivos; ampliação da eficácia dos serviços de Segurança Pública com foco na integridade, transparência e gestão orientada a resultados; e, apoio à prevenção à violência e ao crime organizado por meio de ferramentas tecnológicas que ampliam a inteligência e a integração das Forças de Segurança Pública.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação



Objetivos Táticos

O.T.22.1. Promover a modernização institucional e tecnológica, visando ao melhor atendimento à população e ao desempenho adequado e seguro das áreas meio e finalísticas.

O.T.22.2. Promover a interoperabilidade dos sistemas de videomonitoramento, com vistas à modernização, à integração, à gestão, à análise e ao compartilhamento de imagens, dados e informações.

Objetivos Operacionais

O.Op.22.1.1. Realizar estudos e implantar projetos relacionados à Comunicação Crítica.

O.Op.22.2.1. Incentivar parcerias visando a disponibilização de imagens por órgãos e entidades parceiras para melhorar a efetividade das ações e operações de Segurança Pública.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 7: Padronizar tecnologicamente e integrar as bases de dados sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise.

Quesitos:

- b. Promover a modernização e a interoperabilidade dos sistemas de interesse da segurança pública e defesa social com vistas à integração, à gestão, à análise e ao compartilhamento de dados e informações;
- c. Integrar e aprimorar a base de dados entre os órgãos integrantes do SNT e os demais órgãos de segurança Pública e defesa social.





Objetivo Tático**Objetivo Operacional**

O.T.22.3. Melhorar o parque tecnológico da SSP.

O.Op.22.3.1. Substituir equipamentos obsoletos, garantindo maior desempenho e segurança nas operações.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 9: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.

Quesitos:

- Apoiar a implementação, a estruturação e a modernização de centros integrados de comando e controle ou unidades congêneres com vistas à atuação integrada nas execução de ações de segurança pública e defesa social;
- Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades.

Objetivo Tático**Objetivo Operacional**

O.T.22.4. Melhorar a eficiência dos serviços de Segurança Pública por meio da disponibilização dos sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O.Op.22.4.1. Garantir a maior Taxa de Disponibilidade possível dos Sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da SSP.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 7: Padronizar tecnologicamente e integrar as bases de dados sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise.

Quesito:

- Ampliar os mecanismos de proteção e segurança de dados.



Objetivo Tático**Objetivo Operacional**

O.T.22.5. Aperfeiçoar a gestão da entrega dos Sistemas.

O.Op.22.5.1. Monitorar a execução do planejamento de entregas de Sistemas, evitando atrasos e custos adicionais.

Ação Estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.

Quesito:

a. Desenvolver, apoiar e implementar programas e projetos destinados às ações preventivas e de salvaguarda, e conjugar esforços de setores públicos e privados, inclusive de polícia comunitária e de atuação municipal.

Ação Estratégica 5: Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas.

Quesito:

j. Disponibilizar recursos tecnológicos e acesso a dados com o intuito de ampliar as ferramentas de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado.

Ação Estratégica 7: Padronizar tecnologicamente e integrar as bases de dados sobre segurança pública entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e por meio dos dados obtidos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e de outros sistemas de interesse da segurança pública e defesa social, com o uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) para categorização e análise.

Quesitos:

a. Padronizar, integrar, coletar e consolidar dados e informações de interesse da segurança pública e defesa social, para o tratamento, a análise e a divulgação estatística;

b. Promover a modernização e a interoperabilidade dos sistemas de interesse da segurança pública e defesa social com vistas à integração, à gestão, à análise e ao compartilhamento de dados e informações.




PNSPDS
2021-2030



PESPDS
2022-2031

Ação Estratégica 34 - Fortalecer as ações integradas dos órgãos de Segurança Pública; integrar as bases de dados com órgãos das demais esferas; fomentar a integração dos sistemas de monitoramento e comunicação crítica, compartilhando informações e banco de dados; ampliar a capacidade de monitoramento em tempo real, em todas as regiões do Estado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.23. MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA..
PPA 2024 – 2027	Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção Iniciativa: 10174 - Melhoria da Infraestrutura das unidades de Segurança Pública Ação: 3177 - Construção, reforma ou ampliação das unidades de Segurança Pública Entrega (produto): 19082 - Unidade de Segurança Pública construída, reformada ou ampliada.
AGENDA 2030	<p>ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura Vinculação: Fortalecimento da infraestrutura física da Segurança Pública por meio da construção, reforma e ampliação de unidades operacionais e administrativas; modernização de instalações para garantir condições adequadas de trabalho; e incorporação de padrões construtivos que promovam eficiência, durabilidade e sustentabilidade.</p> <p>ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis Vinculação: Melhoria da segurança urbana com a construção e ampliação de unidades e centros de monitoramento; fortalecimento da presença territorial das Forças de Segurança em áreas estratégicas; e contribuição para comunidades mais seguras por meio de edificações planejadas para integração comunitária, atendimento rápido a ocorrências e outros atendimento à população.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes Vinculação: Reforço à capacidade institucional por meio da ampliação, reforma e construção de instalações que assegurem o funcionamento eficiente dos serviços de Segurança Pública; criação de ambientes físicos adequados para gestão, investigação e operação; e suporte à atuação coordenada das Forças de Segurança por meio de infraestrutura física sólida e bem distribuída.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Logística Pública.

Objetivos Táticos	Objetivos Operacionais
<p>O.T.23.1. Construir a nova sede institucional da SSP.</p> <p>O.T.23.3. Aprimorar as práticas de manutenção preventiva na infraestrutura da SSP.</p>	<p>O.Op.23.1.1. Acompanhar sistematicamente o cronograma da obra da nova sede institucional, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.</p> <p>O.Op.23.3.1. Executar ações de reforma e modernização nos prédios da SSP, com foco na manutenção preventiva, visando prolongar a vida útil das instalações e reduzir custos com correções emergenciais</p>
 <p>PNSPDS 2021-2030</p>	<p>Ação Estratégica 9: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.</p> <p>Quesito:</p> <p>b. Modernizar e equipar os órgãos de segurança pública e defesa social para o desempenho adequado de suas atividades.</p>

Objetivo Tático

O.T.23.2. Construir a academia da SSP.

Objetivo Operacional

O.T.23.2.1. Monitorar a execução da obra da academia da SSP, assegurando a conformidade técnica, a funcionalidade do espaço e o cumprimento dos prazos.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 10: Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.

Quesitos:

c. Financiar a implementação de políticas com vistas à qualificação e à valorização dos profissionais de segurança pública por meio da transferência de recursos federais na modalidade fundo a fundo;

j. Fortalecer o Programa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública - Pró-vida e os demais programas relacionados à valorização desses profissionais, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos que contribuam com o aumento da qualidade de vida, saúde biopsicossocial, moradia, assistência social e proteção.



**PESPDS
2022-2031**

Ação estratégica 5 - Monitorar as ações de valorização profissional, saúde do policial, qualidade de vida, apoio ao policial e sua família; Aprimorar as ações de promoção de saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, mediante divulgação dos canais de atendimento e serviços de assistência social; Estabelecer rotinas de coletas e análise dos números de vitimização e suicídio de profissionais da segurança pública.







OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.24. APRIMORAR A GESTÃO DA FROTA.
PPA 2024 - 2027	Programa: 1051 - Goiás da Segurança e Proteção Iniciativa: 10075 - Disponibilização de Frota para as atividades de Segurança Pública Ação: 2351 - Disponibilização de Frota para as atividades de Segurança Pública Entrega (produto): 19005 - Frota disponibilizada para as atividades de Segurança Pública
AGENDA 2030	<p>ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis. Vinculação: Contribuição para a mobilidade urbana e a segurança dos espaços públicos ao garantir o deslocamento eficiente e constante das equipes das Forças de Segurança; e, ampliação da presença preventiva da Polícia Militar em áreas urbanas e rurais, promovendo ambientes mais seguros e protegidos.</p> <p>ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis. Vinculação: Promoção do uso racional e eficiente da Frota por meio da manutenção preventiva, reduzindo desperdícios e prolongando a vida útil dos veículos; e, incentivo às práticas sustentáveis na gestão de ativos públicos, com foco em eficiência operacional e responsabilidade ambiental na renovação e descarte de veículos.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Reforço à atuação das Forças de Segurança, assegurando meios adequados para a execução de suas atividades; e, garantia de maior presença territorial, ampliando o acesso da população aos serviços de proteção e justiça.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	Macroprocesso de Suporte: Gestão de Logística Pública Processo de Trabalho: Controlar Frota de Veículos
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.



Objetivo Tático

O.T.24.1. Disponibilizar frota moderna e eficiente para as atividades de Segurança Pública.

Objetivo Operacional

O.T.24.1.1. Realizar Estudo Técnico com a finalidade de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas no período de renovação da frota locada.



**PNSPDS
2021-2030**

Ação Estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.

Quesitos:


- c. Promover a atuação padronizada dos órgãos de segurança pública e defesa social;
- d. Aprimorar as ações de prevenção e fiscalização de áreas de risco de calamidade, de incêndios, de desastres, de acidentes, com vistas à maior preservação do patrimônio, da segurança coletiva e da integridade das pessoas;
- g. Intensificar as operações integradas, preventivas e repressivas nas divisas dos Estados e do Distrito Federal, com foco no enfrentamento dos crimes de maior potencial ofensivo.







OBJETIVO ESTRATÉGICO	O.E.25. APRIMORAR A GESTÃO E A DESTINAÇÃO DE ATIVOS PROVENIENTES DE CRIMES.
PPA 2024 - 2027	Sem correspondência localizada.
AGENDA 2030	<p>ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis. Vinculação: Estímulo ao reaproveitamento de ativos com valor de uso, promovendo a economia circular e a redução de descartes inadequados; e, incentivo à destinação responsável de bens, com foco na sustentabilidade, reutilização e racionalidade na gestão patrimonial pública.</p> <p>ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes. Vinculação: Fortalecimento da recuperação e devolução de ativos; contribuição para a responsabilização efetiva por crimes, assegurando que os ativos ilícitos sejam recuperados e revertidos em benefício da sociedade; reforço à integridade, eficiência e transparência das instituições de Segurança Pública ao garantir a rastreabilidade e correta destinação dos bens apreendidos; e, apoio às ações de prevenção e combate ao crime organizado e à corrupção, desestimulando práticas ilícitas e rompendo ciclos de enriquecimento ilegal.</p>
CVI DO ESTADO DE GOIÁS	<p>Macroprocesso de Suporte: Gestão de Patrimônio Mobiliário</p> <p>Processo: Realizar Atividades de Gestão do Patrimônio Mobiliário</p> <p>Processo de Trabalho: Desfazer de Bem Móvel</p>
PESPDS 2022-2031	Sem correspondência localizada.

Objetivo Tático		Objetivo Operacional
<p>O.T.25.1. Aperfeiçoar os mecanismos de alienação de ativos provenientes da prática e do financiamento de crimes.</p> <p>O.T.25.2. Aprimorar o conjunto de ferramentas e soluções informatizadas utilizadas para a gestão de ativos.</p>		<p>O.T.25.1.1. Otimizar a gestão de bens junto à Polícia Civil e ao Poder Judiciário, com foco na ampliação da quantidade de bens leiloados e no aumento do número de leilões realizados anualmente.</p> <p>O.T.25.2.1. Implantar o Sistema de Controle de Pátio da SSP nos pátios da Polícia Civil.</p>
 <p>PNSPDS 2021-2030</p> <p>Ação Estratégica 4: Aperfeiçoar a gestão de ativos provenientes da atuação de persecução penal em casos de prática e financiamento de crimes, de atos de improbidade administrativa e de ilícitos apurados e promover a sua destinação.</p> <p>Quesitos:</p> <p>a. Aperfeiçoar os mecanismos de alienação de ativos provenientes da prática e do financiamento de crimes;</p> <p>d. Aprimorar o conjunto de ferramentas e soluções informatizadas utilizadas para a gestão de ativos.</p>		










05 PAINEL DE INDICADORES

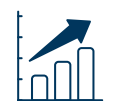













O planejamento estratégico envolve a formulação das estratégias que a organização utilizará para direcionar e fortalecer seu desempenho. Essas estratégias são desdobradas em planos de ação e metas para todas as áreas da organização, permitindo a operacionalização das estratégias de forma mensurável. A constante reavaliação e aprimoramento desse processo, com base nos resultados monitorados, assegura a eficácia e a eficiência das ações implementadas.





PALUDO, A. V.; PROCOPIUCK, M. Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo: Atlas, 2011.






Objetivo Estratégico	O.E1. Adequar-se à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).				
Objetivo Tático	O.T1.1. Adotar a padronização de cada Força de Segurança Pública Estadual em relação à orientação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).				
Objetivo Operacional	O.OP1.1.1. Criar e implementar Protocolo de Atuação Integrada entre os órgãos de Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de adesão ao Protocolo de Atuação Integrada 	(Número de Órgãos de Segurança Pública com adesão ao Protocolo de Atuação Integrada / Quantidade de Órgãos de Segurança Pública) x100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Agência Brasil Central ABC 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar 100% de adesão dos órgãos de Segurança Pública ao Protocolo de Atuação Integrada, garantindo a aplicação uniforme do PNSPDS, reduzindo erros operacionais e divergências, e estabelecendo um padrão claro de atuação.		2025	100%	Gerência de Operações Integradas da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	100%		
		2027	100%		
Objetivo Tático	O.T1.2. Aperfeiçoar as ações de apoio e coordenação estratégica para as Operações Integradas, preventivas e repressivas.				
Objetivo Operacional	O.OP1.2.1. Realizar análise de dados estatísticos, estudos e pesquisas sobre os crimes prioritários, propondo Operações Integradas direcionadas com base no Mapa de Calor, visando à manutenção ou à redução dos índices, em conformidade com as diretrizes das reuniões de nível da SSP.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Índice de Efetividade do planejamento das Operações. 	(Número de Operações executadas / Total de Operações planejadas) x100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Trimestral 	Sistema Córtes e Sistema Eletrônico de Informação (SEI) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar 100% de efetividade na execução das ações planejadas, garantindo maior eficácia das atividades de apoio e coordenação, bem como um planejamento mais ágil e estratégico das operações conjuntas.		2025	100%	Gerência de Operações Integradas da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Tático	O.T1.3. Definir e implementar ações institucionais alinhadas para assegurar a efetividade da integração da SSP com a estrutura responsável pelas atividades finalísticas.				
Objetivo Operacional	O.OP1.3.1. Propor Operações Integradas, a partir do planejamento, coordenação e monitoramento, com a formulação e implementação de planos, programas, projetos, atividades operacionais de inteligência desenvolvidas de forma integrada pelos órgãos de Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Taxa de participação dos órgãos de Segurança Pública 	(Número de órgãos que participaram das Operações / Total de órgãos previstos) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Semestral 	Sistema CórteX e Sistema Eletrônico de Informação (SEI) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar 100% de participação efetiva de todos os órgãos de Segurança Pública envolvidos, promovendo maior integração, fortalecendo a governança e garantindo transparência na atuação integrada.		2025	100%	Gerência de Operações Integradas da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Estratégico	O.E2. Fortalecer o Sistema Estadual de Proteção aos Direitos do Consumidor, estruturando, operacionalizando e modernizando o PROCON GOIÁS.				
Objetivo Tático	O.T2.1. Coordenar e executar a Política Estadual de Defesa do Consumidor, com ênfase na educação para o consumo.				
Objetivo Operacional	O.OP2.1.1. Realizar ações pedagógicas (cursos, palestras e entrega de materiais informativos e educativos) com a finalidade de orientar consumidores, fornecedores, PROCONs municipais e demais órgãos/entidades parceiras.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Ações educativas promovidas 	Somatório das ações educativas realizadas para consumidores, fornecedores, PROCONs municipais e demais órgãos/entidades parceiras	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Semestral 	Controle interno da Escola Estadual de Defesa do Consumidor (EEDC) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, no triênio 2025–2027, no mínimo 36 ações educativas destinadas a consumidores, fornecedores, PROCONs municipais e demais órgãos ou entidades parceiras.		2025	≥ 08	Escola Estadual de Defesa do Consumidor da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON GOIÁS)	
		2026	≥ 12		
		2027	≥ 16		






Objetivo Tático	O.T2.2. Promover a capacitação contínua dos servidores do PROCON GOIÁS, com foco na proteção e defesa dos direitos do consumidor.				
Objetivo Operacional	O.OP2.2.1. Realizar cursos, palestras e oficinas de capacitação e atualização para os servidores, incentivando também a participação nas capacitações oferecidas pela Escola de Governo (EGOV), pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e por outras instituições de ensino.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Servidores do PROCON GOIÁS capacitados 	Quantidade de servidores do PROCON Goiás capacitados em cursos de proteção e defesa dos direitos do consumidor e demais capacitações necessárias ao exercício de suas atividades	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Registros da EEDC, EGOV, SENACON, ENAP e de outras instituições de ensino responsáveis pela capacitação. 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar, no triênio 2025-2027, a capacitação de, no mínimo, 155 servidores do PROCON GOIÁS em cursos voltados à proteção e defesa dos direitos do consumidor.		2025	≥ 40	Escola Estadual de Defesa do Consumidor da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON GOIÁS)	
		2026	≥ 50		
		2027	≥ 65		
Objetivo Tático	O.T2.3. Ampliar o atendimento aos consumidores, de forma presencial e remota, abrangendo desde as orientações iniciais até a fase de resolução de conflitos nas relações de consumo.				
Objetivo Operacional	O.OP2.3.1. Aprimorar os canais de atendimento, ampliando as equipes, implementando o Sistema ProGO e promovendo a capacitação técnica contínua dos servidores.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Atendimentos realizados 	Quantidade de atendimentos, incluindo reclamações, denúncias, cálculos e dúvidas/consultas, efetuados de forma presencial, pelo PROCON Web e pelo 151	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Diária 	Controle interno da Gerência de Atendimento e do Vapt Vupt 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Aumentar em, no mínimo, 5% ao ano o número de consumidores atendidos pelo PROCON Goiás, ampliando sua capacidade de atendimento.		2025	≥ 43.000	Gerência de Atendimento ao Consumidor da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON GOIÁS)	
		2026	≥ 45.150		
		2027	≥ 47.408		






Objetivo Tático	O.T2.4. Expandir a atuação da fiscalização em todo o território estadual.				
Objetivo Operacional	O.OP2.4.1. Ampliar a capacidade fiscalizatória por meio do aumento do efetivo, da implementação do Sistema ProGO e da expansão do raio de atuação, incluindo ações noturnas.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Fiscalizações realizadas 	Quantidade de fiscalizações realizadas em estabelecimentos comerciais de todo o Estado	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Diária 	Controle interno da Gerência de Fiscalização 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Desenvolver, no triênio 2025-2027, no mínimo 10.600 ações de fiscalização em todo o Estado, ampliando a capacidade fiscalizatória, com crescimento anual de 4,4% em 2026 e 2,8% em 2027.		2025	≥ 3.400	Gerência de Fiscalização da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON GOIÁS)	
		2026	≥ 3.550		
		2027	≥ 3.650		





Objetivo Estratégico	O.E3. Fortalecer, estruturar, modernizar e aperfeiçoar a Polícia Técnico-Científica.				
Objetivo Tático	O.T3.1. Modernizar o parque tecnológico da Superintendência de Polícia Técnico-Científica para fortalecimento da Perícia Criminal.				
Objetivo Operacional	O.OP3.1.1. Adquirir novos equipamentos e tecnologias, promovendo maior eficiência e celeridade dos serviços periciais, além de ampliar o rol de exames ofertados.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de equipamentos periciais / tecnologias modernizados e/ou adquiridos. 	(Número de equipamentos modernizados e/ou adquiridos / Total de aquisições planejadas para o ano) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Patrimônio Móvel - SPM (Relatório de Gestão) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Modernizar, pelo menos, 30% dos equipamentos da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, até 2027.		2025	≥ 10%	Gerência de Suporte Operacional da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)	
		2026	≥ 10%		
		2027	≥ 10%		




Objetivo Tático	O.T3.2. Consolidar a infraestrutura física da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.				
Objetivo Operacional	O.OP3.2.1. Construir, reformar, ampliar ou readequar unidades de Polícia Técnico-Científica.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Número de unidades construídas, reformadas, ampliadas ou readequadas 	Número de unidades da SPTC construídas, reformadas, ampliadas ou readequadas	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Patrimônio Imóvel - SPMI (Relatório de Gestão) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Construir, reformar, ampliar ou readequar pelo menos 5 unidades até 2027.		2025	≥ 01	Gerência de Suporte Operacional da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)	
		2026	≥ 02		
		2027	≥ 02		











Objetivo Tático	O.T3.3. Aumentar a capacidade técnica e operacional da Medicina Legal.				
Objetivo Operacional	O.OP3.3.1. Refatorar o Sistema de Medicina Legal, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de médicos legistas e auxiliares do quadro próprio.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de Laudos Médico-Legais emitidos 	(Número de Laudos Médico-Legais / Total de Requisições) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter o índice de Laudos Médico-Legais emitidos em, no mínimo, 95% ao ano, contribuindo para a melhoria quantitativa e qualitativa dos laudos.		2025	≥ 95%	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (Assessoria de Estatística)	
		2026	≥ 95%		
		2027	≥ 95%		

Objetivo Tático	O.T3.4. Modernizar e ampliar a capacidade técnica e operacional da Perícia Criminal.				
Objetivo Operacional	O.OP3.4.1. Refatorar o Sistema de Criminalística, aperfeiçoar a metodologia de realização dos exames e ampliar o quantitativo de peritos criminais e auxiliares do quadro próprio.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de Laudos de Perícia Criminal emitidos 	(Número de Laudos de Perícia Criminal / Total de Requisições) x 100.	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter o índice percentual em, no mínimo, 80% ao ano, assegurando a eficiência e a agilidade na emissão de Laudos Periciais.		2025	≥80%	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (Assessoria de Estatística)	
		2026	≥80%		
		2027	≥80%		

Objetivo Tático	O.T3.5. Promover a formação e a capacitação continuada dos servidores policiais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.				
Objetivo Operacional	O.OP3.5.1. Realizar cursos de formação, incentivar e promover a participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento, eventos científicos, bem como estimular a pesquisa aplicada e o compartilhamento de conhecimento intra e interinstitucional.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de servidores policiais capacitados 	(Número de servidores policiais capacitados em cada curso realizado / Total de servidores policiais) × 100.	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Capacitar, até 2027, pelo menos 70% dos servidores policiais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.		2025	≥ 30%	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (Coordenadoria de Ensino)	
		2026	≥ 20%		
		2027	≥ 20%		











Objetivo Estratégico	O.E4. Fortalecer a atividade de Inteligência das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da atuação integrada dos Órgãos do SISP/GO.				
Objetivo Tático	O.T4.1. Assegurar a padronização e integração do serviço de inteligência para áreas finalísticas.				
Objetivo Operacional	O.OP4.1.1. Realizar cursos da área de inteligência.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Profissionais de Inteligência qualificados 	Número de profissionais de Inteligência qualificados ao ano.	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Contraineligência Estratégica 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Qualificar, atualizar e formar, anualmente, no mínimo 200 profissionais de inteligência, assegurando a qualidade dos serviços por meio da capacitação contínua.		2025	≥ 200	Gerência de Contraineligência Estratégica da Superintendência de Inteligência Integrada (SII)	
		2026	≥ 200		
		2027	≥ 200		

Objetivo Tático	O.T4.2. Operacionalizar o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás - SISP/GO.				
Objetivo Operacional	O.OP4.2.1. Estabelecer novos Termos de Cooperação Técnica para integrar bancos de dados adicionais aos sistemas de inteligência da SSP.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Termos de Cooperação Técnica estabelecidos 	Quantidade de novos Termos de Cooperação Técnica estabelecidos ao ano.	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Monitoramento interno apresentado em Relatório de Gestão Anual
Resultado-chave			Meta por ano		
Estabelecer, no mínimo, 3 Termos de Cooperação Técnica ao ano para fortalecer as atividades de inteligência mediante a plena integração do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás (SISP/GO), promovendo o compartilhamento eficaz de tecnologias e informações entre as agências, melhorando o acesso a dados estratégicos, elevando a qualidade, a capacidade de análise e o processamento das informações, e potencializando a tomada de decisões assertivas no enfrentamento e na prevenção à criminalidade.			2025	≥ 03	
			2026	≥ 03	
			2027	≥ 03	
			Unidade responsável		
			Gerência de Contraineligência Estratégica da Superintendência de Inteligência Integrada (SII)		


Objetivo Estratégico	O.E5. Intensificar as ações de combate à corrupção e ao crime organizado.				
Objetivo Tático	O.T5.1. Ampliar a capacidade técnica para análise de processamento de dados.				
Objetivo Operacional	5.1.1. Reduzir o tempo médio dos processos internos (RELINT e RELINFO) por meio da qualificação dos analistas e da aquisição de novas ferramentas.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
<div>Percentual de redução de prazos de Relatórios</div> <div></div>	(Prazo estabelecido – Prazo efetivo de conclusão / Prazo estabelecido) x 100	<div>Percentual (%)</div> <div></div>	<div>Quanto Menor-Melhor</div> <div></div>	<div>Anual</div> <div></div>	<div>Controle interno da Gerência de Operações de Inteligência</div> <div></div>
Resultado-chave		Meta de redução anual		Unidade responsável	
Reduzir, em pelo menos 10% ao ano, o prazo de elaboração de relatórios de inteligência e informação, por meio da ampliação da capacidade técnica na análise e no processamento de dados.		2025	≥ 10% (vs. 2024)		Gerência de Operações de Inteligência da Superintendência de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (SCCCO)
		2026	≥ 10% (vs. 2025)		
		2027	≥ 10% (vs. 2026)		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
<div>Capacitações realizadas</div> <div></div>	(Número de capacitações realizadas / total de capacitações planejadas ao ano) x 100	<div>Percentual (%)</div> <div></div>	<div>Quanto Maior-Melhor</div> <div></div>	<div>Anual</div> <div></div>	<div>Controle interno da Gerência de Operações de Inteligência</div> <div></div>
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Executar o cronograma anual de capacitações planejadas, conforme a meta estabelecida, aprimorando a qualificação dos analistas.		2025	≥ 80%		Gerência de Operações de Inteligência da Superintendência de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (SCCCO)
		2026	≥ 90%		
		2027	100%		





Objetivo Estratégico	O.E6. Aprimorar o Sistema de Governança mediante o fortalecimento da cultura de Integridade, Gestão de Riscos, Ouvidoria, Transparência e Participação Social.				
Objetivo Tático	O.T6.1. Fortalecer o Programa de Integridade e Compliance.				
Objetivo Operacional	O.OP6.1.1. Realizar avaliação de maturidade em práticas institucionais de integridade e compliance, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Índice de Maturidade Institucional (Integridade e Compliance) 	IMI-IC (%) = (Pontos obtidos / Pontuação máxima) × 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Pesquisa Institucional 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Mensurar o IMI-IC, identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas para fortalecer a cultura de integridade e compliance, mantendo o índice de maturidade acima de 80% anualmente.		2025	≥ 80%	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 80%		
		2027	≥ 80%		
















Objetivo Tático	O.T6.2. Impulsionar o aperfeiçoamento contínuo da Política de Gestão de Riscos.				
Objetivo Operacional	O.OP6.2.1. Realizar reuniões, atividades de consultoria e avaliação, estimular a capacitação em gestão de riscos e manter a atuação ativa do Escritório Permanente de Compliance Público (EPCP).				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Atividades de consultoria e avaliação realizadas 	Número de consultorias e avaliações em gestão de riscos realizadas	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Agenda de Atividades (EPCP) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, anualmente, no mínimo 24 atividades de consultoria e avaliação em gestão de riscos junto ao Comitê Setorial e proprietários de riscos, assegurando o funcionamento ativo do EPCP e garantindo que a gestão de riscos seja um processo dinâmico e de aprimoramento contínuo.		2025	≥ 24	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 24		
		2027	≥ 24		

Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Riscos mitigados 	Número de riscos declarados mitigados (riscos que não se materializaram ou cuja análise de custo-benefício, nos últimos três quadrimestres, indicou que não se justifica manter o monitoramento do risco, conforme validação da Alta Gestão)	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Matriz de Riscos da SSP 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Mitigar, até 2027, ao menos um risco por unidade integrante da Política de Gestão de Riscos (52 unidades), estimulando a adoção de estratégias que confirmam maior efetividade e considerando como mitigados aqueles que não se materializaram ou cuja análise de custo-benefício indicou que não se justifica manter o monitoramento, conforme validação da Alta Gestão.		2025	≥ 10	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 20		
		2027	≥ 22		
Indicador 3	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Titulares de unidades básicas e complementares capacitados em Gestão de Riscos 	$\frac{\text{(Número de titulares de unidades básicas e complementares capacitados em Gestão de Riscos)}}{\text{Total de Titulares de unidades)} \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Planejamento Institucional 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar, anualmente, o percentual mínimo de 94,23% (49 de 52) de titulares de unidades básicas e complementares capacitados em Gestão de Riscos.		2025	≥ 94,23%	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 94,23%		
		2027	≥ 94,23%		






Objetivo Tático	O.T6.3. Ampliar a atuação da Ouvidoria Setorial.				
Objetivo Operacional	O.OP6.3.1. Promover ações de integração entre as Forças de Segurança, por meio de reuniões com as áreas técnicas; ampliar a divulgação do trabalho da Ouvidoria pelos canais de comunicação institucionais; e fomentar a capacitação dos servidores em Ouvidoria e Transparência.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Servidores capacitados 	Número de servidores capacitados nos cursos "Ouvidoria Pública - o que você tem a ver com isso?" e "Governo Aberto e Participação Cidadã"	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle da Escola de Governo - EGOV 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Capacitar, anualmente, no mínimo, 5 servidores nos cursos "Ouvidoria Pública - o que você tem a ver com isso?" e "Governo Aberto e Participação Cidadã".		2025	≥ 05	Ouvidoria Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 05		
		2027	≥ 05		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Nível de efetividade das ações da Ouvidoria Setorial da SSP 	Média ponderada dos índices de efetividade das manifestações registradas no Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGOe) do Estado de Goiás	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Quadrimestral 	BI do Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGOe) do Estado de Goiás 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar índice mínimo de 85% no Nível de Efetividade da Ouvidoria Setorial da SSP, conforme cálculo e avaliação da CGE no Prêmio de Maturidade dos Níveis 2 e 3 do Programa de Compliance Público de Ouvidorias, com tendência de melhoria contínua a cada exercício.		2025	≥ 85%	Ouvidoria Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 90%		
		2027	≥ 95%		

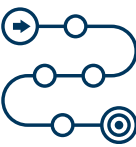



Objetivo Tático	O.T6.4. Fortalecer a integridade, transparência e participação social e as formas de interlocução com o cidadão.				
Objetivo Operacional	O.OP6.4.1. Promover a implementação de Ouvidorias Adjuntas nas Forças de Segurança Pública, monitorando os indicadores dessas unidades.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Manifestações recebidas pelo Sistema de Ouvidoria 	Somatório do número de manifestações recebidas pelo Sistema de Ouvidoria	Número absoluto (Nº) 	Quanto Menor-Melhor 	Quadrimestral 	BI do Sistema de Gestão da Ouvidoria 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Reduzir, em 5% ao ano, o número de reclamações e denúncias no canal de manifestações do Sistema de Ouvidoria, de modo que, ao final do triênio, o total não ultrapasse 5.245 participações.		2025	≤ 1.834	Ouvidoria Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≤ 1.747		
		2027	≤ 1.664		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de manifestações finalizadas com mais de 30 dias 	$\frac{\text{(Quantidade de manifestações finalizadas com mais de 30 dias)}}{\text{Total de manifestações}} \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Menor-Melhor 	Quadrimestral 	BI do Sistema de Gestão da Ouvidoria 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter, em cada exercício, o percentual de manifestações finalizadas em prazo superior a 30 dias igual ou inferior a 1%.		2025	≤ 1%	Ouvidoria Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≤ 1%		
		2027	≤ 1%		
Indicador 3	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Respostas insatisfatórias e recursos 	Quantidade de respostas insatisfatórias e recursos registrados, considerando o total de manifestações finalizadas.	Número absoluto (Nº) 	Quanto Menor-Melhor 	Mensal 	BI do Sistema de Gestão da Ouvidoria 
Resultado-chave		Meta de redução anual		Unidade responsável	
Reduzir em 10% ao ano o número de respostas insatisfatórias e recursos registrados, considerando o total de manifestações finalizadas.		2025	≤ 40	Ouvidoria Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≤ 35		
		2027	≤ 30		





Objetivo Tático	O.T6.5. Viabilizar a participação efetiva da sociedade nos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGs) do Estado de Goiás.				
Objetivo Operacional	O.OP6.5.1. Incentivar a cooperação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social (CONSEGs) na Segurança Pública.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
CONSEGs constituídos e mantidos no Estado 	Total de CONSEGs constituídos e mantidos ativos no exercício anual	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Relatório Anual dos CONSEGs e banco de dados da Gerência de Articulação e Ações Integradas de Prevenção à Violência
Resultado-chave		Meta de ampliação anual		Unidade responsável	
Aumentar 3% ao ano o número de CONSEGs em relação ao ano de 2024, que totalizou 169 Conselhos, ampliando e garantindo o envolvimento da população nas políticas públicas de segurança em todas as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs).		2025	≥ 174	Gerência de Articulação e Ações Integradas de Prevenção à Violência da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	≥ 179		
		2027	≥ 185		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Fórum de Participação Social na Segurança Pública realizado 	Total de fóruns de Participação Social na Segurança Pública realizados durante o exercício anual.	Número absoluto (Nº) Σ	Igual-Melhor $=$	Anual 	Relatório Anual dos CONSEGs e banco de dados da Gerência de Articulação e Ações Integradas de Prevenção à Violência
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Fortalecer a participação social nas ações preventivas e nas políticas públicas de segurança por meio da realização de, no mínimo, um fórum estadual anual.		2025	= 01	Gerência de Articulação e Ações Integradas de Prevenção à Violência da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	= 01		
		2027	= 01		






Objetivo Estratégico	O.E7. Fortalecer a Imagem Institucional.				
Objetivo Tático	O.T7.1. Aperfeiçoar os canais de comunicação institucional voltados para o público interno e externo.				
Objetivo Operacional	O.OP7.1.1. Instituir novas estratégias de comunicação, utilizando ferramentas que permitam a manutenção de um canal aberto com o público-alvo.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Alcance dos conteúdos publicados no perfil da SSP no Instagram 	Número de usuários alcançados no Instagram da SSP, considerando alcance orgânico e pago, contabilizando cada usuário uma única vez.	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Quadrimestral 	Meta Business 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Ampliar o alcance informado pela Meta Business, passando de 62.382 usuários em 2024 para a soma de 216.361 usuários ao longo do triênio, conforme metas anuais de 71.050 em 2025, 72.115 em 2026 e 73.196 em 2027.		2025	≥ 71.050	Comunicação Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 72.115		
		2027	≥ 73.196		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Visualizações do site da SSP 	Total de visualizações do site da SSP, considerando visualizações repetidas como contabilizadas	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Quadrimestral 	WordPress - T.I. (SGG) 
Resultado-chave		Meta de ampliação anual		Unidade responsável	
Ampliar em, no mínimo, 10% ao ano o número de visualizações do site da SSP, em relação ao ano base de 2025.		2025	≥ 96.426	Comunicação Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 106.068		
		2027	≥ 116.674		
Indicador 3	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Taxa de Satisfação com a comunicação interna 	(Número de servidores Muito Satisfeitos ou Satisfeitos com a comunicação interna / Total de respondentes) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Pesquisa de Satisfação 
Resultado-chave		Meta de ampliação anual		Unidade responsável	
Ampliar em, no mínimo, 10% ao ano a taxa de satisfação com a comunicação interna.		2025	≥ 70%	Comunicação Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 77%		
		2027	≥ 84,7%		




Objetivo Estratégico	O.E8. Realizar a governança dos projetos de Segurança Pública.				
Objetivo Tático	O.T8.1. Aprimorar as rotinas de governança e gestão de programas e projetos de Segurança Pública.				
Objetivo Operacional	O.OP8.1.1. Realizar Reuniões de Governança periódicas para o monitoramento e acompanhamento dos projetos, preferencialmente por meio da Plataforma GOMAP.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Consultoria e avaliação de programas e projetos de Segurança Pública 	Total de consultorias e avaliações realizadas em programas e projetos de Segurança Pública junto às Forças de Segurança no exercício.	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Mensal 	Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos (GOMAP) e controle interno do Escritório de Projetos Setorial
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, no mínimo, 12 consultorias e avaliações de programas e projetos de Segurança Pública com as Forças de Segurança a cada exercício.		2025	≥ 12	Escritório de Projetos Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Secretário)	
		2026	≥ 12		
		2027	≥ 12		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Índice de Eficiência em Governança e Gestão de Segurança Pública 	$\left\{ \left[\frac{\text{Nº Projetos com cronograma mínimo}}{\text{Total de Projetos monitorados}} + \frac{\text{Nº de Projetos com PDF vinculada}}{\text{Total de Projetos monitorados}} + \frac{\text{Nº de Projetos com Monitoramento atualizado}}{\text{Total de Projetos monitorados}} + \frac{\text{Nº de Projetos com Riscos vinculados}}{\text{Total de projetos monitorados}} \right] / 4 \right\} \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos (GOMAP) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter, em cada exercício, o nível de atendimento às regras de Governança e Gestão de Projetos de Segurança Pública em, no mínimo, 90%.		2025	≥ 90%	Escritório de Projetos Setorial (unidade subordinada ao Gabinete do Secretário)	
		2026	≥ 90%		
		2027	≥ 90%		





Objetivo Estratégico	O.E9. Fortalecer a Gestão Estratégica.				
Objetivo Tático	O.T9.1. Promover a cultura de monitoramento e cumprimento do Plano Estratégico.				
Objetivo Operacional	O.OP9.1.1. Reformular o processo de planejamento estratégico de forma colaborativa, reavaliando prioridades e promovendo ajustes com base nos resultados monitorados, visando à melhoria contínua da gestão institucional.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de Execução do Plano Estratégico 	$\left(\frac{\text{Número de metas atingidas no ano}}{\text{Total de metas planejadas para o ano}} \times 100 \right)$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Planejamento Institucional 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Aumentar o percentual de metas do Plano Estratégico cumpridas, promovendo a cultura de monitoramento e mantendo, em cada exercício, um percentual de execução igual ou superior a 80%.		2025	≥ 80%	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 80%		
		2027	≥ 80%		

Objetivo Estratégico	O.E10. Fortalecer a cultura da Gestão por Processos.				
Objetivo Tático	O.T10.1. Impulsionar a melhoria e otimização dos processos institucionais, garantindo maior agilidade e correção de ineficiências.				
Objetivo Operacional	O.OP10.1.1. Realizar reuniões, cursos de capacitação e atividades de consultoria e avaliação por meio da atuação ativa do Escritório Setorial de Processos (ESP).				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Processos institucionais mapeados 	Quantidade de processos institucionais mapeados no exercício, incluindo novos processos modelados (versão AS-IS) e processos analisados e redesenhados (versão TO-BE).	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Repositório de Processos da SSP 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Mapear, anualmente, no mínimo 60 processos institucionais, por meio de cursos de Gestão por Processos e da atuação ativa do ESP, impulsionando a melhoria dos processos e a eficiência das atividades institucionais.		2025	≥ 60	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 60		
		2027	≥ 60		





Objetivo Estratégico	O.E11. Aprimorar o planejamento institucional e o acompanhamento das políticas de segurança pública.				
Objetivo Tático	O.T11.1. Aperfeiçoar a estratégia institucional de monitoramento da execução do Plano Plurianual (PPA).				
Objetivo Operacional	O.OP11.1.1. Qualificar as Propostas Mensais de Monitoramento e a Prestação de Contas Setorial Anual, otimizando a coleta e a gestão das informações qualitativas e quantitativas referentes à programação e à execução física dos programas do PPA, bem como ampliando a participação das áreas meio e finalísticas nesse processo de trabalho.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de cumprimento das metas físicas do PPA. 	$\text{(Número de metas físicas realizadas / Total de metas físicas previstas)} \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Planejamento e Monitoramento do Plano Plurianual (SIPLAM)
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar, anualmente, no mínimo 96% de cumprimento das metas físicas do PPA, tomando como referência o resultado do ano-base de 2024.		2025	≥ 96%	Gerência de Planejamento Institucional da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 96%		
		2027	≥ 96%		




Objetivo Estratégico	O.E12. Aprimorar o processo de funcionamento e modernização institucional.				
Objetivo Tático	O.T12.1. Definir critérios de aferição da produtividade e desempenho profissional.				
Objetivo Operacional	O.OP12.1.1. Aplicar, no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, especificamente nas Gerências de Criminalística e de Medicina Legal, o dimensionamento da força de trabalho de iniciativa da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de execução do Dimensionamento da Força de Trabalho 	$\text{(Quantidade de etapas concluídas / Total de etapas previstas no Dimensionamento da Força de Trabalho)} \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Estudo da Secretaria de Estado da Administração (SEAD) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Concluir 100% do Dimensionamento da Força de Trabalho até 2027, no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, abrangendo as Gerências de Criminalística e de Medicina Legal.		2025	≥ 30%	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 70%		
		2027	100%		




Objetivo Estratégico	O.E13. Aprimorar a gestão da informação na segurança pública, por meio da padronização, integração e análise de dados.				
Objetivo Tático	O.T13.1. Padronizar, integrar, coletar e consolidar dados e informações de interesse da Segurança Pública, visando o tratamento, análise e divulgação estatística para produção de conhecimento.				
Objetivo Operacional	O.OP13.1.1. Revisar anualmente os parâmetros de padronização dos indicadores, atualizando o Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI), a fim de assegurar acessibilidade e tempestividade das informações, subsidiando as ações preventivas e repressivas em Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Índice de Consolidação e Divulgação de Dados Estatísticos sobre Naturezas Prioritárias e Produtividade no Estado, em Goiânia, nas RISPs e nas AISPs	(Número de relatórios efetivamente elaborados e divulgados no período / Total de relatórios previstos no período - 40 relatórios) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Registro de Atendimento Integrado - RAI e Sistema de Procedimento Policial - SPP
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar, anualmente, a elaboração e divulgação de 100% dos relatórios previstos, garantindo a tempestividade e a consolidação das informações.		2025	100%	Gerência do Observatório de Segurança Pública (unidade subordinada ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Estratégico	O.E14. Aprimorar a Segurança Pública por meio do conhecimento técnico-científico.				
Objetivo Tático	O.T14.1. Estimular a participação dos servidores da SSP na produção científica voltada ao aprimoramento das áreas meio e finalísticas.				
Objetivo Operacional	O.OP14.1.1. Realizar, no mínimo, duas edições de cursos de especialização <i>lato sensu</i> , com ênfase em gestão e integração, bem como estimular a produção científica por meio da elaboração de artigos no âmbito da Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Artigos produzidos em Especializações <i>lato sensu</i> 	Somatório de artigos produzidos em cursos de Especialização <i>lato sensu</i> promovidos pela SSP.	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Relatórios da Coordenadoria de Ensino 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, anualmente, a produção de, no mínimo, 100 artigos científicos ou trabalhos acadêmicos na área de Segurança Pública, decorrentes de cursos, pesquisas e atividades promovidas pela SSP.		2025	≥ 100	Coordenadoria de Ensino (unidade subordinada tecnicamente ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 100		
		2027	≥ 100		






Objetivo Tático	O.T14.2. Estruturar parcerias com instituições públicas e privadas para incentivar pesquisas, aprimorar o ensino e produzir conhecimento para apoiar as atividades meio e finalísticas.				
Objetivo Operacional	O.OP14.2.1. Firmar parcerias com instituições de ensino superior (IES) para promover o intercâmbio acadêmico, a troca de experiências e boas práticas aplicáveis às áreas de gestão, bem como incentivar a pesquisa e a produção técnico-científica por meio de ações acadêmicas em nível <i>stricto sensu</i> , com foco nas atividades meio e finalísticas no âmbito da Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Servidores ativos em pós-graduações <i>stricto sensu</i> 	Somatório de servidores matriculados em especializações <i>stricto sensu</i> promovidas pela SSP	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Bienal 	Controle interno da Coordenadoria de Ensino 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Capacitar, no triênio 2025-2027, pelo menos 53 servidores em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado).		2025	≥ 15	Coordenadoria de Ensino (unidade subordinada tecnicamente ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 23		
		2027	≥ 15		






Objetivo Estratégico	O.E15. Elevar o nível de qualificação profissional e pesquisa científica em Segurança Pública.				
Objetivo Tático	O.T15.1. Oferecer cursos de capacitação e atualização voltados aos servidores da SSP, com foco no aprimoramento das competências nas áreas de gestão.				
Objetivo Operacional	O.OP15.1.1. Realizar o curso "Gestão por Processos com Foco na Segurança Pública" (GP/SSP).				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Servidores capacitados no curso Gestão por Processo com Foco na Segurança Pública 	Total de servidores capacitados no curso Gestão por Processos com Foco na Segurança Pública (GP/SSP) durante o período de referência.	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Relatórios da Coordenadoria de Ensino 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, no mínimo, uma edição anual do curso Gestão por Processos com Foco na Segurança Pública, capacitando pelo menos 20 servidores por edição.		2025	≥ 20	Coordenadoria de Ensino (unidade subordinada tecnicamente ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 20		
		2027	≥ 20		





Objetivo Tático	O.T15.2. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada para as áreas meio e finalísticas, em conformidade com a Matriz Curricular Nacional.				
Objetivo Operacional	O.OP15.2.1. Realizar, no mínimo, três ciclos anuais de capacitações disponíveis na Plataforma da Rede de Ensino a Distância (EaD) da Coordenadoria de Ensino (COE), por meio dos cursos já ofertados e de novos cursos a serem criados, em modalidade a distância, no âmbito da Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Servidores participantes em cursos da Rede EaD da COE-SSPGO 	Somatório de servidores matriculados na plataforma "Moodle"	Número absoluto (Nº) Σ	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Coordenadoria de Ensino 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Alcançar, anualmente, a participação de pelo menos 2.000 servidores em ações de capacitação a distância, por meio dos cursos disponibilizados pela Rede EaD da COE-SSPGO.		2025	≥ 2.000	Coordenadoria de Ensino (unidade subordinada tecnicamente ao Gabinete do Subsecretário)	
		2026	≥ 2.000		
		2027	≥ 2.000		






Objetivo Estratégico	O.E16. Implementar e aperfeiçoar dispositivos que favoreçam a valorização dos profissionais.				
Objetivo Tático	O.T16.1. Aprimorar a Política de Atenção à Saúde Mental e Física dos servidores da SSP.				
Objetivo Operacional	O.OP16.1.1. Realizar palestras anuais sobre temas relacionados à saúde dos servidores.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Palestras realizadas 	Total de palestras realizadas	Número absoluto (Nº) Σ	Igual-Melhor $=$	Anual 	Controle interno da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar 5 (cinco) palestras por ano, conforme estabelecido no Projeto Cores.		2025	05	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	05		
		2027	05		





Objetivo Tático	O.T16.2. Desenvolver ações voltadas à melhoria do clima organizacional.				
Objetivo Operacional	O.OP16.2.1. Implementar o Plano de Ação para a melhoria do clima organizacional.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual das ações implementadas 	$\left(\frac{\text{Ações realizadas}}{\text{Total de ações do Plano de Ação para a melhoria do clima organizacional}} \right) \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Cumprir 100% das ações previstas no Plano de Ação para a melhoria do clima organizacional, até 2027, com base nos dados do Estudo de Clima Organizacional da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).		2025	≥ 40%	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 80%		
		2027	100%		






Objetivo Estratégico	O.E17. Garantir a eficiência na obtenção de recursos orçamentários e financeiros.				
Objetivo Tático	O.T17.1. Implementar ações para captação eficiente e progressiva de recursos para a Segurança Pública.				
Objetivo Operacional	O.OP17.1.1. Criar mecanismos visando orientar as Forças de Segurança Pública sobre a obtenção de recursos.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de documentos submetidos dentro do prazo 	$\left(\frac{\text{Quantidade de documentos dentro do prazo}}{\text{Total de documentos previstos}} \right) \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Planilha de Controle (Dados do Transferegov.br) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Obter 100 % de cumprimento dos prazos para submissão da documentação dos Planos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e dos Planos de Trabalho das Emendas Federais.		2025	100%	Gerência de Projetos e Captação de Recursos da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Tático	O.T17.2. Garantir o acompanhamento contínuo e a aprovação eficiente das Emendas Federais destinadas às Forças de Segurança Pública.				
Objetivo Operacional	O.OP17.2.1. Mapear o processo e elaborar Manual de Orientação sobre as propostas de Emendas Federais.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de Emendas Federais aprovadas 	$\frac{\text{(Número de Emendas Federais aprovadas / Total de Emendas Federais recebidas)} \times 100}{100}$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Dados do Transferegov.br 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Aprovar 100% das Emendas Federais recebidas, garantindo o máximo de captação de recursos para a Segurança Pública.		2025	100%	Gerência de Projetos e Captação de Recursos da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Estratégico	O.E18. Aperfeiçoar a execução dos recursos.				
Objetivo Tático	O.T18.1. Melhorar os processos de execução orçamentária e financeira dos recursos próprios.				
Objetivos Operacionais	O.OP18.1.1. Aprimorar os controles do saldo orçamentário, acompanhando a execução em tempo real para possibilitar novas despesas com saldo remanescente em tempo hábil. O.OP18.1.2. Reduzir o tempo médio de pagamento após o ateste da nota fiscal				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de Dotação Autorizada sobre a Execução Financeira Líquida 	$\frac{[(\text{Dotação Autorizada}) / (\text{Saldo Liquidado - RAP})] \times 100}{100}$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira (SIOFINet) e Sistema de Administração Financeira do Tesouro (AFT)
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Executar, até 2027, no mínimo, 93,7% do Orçamento Autorizado da SSP, monitorando a execução em tempo real para possibilitar novas despesas com saldo remanescente em tempo hábil, reduzindo também o tempo médio de pagamento após o ateste da nota fiscal.		2025	≥ 93,2%	Gerência de Execução Orçamentária e Financeira da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 93,5%		
		2027	≥ 93,7%		






Objetivo Tático	O.T18.2. Otimizar a execução anual dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).				
Objetivo Operacional	O.OP18.2.1. Criar normativas com o objetivo de melhorar a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e capacitar os pontos focais das Forças de Segurança Pública e das Superintendências para o correto preenchimento dos Planos de Ação.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de crescimento da execução orçamentária do FNSP 	$\left[\frac{\text{Execução no ano corrente} - \text{Execução no ano anterior}}{\text{Execução no ano anterior}} \right] \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Business Objects (BO) 
Resultado-chave		Meta de aumento anual		Unidade responsável	
Aumentar, no mínimo, 10% da execução anual em relação ao ano anterior.		2025	≥ 10% (vs. 2024)	Gerência de Projetos e Captação de Recursos da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 10% (vs. 2025)		
		2027	≥ 10% (vs. 2026)		






Objetivo Estratégico	O.E19. Desenvolver a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.				
Objetivo Tático	O.T19.1. Reduzir despesas com o funcionamento institucional.				
Objetivo Operacional	O.OP19.1.1. Realizar diagnósticos anuais nos contratos de aquisição e prestação de serviços, implementando ações para minimizar desperdícios, evitar gastos desnecessários e reduzir as despesas administrativas.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Variação anual das despesas de funcionamento institucional 	$\left[\frac{\text{Valor Anterior Gasto} - \text{Valor Atual Gasto}}{\text{Valor Anterior Gasto}} \right] \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Menor-Melhor 	Anual 	Sistema de Patrimônio Mobiliário (SPM), Sistema de Gestão de Material (SIGMATE), Contratos e Controle Interno da Gerência Administrativa
Resultado-chave		Meta de redução anual		Unidade responsável	
Reduzir, anualmente, em no mínimo 1%, as despesas com os contratos priorizados, promovendo a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.		2025	≥ 1% (vs. 2024)	Gerência Administrativa da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 1% (vs. 2025)		
		2027	≥ 1% (vs. 2026)		






Objetivo Tático	O.T19.2. Instituir Programa de Conscientização voltado para a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.				
Objetivo Operacional	O.OP19.2.1. Realizar ações anuais de boas práticas para o uso consciente dos bens públicos e resíduos sólidos gerados.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Ações de conscientização realizadas 	(Ações realizadas / Total de ações previstas no Plano de Ação anual) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle Interno da Gerência Administrativa 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Cumprir todas as ações de conscientização previstas no Plano de Ação anual, promovendo boas práticas na gestão de bens públicos, resíduos sólidos e eficiência administrativa.		2025	100%	Gerência Administrativa da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	100%		
		2027	100%		






Objetivo Estratégico	O.E20. Aperfeiçoar o Processo de Contratações Públicas.				
Objetivo Tático	O.T20.1. Melhorar o percentual de licitações concluídas com sucesso.				
Objetivo Operacional	O.OP20.1.1. Realizar oficinas de capacitação com as áreas requisitantes.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de eficácia dos procedimentos licitatórios 	(Número de licitações concluídas com sucesso / Total de licitações realizadas) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Quadrimestral 	Sistema de Logística do Estado de Goiás (SISLOG) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Atingir, ao final do triênio, pelo menos 85% de licitações concluídas com sucesso, reduzindo o número de licitações fracassadas e desertas por meio da capacitação das áreas requisitantes.		2025	≥ 80%	Gerência de Compras Governamentais da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 82%		
		2027	≥ 85%		






Objetivo Estratégico	O.E21. Aperfeiçoar o processo de prestação de contas de convênios estaduais.				
Objetivo Tático	O.T21.1. Impulsionar as análises das prestações de contas dos convênios estaduais.				
Objetivo Operacional	O.OP21.1.1. Aprimorar a análise das documentações recebidas e padronizar os relatórios técnicos.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Tempo Médio da Análise e Instrução Processual da Prestação de Contas (TMAIP) 	$TMAIP = \frac{\sum (Daip)}{N}$ (Daip - Número de dias de análise e instrução processual da prestação de contas de cada convênio) / N (Número total de prestações de contas analisadas e instruídas no período)	Dias 	Quanto Menor-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Convênios 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Reduzir em 50% o tempo necessário para validar as prestações de contas até o final do exercício de 2026, garantindo maior agilidade no processo, cumprimento dos prazos legais e transparência na execução dos convênios.		2025	360 dias	Gerência de Convênios da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	180 dias		
		2027	Não se aplica		











Objetivo Estratégico	O.E22. Assegurar a disponibilidade e otimizar a aplicação e utilização dos recursos tecnológicos.				
Objetivo Tático	O.T22.1. Promover a modernização institucional e tecnológica, visando ao melhor atendimento à população e ao desempenho adequado e seguro das áreas meio e finalísticas.				
Objetivo Operacional	O.OP22.1.1. Realizar estudos e implantar projetos relacionados à Comunicação Crítica.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Estações Rádio Base - ERBs. 	Somatório do número de Estações Rádio Base - ERBs de propriedade da SSP.	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de gerenciamento da Rede 
Resultado-chave		Meta de ampliação anual		Unidade responsável	
Ampliar em 50% ao ano a quantidade de ERBs de propriedade da SSP, em relação ao exercício anterior, modernizando e aumentando a qualidade das comunicações das Forças Policiais em situações de urgência e emergência.		2025	≥ +50% (vs. 2024)	Gerência de Comunicação Integrada da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	≥ +50% (vs. 2025)		
		2027	≥ +50% (vs. 2026)		

Objetivo Tático	O.T22.2. Promover a interoperabilidade dos sistemas de videomonitoramento, com vistas à modernização, à integração, à gestão, à análise e ao compartilhamento de imagens, dados e informações.				
Objetivo Operacional	O.OP22.2.1. Incentivar parcerias visando a disponibilização de imagens por órgãos e entidades parceiras para melhorar a efetividade das ações e operações de Segurança Pública.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Pontos estratégicos monitorados 	Quantidade de pontos estratégicos monitorados.	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle - CIICC 
Resultado-chave		Meta de aumento anual		Unidade responsável	
Aumentar a quantidade de pontos de monitoramento, contribuindo para a efetividade das ações e operações de Segurança Pública.		2025	≥ +15% (vs. 2024)	Gerência de Comunicação Integrada da Superintendência de Ações e Operações Integradas (SAOI)	
		2026	≥ +15% (vs. 2025)		
		2027	≥ +15% (vs. 2026)		






Objetivo Tático	O.T22.3. Melhorar o parque tecnológico da SSP.				
Objetivo Operacional	O.OP22.3.1. Substituir equipamentos obsoletos, garantindo maior desempenho e segurança nas operações.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Taxa de Substituição de Equipamentos Obsoletos 	(Número de equipamentos substituídos / Total de equipamentos cadastrados) × 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Sistema de Patrimônio Mobiliário (SPM) 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Renovar, no mínimo 16,66% ao ano, de equipamentos de TI disponibilizados às atividades de segurança pública (considerando a renovação do parque tecnológico a cada 6 anos)		2025	≥ 16,66%	Gerência de Inteligência de Negócios da Superintendência Integrada de Tecnologias em Segurança Pública (SITSP)	
		2026	≥ 16,66%		
		2027	≥ 16,66%		






Objetivo Tático	O.T22.4. Melhorar a eficiência dos serviços de Segurança Pública por meio da disponibilização dos sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).				
Objetivo Operacional	O.OP22.4.1. Garantir a maior Taxa de Disponibilidade possível dos Sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da SSP.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
<div>Taxa de Disponibilidade dos Sistemas de TIC</div> <div></div>	<div>[1 – (8.760 Horas de Indisponibilidade)]</div> <div>× 100</div>	<div>Percentual (%)</div> <div></div>	<div>Quanto Maior-Melhor</div> <div></div>	<div>Anual</div> <div></div>	<div>Monitoramento através de software ZABBIX</div> <div></div>
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter a taxa de disponibilidade dos serviços de TIC igual ou superior a 99,90%, garantindo maior eficiência dos serviços de segurança pública, o que equivale a, no máximo, 8 horas-ano de indisponibilidade.		2025	≥ 99,90%	Gerência de Telecomunicações da Superintendência Integrada de Tecnologias em Segurança Pública (SITSP)	
		2026	≥ 99,90%		
		2027	≥ 99,90%		






Objetivo Tático	O.T22.5. Aperfeiçoar a gestão da entrega dos Sistemas.				
Objetivo Operacional	O.OP22.5.1. Monitorar a execução do planejamento de entregas de Sistemas, evitando atrasos e custos adicionais.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
<div>Taxa de atraso de entrega de Sistemas</div> <div></div>	<div>[(∑ Prazo Gasto / ∑ Prazo Estabelecido) - 1]×100</div>	<div>Percentual (%)</div> <div></div>	<div>Quanto Menor-Melhor</div> <div></div>	<div>Anual</div> <div></div>	<div>Monitoramento via sistema interno</div> <div></div>
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Manter a taxa de atraso de entrega de Sistemas inferior a 20% por ano.		2025	< 20%	Gerência de Inovação da Superintendência Integrada de Tecnologias em Segurança Pública (SITSP)	
		2026	< 20%		
		2027	< 20%		

Objetivo Estratégico	O.E23. Melhorar a infraestrutura física.				
Objetivo Tático	O.T23.1. Construir a nova sede institucional da SSP.				
Objetivo Operacional	O.OP23.1.1. Acompanhar sistematicamente o cronograma da obra da nova sede institucional, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de cumprimento do cronograma da obra 	(Valor medido acumulado / valor licitado) x 100	Percentual (%) 	Igual-Melhor 	Mensal 	Relatórios de fiscalização da obra 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Entregar a nova sede da SSP dentro do cronograma previsto.		2025	20%	Gerência de Arquitetura, Engenharia e Serviços Gerais da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	80%		
		2027	Não se aplica		
Objetivo Tático	O.T23.2. Construir a academia da SSP.				
Objetivo Operacional	O.OP23.2.1. Monitorar a execução da obra da academia da SSP, assegurando a conformidade técnica, a funcionalidade do espaço e o cumprimento dos prazos.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de cumprimento do cronograma da obra 	(Valor medido acumulado / valor licitado) x 100	Percentual (%) 	Igual-Melhor 	Mensal 	Relatórios de fiscalização da obra 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Entregar a academia da SSP dentro do cronograma previsto.		2025	100%	Gerência de Arquitetura, Engenharia e Serviços Gerais da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	Não se aplica		
		2027	Não se aplica		

Objetivo Tático	O.T23.3. Aprimorar as práticas de manutenção preventiva na infraestrutura da SSP.				
Objetivo Operacional	O.OP23.3.1. Executar ações de reforma e modernização nos prédios da SSP, com foco na manutenção preventiva, visando prolongar a vida útil das instalações e reduzir custos com correções emergenciais.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Prédios reformados e modernizados 	Quantidade de prédios reformados e modernizados	Número absoluto (Nº) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Projetos e orçamentos de reforma 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar a reforma de uma edificação por ano, a partir de 2026, garantindo a manutenção preventiva e a modernização das estruturas da SSP.		2025	00	Gerência de Arquitetura, Engenharia e Serviços Gerais da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	01		
		2027	01		
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Percentual de solicitações de manutenções corretivas atendidas 	(Número de manutenções corretivas realizadas / total de solicitações recebidas) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Relatórios de manutenção 
Resultado-chave		Meta de redução anual		Unidade responsável	
Reduzir em 10% ao ano a quantidade de manutenções corretivas realizadas.		2025	≥ 10% (vs. 2024)	Gerência de Arquitetura, Engenharia e Serviços Gerais da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 10% (vs. 2025)		
		2027	≥ 10% (vs. 2026)		

Objetivo Estratégico	O.E24. Aprimorar a gestão da frota.				
Objetivo Tático	O.T24.1. Disponibilizar frota moderna e eficiente para as atividades de Segurança Pública.				
Objetivo Operacional	O.OP24.1.1. Realizar Estudo Técnico com a finalidade de identificar oportunidades de melhoria e implementar ações corretivas no período de renovação da frota locada.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Ações de melhoria atendidas 	$\left(\frac{\text{Número de ações de melhoria atendidas}}{\text{Total de ações para correção identificadas ou solicitadas pelas Forças de Segurança}} \right) \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Processos SEI Contrato / Consulta 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Realizar, em 2026, todas as ações de melhoria identificadas para a frota locada, garantindo que 100% das oportunidades de correção identificadas ou solicitadas pelas Forças de Segurança sejam atendidas.		2025	Não se aplica	Gerência de Transportes da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	100%		
		2027	Não se aplica		

Objetivo Estratégico	O.E25. Aprimorar a gestão e a destinação de ativos provenientes de crimes.				
Objetivo Tático	O.T25.1. Aperfeiçoar os mecanismos de alienação de ativos provenientes da prática e do financiamento de crimes.				
Objetivo Operacional	O.OP25.1.1. Otimizar a gestão de bens junto à Polícia Civil e ao Poder Judiciário, com foco na ampliação da quantidade de bens leiloados e no aumento do número de leilões realizados anualmente.				
Indicador 1	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Evolução Anual de Leilões 	$\% \text{ Aumento} = \left(\frac{\text{Leilões Ano Atual} - \text{Leilões Ano Anterior}}{\text{Leilões Ano Anterior}} \right) \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)
Indicador 2	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Crescimento Anual de Bens Leiloados 	$\% \text{ Aumento} = \left(\frac{\text{Bens leiloados Ano Atual} - \text{bens leiloados Ano Anterior}}{\text{bens leiloados Ano Anterior}} \right) \times 100$	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)
Resultado-chave		Meta de aumento anual		Unidade responsável	
Aumentar em 10% a cada ano a quantidade de leilões realizados e bens leiloados em relação ao ano anterior.		2025	≥ 10% (vs. 2024)	Gerência de Gestão de Ativos da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 10% (vs. 2025)		
		2027	≥ 10% (vs. 2026)		

Objetivo Tático	O.T25.2. Aprimorar o conjunto de ferramentas e soluções informatizadas utilizadas para a gestão de ativos.				
Objetivo Operacional	O.OP25.2.1. Implantar o Sistema de Controle de Pátio da SSP nos pátios da Polícia Civil.				
Indicador	Fórmula de Cálculo	U.M.	Polaridade	Periodicidade	Fonte
Implantação do Sistema de Controle de Pátio da SSP 	(Etapas do cronograma cumpridas / Total de etapas planejadas) x 100	Percentual (%) 	Quanto Maior-Melhor 	Anual 	Controle interno da Gerência de Gestão de Ativos 
Resultado-chave		Meta por ano		Unidade responsável	
Implantar o Sistema de Controle de Pátio da Polícia Civil / SENAD, incluindo melhoramento, implantação, testes e inserção de todos os ativos, garantindo a localização completa desses bens patrimoniais.		2025	≥ 25%	Gerência de Gestão de Ativos da Superintendência de Gestão Integrada (SGI)	
		2026	≥ 50%		
		2027	100%		

06 RISCOS ESTRATÉGICOS



RISCOS ESTRATÉGICOS

A gestão de riscos estratégicos é essencial para a boa governança pública, conforme orienta o Tribunal de Contas da União (TCU). Riscos estratégicos são eventos incertos que podem impactar, positiva ou negativamente, o alcance dos objetivos do planejamento institucional. Na Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), esses riscos envolvem fatores internos e externos capazes de comprometer o desempenho organizacional, a entrega de valor à sociedade e a sustentabilidade das ações de segurança pública. Antecipar, identificar e tratar esses riscos fortalece a capacidade da SSP de alcançar seus objetivos com integridade, responsabilidade e eficiência.






A identificação prévia de riscos estratégicos está alinhada ao princípio da governança proativa defendido pelo TCU, permitindo à gestão pública antecipar desafios, alocar recursos de forma mais eficiente, aumentar a transparência e promover uma cultura de integridade e resultados. Ao integrar a avaliação de riscos ao planejamento estratégico, a SSP assegura coerência entre seus objetivos, os recursos disponíveis e o ambiente em que atua, reduzindo a vulnerabilidade a eventos que possam comprometer políticas públicas prioritárias.

A gestão de riscos da SSP segue os princípios da ISO 31000:2018, norma reconhecida pelo TCU como referência internacional. A principal ferramenta adotada é a Matriz de Riscos, que registra sistematicamente riscos, causas, consequências e controles ou ações de mitigação. Essa sistematização permite à alta administração identificar de forma organizada os fatores que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos, priorizar ações preventivas e corretivas e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências, fortalecendo a eficiência, a efetividade e a segurança das políticas públicas de segurança.

A seguir, apresenta-se a Matriz Simplificada de Riscos Estratégicos, que reúne os principais riscos associados aos 25 objetivos estratégicos da SSP para o período de 2025-2027. É importante destacar que os riscos apresentados não são exaustivos: tratam-se de riscos em nível macro, com escopo amplo, que são detalhados e acompanhados por meio de instrumentos específicos de monitoramento, de acordo com os procedimentos da Política de Gestão de Riscos da Secretaria.

MATRIZ SIMPLIFICADA DE RISCOS ESTRATÉGICOS







O.E1. Adequar-se à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Riscos	Risco 1: Desalinhamento entre o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) e as diretrizes da PNSPDS.	Risco 2: Fragilidade no monitoramento e avaliação da aderência do PESPDS à PNSPDS.	Risco 3: Falta de capacitação dos gestores e demais profissionais de Segurança Pública sobre a PNSPDS.	Risco 4: Baixa adesão institucional às mudanças requeridas pela PNSPDS.
				
Categoria	Estratégico	Estratégico	Gestão de Pessoas	Estratégico
Causa principal	Falta de padronização e integração entre o PESPDS e a PNSPDS.	Falta de indicadores claros e de rotina de acompanhamento das ações.	Ausência de programas continuados de capacitação e sensibilização.	Resistência à adoção de novas práticas e processos de gestão estratégica.
				
Probabilidade (Prob.)	Possível: a ocorrência pode se manifestar durante os ciclos de atualização do Plano Nacional, funcionando como indicador preventivo para ajustes futuros.	Possível: pode ocorrer ocasionalmente, especialmente se não houver estrutura clara de monitoramento ou se os processos forem pouco sistematizados.	Provável: a capacitação é uma necessidade recorrente, especialmente diante de mudanças estratégicas, rotatividade de profissionais e atualização de diretrizes.	Possível: em processos futuros de mudança, é previsto o reforço do engajamento institucional, funcionando como mecanismo de alerta preventivo.
				
Impacto (Imp.)	Maior: o desalinhamento pode comprometer objetivos estratégicos relevantes, gerando dificuldades de articulação nacional/estadual e impactando a governança.	Maior: a fragilidade no monitoramento e avaliação pode comprometer a capacidade de acompanhamento estratégico e prejudicar a coerência entre os planos.	Maior: a ausência de capacitação adequada pode comprometer a implementação das diretrizes estratégicas, afetando várias áreas do órgão e dificultando a aderência institucional à PNSPDS.	Catastrófico: se a adesão institucional for baixa, o alinhamento à PNSPDS pode ser gravemente comprometido, afetando toda a execução estratégica da Segurança Pública.
				
Exposição (Prob. x Imp.)	Alta: risco significativo, requer ações preventivas planejadas e monitoramento contínuo.	Alta: risco significativo, requer ações preventivas planejadas e monitoramento contínuo.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.
				
Ações de controle (AC) ou mitigação	AC1: Realizar análise comparativa periódica entre PESPDS e PNSPDS; AC2: Incluir critérios de aderência à PNSPDS nos processos de revisão do Plano Estadual.	AC1: Implantar indicadores e metas relacionados à adesão à PNSPDS; AC2: Realizar reuniões de acompanhamento dos resultados; AC3 - Publicar periodicamente relatórios de desempenho.	AC1: Promover capacitações periódicas e ações de sensibilização sobre os eixos e objetivos da PNSPDS. AC2: Criar um sistema de registro e acompanhamento da participação em capacitações.	AC1: Implementar programa de engajamento com workshops e reuniões periódicas; AC2: Criar comitê de acompanhamento da implementação das mudanças.
				

O.E2. Fortalecer o Sistema Estadual de Proteção aos Direitos do Consumidor, estruturando, operacionalizando e modernizando o PROCON GOIÁS.

Riscos 	Risco 1: Estrutura organizacional insuficiente para atender à demanda crescente de consumidores.	Risco 2: Baixo nível de digitalização e integração de sistemas.	Risco 3: Fragilidade na gestão de recursos humanos e capacitação técnica.	Risco 4: Atraso potencial na tramitação dos processos administrativos.
Categoria	Estratégico	Tecnologia da Informação	Gestão de Pessoas	Operacional
Causa principal 	Planejamento e dimensionamento organizacional ainda em fase de adequação frente ao crescimento da demanda.	Necessidade de modernização e integração tecnológica dos sistemas de atendimento e gestão.	Necessidade de capacitação contínua e cultura de inovação.	Processos e fluxos administrativos não padronizados, com sistemas e infraestrutura em processo de aperfeiçoamento.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: prevê que ajustes na estrutura podem ser necessários para manter atendimento ágil e eficiente.	Possível: identifica-se a necessidade de modernização contínua dos sistemas e aprimoramento da integração tecnológica.	Provável: a necessidade de capacitação contínua e a adesão dos servidores a novos processos tornam plausível a materialização deste risco.	Provável: ajustes na modernização e reorganização processual podem influenciar a velocidade da tramitação administrativa.
Impacto (Imp.) 	Catastrófico: caso a estrutura se revele insuficiente e não sejam realizados ajustes, o PROCON poderá não atender a população de forma adequada, ocasionando impactos generalizados, insatisfação e repercussão negativa institucional.	Maior: a insuficiência na digitalização e integração dos sistemas pode comprometer a eficiência e agilidade do atendimento, afetando amplamente as áreas do PROCON e demandando atenção estratégica.	Maior: impacta de forma significativa a qualidade dos serviços e a implementação de novas práticas, exigindo atenção estratégica	Catastrófico: pode afetar diretamente a agilidade e eficiência do julgamento processual, com potencial de comprometer a operação administrativa como um todo.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.	Alta: risco significativo, requer ações preventivas planejadas e monitoramento contínuo.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Planejar e dimensionar a estrutura organizacional de forma escalonada e sustentável; AC2: Monitorar continuamente a demanda e a capacidade operacional.	AC1: Modernizar sistemas e promover integração tecnológica; AC2: Planejar atualizações e capacitações técnicas.	AC1: Promover capacitação contínua; AC2: Estimular a cultura de inovação e adoção de novos processos.	AC1: Digitalizar processos físicos; AC2: Desenvolver sistema integrado de gestão processual; AC3: Instituir fluxos e normas padronizadas para tramitação processual.







O.E3. Fortalecer, estruturar, modernizar e aperfeiçoar a Polícia Técnico-Científica.

Riscos 	Risco 1: Limitações operacionais e de gestão decorrentes de unidades não formalmente estruturadas.	Risco 2: Limitações no desempenho das atividades-fim técnico-científicas decorrentes da gestão de equipamentos, recursos e materiais.	Risco 3: Potenciais restrições na gestão e no desenvolvimento de pessoas.	Risco 4: Falhas na coordenação e na padronização das atividades das Coordenações Regionais.
Categoria	Operacional	Operacional	Gestão de Pessoas	Estratégico
Causa principal 	Unidades informais paralelas à estrutura formal, com práticas administrativas ainda em consolidação.	Gestão e padronização de equipamentos, materiais e recursos ainda em desenvolvimento.	Processos de gestão e desenvolvimento de pessoas ainda em aprimoramento.	Dispersão geográfica das unidades e complexidade na coordenação, dificultando supervisão, padronização e integração operacional.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: pode ocorrer em situações em que existem estruturas não formalizadas.	Possível: existe possibilidade de ocorrência devido à necessidade de acompanhamento contínuo do uso e manutenção dos recursos	Provável: a ocorrência é plausível na maioria das circunstâncias, na ausência de capacitação contínua e implementação de novos processos de gestão de pessoas.	Possível: a coordenação de várias Coordenações Regionais exige supervisão constante e comunicação eficaz.
Impacto (Imp.) 	Catastrófico: pode comprometer a continuidade operacional e qualidade dos serviços prestados.	Maior: pode impactar a eficiência operacional e a confiabilidade das análises técnico-científicas, reforçando a necessidade de controles preventivos.	Maior: limitações impactam significativamente a qualidade das perícias, exames e atividades de ensino técnico, abrangendo diversas áreas.	Maior: pode comprometer a uniformidade dos procedimentos, a eficiência na prestação de serviços e o tempo de atendimento das demandas.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e reforço da estrutura organizacional.	Alta: risco significativo, requer ações preventivas planejadas e monitoramento contínuo.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.	Alta: risco significativo, requer monitoramento e medidas preventivas estruturadas
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Estruturar formalmente as unidades e padronizar os processos administrativos por meio dos ajustes normativos necessários; AC2: Estabelecer supervisão periódica para monitoramento e aprimoramento contínuo das práticas e atividades das unidades.	AC1: Padronizar processos de controle e manutenção de recursos; AC2: Monitorar utilização de equipamentos e materiais.	AC1: Promover capacitação contínua e atualização técnica; AC2: Fomentar práticas de inovação e aprimoramento contínuo dos processos administrativos e operacionais.	AC1: Padronizar procedimentos operacionais entre as Coordenações Regionais; AC2: Estabelecer rotinas de supervisão, monitoramento e comunicação entre Coordenações Regionais.

O.E4. Fortalecer a atividade de Inteligência das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da atuação Integrada dos órgãos do SISP/GO.

Riscos 	Risco 1: Oferta limitada de cursos de capacitação de agentes de inteligência.	Risco 2: Comprometimento do controle de acessos aos sistemas de inteligência.	Risco 3: Indisponibilidade ou comprometimento da confiabilidade de informações estratégicas para decisão.	Risco 4: Interlocução limitada com as agências de inteligência.
Categoria	Gestão de Pessoas	Tecnologia da Informação	Estratégico	Estratégico
Causa principal 	Restrições ou insuficiências no planejamento financeiro que podem limitar a utilização plena dos recursos disponíveis para capacitação contínua.	Ausência de atualização contínua, auditoria e controle de usuários nos sistemas de inteligência.	Atualização insuficiente de documentos, bases de dados e registros de interesse da segurança pública.	Distância geográfica e operacional, barreiras institucionais e restrições de comunicação entre agências de inteligência.
Probabilidade (Prob.) 	Provável: a gestão de projetos e de recursos financeiros pode impactar a execução regular dos cursos de capacitação ao longo do ano.	Possível: ocasionalmente, podem ocorrer falhas ou atrasos na gestão de acessos, exigindo supervisão contínua.	Possível: a falta de atualização contínua de documentos, bases de dados e registros pode gerar informações incompletas ou desatualizadas em determinadas situações.	Possível: em determinadas situações, essas condições podem dificultar a troca eficiente de informações entre órgãos de inteligência.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode afetar diretamente a qualificação dos agentes, comprometendo a eficácia das atividades de inteligência.	Maior: pode resultar em acessos não autorizados, comprometendo a integridade e confiabilidade das informações estratégicas.	Catastrófico: pode comprometer a qualidade e a tempestividade das informações estratégicas fornecidas à Alta Gestão, podendo afetar decisões críticas de segurança pública.	Maior: limita a eficiência das operações integradas e a produção de informações confiáveis entre órgãos.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica e medidas preventivas contínuas.	Alta: risco significativo, requer monitoramento e controles preventivos.	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica imediata e medidas de mitigação prioritárias.	Alta: risco significativo, requer monitoramento e controles preventivos.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Desenvolver e executar projetos de capacitação com planejamento financeiro estruturado; AC2: Estabelecer parcerias estratégicas com agências de inteligência para acesso a cursos especializados.	AC1: Padronizar e automatizar processos de gestão de acessos; AC2: Monitorar e auditar continuamente usuários, permissões e sistemas.	AC1: Aprimorar processos de coleta, consolidação e análise de informações; AC2: Estabelecer rotinas de validação e atualização de dados estratégicos.	AC1: Planejar e executar reuniões periódicas e protocolos de intercâmbio de informações; AC2: Promover treinamentos e ferramentas de comunicação segura entre órgãos.

O.E5. Intensificar as ações de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado.

Riscos 	Risco 1: Quantidade insuficiente de servidores capacitados para operações de combate à corrupção.	Risco 2: Dependência tecnológica crítica e vulnerabilidade nos sistemas de apoio investigativo.	Risco 3: Atendimento intempestivo de demandas internas e externas.	Risco 4: Produção de informações inconsistentes.
Categoria	Gestão de Pessoas	Tecnologia da Informação	Operacional	Operacional
Causa principal 	Dificuldade em reter profissionais especializados, somada à limitação de capacitação contínua e alta rotatividade de servidores-chave.	Falhas na gestão, atualização e controle de sistemas de informação.	Volume e complexidade das demandas, impactando a capacidade de resposta.	Alto grau de complexidade das atividades, grande volume de documentos, sobrecarga de informações e utilização de apenas uma fonte de pesquisa.
Probabilidade (Prob.) 	Provável: a dificuldade em manter equipe qualificada pode ocorrer devido à rotatividade e às limitações de capacitação.	Possível: ocorrências de falhas ou vulnerabilidades nos sistemas podem ocorrer em algumas circunstâncias, exigindo supervisão contínua.	Possível: demanda intensa e a variabilidade dos pedidos podem ocasionar atrasos em algumas situações.	Possível: a complexidade das análises e o volume de informações pode gerar inconsistências eventuais.
Impacto (Imp.) 	Catastrófico: afeta diretamente a capacidade operacional da Superintendência, comprometendo a eficácia das ações de combate à corrupção.	Maior: pode comprometer a confiabilidade das informações e o suporte às investigações.	Maior: impacta a efetividade da Superintendência em atender tempestivamente as demandas.	Maior: reduz a confiabilidade das informações estratégicas, afetando a tomada de decisão e planejamento das ações.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica e medidas de mitigação prioritárias.	Alta: risco significativo, requer monitoramento e controles preventivos.	Alta: risco significativo, exige rotinas estruturadas e acompanhamento de prazos	Alta: risco significativo, requer validação contínua das informações e procedimentos de controle.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Desenvolver programas internos de capacitação contínua; AC2: Criar políticas de retenção e incentivo a servidores estratégicos.	AC1: Estabelecer monitoramento preventivo e redundâncias nos sistemas críticos; AC2: Firmar convênios de suporte tecnológico de longo prazo com órgãos parceiros.	AC1: Estabelecer prazos e indicadores de produtividade para atendimento de demandas; AC2: Implementar fluxo padronizado de tratamento e priorização de solicitações.	AC1: Diversificar fontes de pesquisa e análise; AC2: Implementar processos de revisão e validação periódica das informações estratégicas.

O.E6. Aprimorar o Sistema de Governança mediante o fortalecimento da Cultura de Integridade, Gestão de Riscos, Ouvidoria, Transparência e Participação Social.

Riscos	Risco 1: Ausência de avaliação da efetividade do Programa de Integridade.	Risco 2: Ineficiência no tratamento das manifestações pela Ouvidoria.	Risco 3: Possível inconsistência ou desatualização das informações públicas.	Risco 4: Redução da efetividade da participação social por meio dos CONSEGs.
Categoria	Estratégico	Operacional	Operacional	Estratégico
Causa principal	Resultados insuficientemente avaliados e monitoramento contínuo limitado, comprometendo a melhoria contínua das práticas de integridade.	Necessidade de atualização contínua de fluxos e procedimentos diante de mudanças normativas e aperfeiçoamentos processuais.	Falta de rotina institucionalizada e de engajamento dos responsáveis pela atualização contínua dos conteúdos publicados na Página de Acesso à Informação.	Articulação institucional insuficiente e ausência de métodos estruturados de engajamento comunitário, comprometendo participação efetiva da sociedade.
Probabilidade (Prob.)	Possível: apesar da existência de práticas periódicas de avaliação, podem ocorrer fragilidades na sistematização e no acompanhamento do Programa.	Possível: ajustes normativos e processuais recorrentes geram atenção contínua, podendo culminar em atrasos ou falhas no tratamento das manifestações.	Possível: a atualização das informações depende de rotinas institucionalizadas e da designação clara de responsáveis, tornando plausível a ocorrência de falhas ou atrasos.	Possível: o engajamento comunitário varia e requer estímulo e acompanhamento contínuos, tornando plausível a ocorrência de baixa participação.
Impacto (Imp.)	Maior: a ausência de avaliação contínua e de retroalimentação compromete a efetividade, a credibilidade e a melhoria contínua das práticas de integridade, afetando diretamente os resultados institucionais.	Maior: a ineficiência compromete a tempestividade e a confiança dos cidadãos no canal de comunicação da Ouvidoria, afetando a credibilidade institucional e a capacidade de resposta.	Moderado: a inconsistência ou desatualização pode comprometer a qualidade e a confiabilidade das informações disponibilizadas ao público, afetando a transparência e a percepção de governança.	Maior: a baixa adesão compromete a efetividade da participação social e limita o retorno comunitário essencial para a formulação e aprimoramento das políticas de segurança.
Exposição (Prob. x Imp.)	Alta: risco significativo, requer atenção contínua, monitoramento regular e ajustes nas práticas de integridade para assegurar eficácia.	Alta: risco significativo, demanda supervisão constante e melhoria contínua dos processos.	Alta: risco significativo, demanda supervisão constante e melhoria contínua dos processos.	Alta: risco significativo; pede ações estratégicas para manutenção do engajamento e avaliação de resultados.
Ações de controle (AC) ou mitigação	AC1: Estabelecer indicadores de desempenho e resultado específicos para o Programa de Integridade; AC2: Criar mecanismos de retroalimentação para ajustes e melhorias contínuas.	AC1: Revisar periodicamente fluxos e normativos da Ouvidoria, alinhando-os às mudanças legais e boas práticas. AC2: Aperfeiçoar o sistema de gestão de manifestações com indicadores, prazos (SLA) e trilhas de capacitação.	AC1: Instituir rotinas formais de atualização e revisão, com responsáveis por unidade e cronograma definido; AC2: Realizar auditorias internas de transparência (checklists semestrais) e devolutivas às áreas.	AC1: Implementar plano anual de relacionamento e apoio aos CONSEGs; AC2: Adotar metodologias participativas e monitorar resultados (atas, indicadores de participação e retorno às comunidades).

O.E7. Fortalecer a Imagem Institucional.

Riscos	Risco 1: Danos à imagem e à reputação da SSP.	Risco 2: Apoio insuficiente às demandas internas de gestão.	Risco 3: Participação limitada em eventos e iniciativas públicas.	Risco 4: Baixa visibilidade e reconhecimento público das ações da SSP.
Categoria	Reputacional	Operacional	Estratégico	Reputacional
Causa principal	Comunicação institucional nem sempre integrada e proliferação de <i>fake news</i> .	Processos de articulação e atendimento das solicitações internas pouco estruturados, resultando em atraso ou lacunas na produção de materiais de apoio à gestão.	Falta de planejamento e incentivo à participação em eventos públicos, resultando em baixa presença institucional.	Divulgação limitada e pouco planejada dos resultados e de ações positivas da SSP, reduzindo a percepção do impacto real da instituição junto à sociedade.
Probabilidade (Prob.)	Possível: apesar da existência de práticas de comunicação e monitoramento, podem ocorrer vulnerabilidades que tornam plausível a ocorrência de danos.	Possível: existem canais formais, porém a priorização das demandas internas pode, em determinadas circunstâncias, apresentar limitações.	Possível: eventos e iniciativas são organizados, mas a participação requer planejamento e engajamento permanentes.	Possível: práticas de divulgação estão estabelecidas, porém a frequência, o alcance e a consistência demandam fortalecimento para consolidar a imagem institucional.
Impacto (Imp.)	Catastrófico: danos à imagem podem comprometer a confiança da sociedade e de parceiros institucionais, afetando diretamente a credibilidade da SSP.	Moderado: afeta a efetividade de ações de gestão que dependem do apoio da Comunicação Setorial, podendo influenciar a execução de políticas e projetos.	Maior: reduz a visibilidade institucional, afetando o engajamento da sociedade e parceiros estratégicos.	Maior: a baixa percepção pública dos resultados e de ações positivas prejudica o reconhecimento da SSP e pode afetar ações institucionais.
Exposição (Prob. x Imp.)	Elevada: risco crítico, demanda atenção estratégica e medidas de mitigação prioritárias.	Alta: risco significativo, requer integração contínua entre as áreas e a Comunicação Setorial.	Alta: risco significativo, demanda planejamento estratégico de participação e acompanhamento.	Alta: risco significativo, exige esforços coordenados de comunicação e divulgação de resultados.
Ações de controle (AC) ou mitigação	AC1: Implantar protocolo institucional de gestão de crises de imagem, com respostas rápidas; AC2: Estruturar monitoramento permanente de mídias (tradicionais e digitais), com relatórios periódicos para a Alta Gestão.	AC1: Estabelecer protocolo de atendimento interno, priorizando solicitações de suporte à gestão; AC2: Instituir reuniões periódicas para alinhamento das demandas internas e planejamento conjunto de materiais de apoio.	AC1: Planejar calendário de participação em eventos públicos; AC2: Definir responsáveis e metas de participação institucional.	AC1: Desenvolver estratégias de comunicação de resultados positivos, com indicadores de impacto; AC2: Publicar periodicamente boletins, relatórios e conteúdos digitais sobre ações positivas e resultados da SSP.



O.E8. Realizar a Governança dos Projetos de Segurança Pública.

Riscos 	Risco 1: Ineficiência na gestão de projetos de Segurança Pública.	Risco 2: Inconsistência do portfólio de projetos.	Risco 3: Priorização inadequada das demandas de projetos.	Risco 4: Engajamento insuficiente das áreas finalísticas.
Categoria	Estratégico	Operacional	Estratégico	Operacional
Causa principal 	Monitoramento deficitário dos projetos, comprometendo a visão consolidada e o controle de execução.	Falta de atualização contínua e sistematizada do portfólio no GOMAP, dificultando o acompanhamento real do status dos projetos.	Ausência de critérios claros e padronizados para seleção e priorização dos projetos.	Baixa participação e comprometimento das áreas finalísticas nos ciclos de governança, comprometendo a implementação das ações.
Probabilidade (Prob.) 	Improvável: a implementação do Escritório de Projetos Setorial torna pouco provável a ocorrência de ineficiências na gestão de projetos de Segurança Pública.	Possível: a ausência de atualização periódica e de auditoria contínua pode tornar o risco factível em determinadas circunstâncias.	Possível: a priorização pode se tornar inadequada na ausência de critérios e procedimentos claros.	Possível: o engajamento das áreas finalísticas pode variar, especialmente em projetos complexos ou de longo prazo.
Impacto (Imp.) 	Maior: afeta diretamente a execução e os resultados estratégicos dos projetos de Segurança Pública, podendo gerar atrasos e retrabalhos.	Maior: compromete a funcionalidade do portfólio, afetando sua utilidade como instrumento de gestão e referência para a tomada de decisão e alocação de recursos.	Moderado: impacta a eficiência das iniciativas, podendo gerar desalinhamento com as prioridades institucionais.	Maior: compromete a execução integrada, reduz a efetividade das entregas e pode gerar resistência à implementação de mudanças.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, demanda o monitoramento regular das práticas de gestão de projetos.	Alta: risco significativo, requer auditoria frequente e atualização sistemática do portfólio.	Alta: risco significativo, exige padronização de critérios e acompanhamento das decisões de priorização.	Alta: risco significativo, demanda estratégias de engajamento, sensibilização e acompanhamento das áreas envolvidas.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Consolidar a cultura de gerenciamento de projetos na SSP e nas Forças de Segurança; AC2: Padronizar cronogramas, planos de gerenciamento e indicadores de desempenho para todos os projetos.	AC1: Monitorar a atualização contínua e sistemática do portfólio no GOMAP; AC2: Realizar auditorias periódicas dos dados e <i>status</i> dos projetos.	AC1: Definir e divulgar critérios claros de priorização de projetos alinhados ao Plano Estratégico; AC2: Criar comitê de seleção e validação das prioridades.	AC1: Promover <i>workshops</i> e reuniões periódicas com áreas finalísticas; AC2: Instituir ciclos regulares de acompanhamento e reporte de resultados para estimular participação.

O.E9. Fortalecer a Gestão Estratégica.

Riscos 	Risco 1: Desconhecimento e subutilização do Plano Estratégico pelos gestores.	Risco 2: Falta de cultura consolidada de monitoramento dos resultados do Plano Estratégico.	Risco 3: Falta de alinhamento de iniciativas e projetos ao Plano Estratégico.	Risco 4: Falta de alinhamento do Plano Estratégico com outros instrumentos de planejamento.
Categoria	Estratégico	Estratégico	Estratégico	Estratégico
Causa principal 	Ausência de disseminação efetiva e capacitação para utilização do Plano Estratégico pelos gestores.	Falta de processos institucionais estruturados e padronizados de monitoramento.	Falta de cultura de planejamento e priorização alinhada às diretrizes do Plano Estratégico por parte das áreas gestoras.	Inexistência de processo formal de integração e análise do Plano Estratégico frente a outros instrumentos de planejamento (como o PPA, o PNSPDS e o PESPDS).
Probabilidade (Prob.) 	Possível: a disponibilização do Plano Estratégico não garante, em todas as circunstâncias, sua plena apropriação e aplicação pelos gestores na rotina.	Possível: práticas de monitoramento ocorrem de forma pontual, podendo não refletir uma cultura institucional consolidada.	Possível: o Plano Estratégico é observado por algumas áreas, mas sua incorporação ainda não ocorre de forma uniforme em todas as unidades.	Possível: o alinhamento é aplicado na prática, mas ainda precisa ser formalizado e claramente estabelecido.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode comprometer a execução e efetividade do Plano Estratégico, afetando decisões estratégicas e resultados institucionais.	Maior: a ausência de monitoramento acarreta a perda da capacidade de aferir resultados e assegurar a efetividade do Plano Estratégico.	Maior: a falta de alinhamento das iniciativas pode prejudicar a priorização e a entrega de valor estratégico.	Maior: desalinhamento com outros instrumentos de planejamento pode gerar redundâncias, lacunas ou conflitos institucionais.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo para a gestão estratégica, requer capacitação e incentivo à utilização do Plano.	Alta: risco significativo, demanda implantação de processos de monitoramento periódicos.	Alta: risco significativo, requer integração sistemática das áreas para execução das iniciativas alinhadas.	Alta: risco significativo, demanda mecanismo formal de integração e revisão periódica entre planos.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Promover capacitação e <i>workshops</i> periódicos sobre o Plano Estratégico para gestores; AC2: Criar materiais de apoio e guias de utilização do Plano.	AC1: Implementar ciclos periódicos de monitoramento e avaliação de resultados; AC2: Desenvolver <i>dashboards</i> e indicadores para acompanhamento do Plano.	AC1: Instituir Comitê de Avaliação responsável por analisar iniciativas e projetos, assegurando sua conformidade com o Plano Estratégico; AC2: Estabelecer normativo e fluxo formal para submissão de todas as iniciativas à análise de prioridades com base no Plano Estratégico.	AC1: Instituir protocolo formal de validação do Plano Estratégico frente a outros planos e instrumentos; AC2: Criar painel de integração interplano, permitindo monitoramento contínuo de lacunas, sobreposições e alinhamento de metas estratégicas entre planos.







O.E10. Fortalecer a Cultura da Gestão por Processos.

Riscos 	Risco 1: Ausência de conhecimento técnico em gestão por processos.	Risco 2: Resistência à mudança organizacional.	Risco 3: Falta de padronização e formalização dos processos organizacionais.	Risco 4: Não mensuração do desempenho dos processos.
Categoria	Operacional	Estratégico	Operacional	Operacional
Causa principal 	Caráter técnico-especializado da metodologia, pouco disseminada no âmbito da Administração Pública e ainda pouco dominada pela maioria dos servidores e gestores.	Cultura organizacional enraizada em práticas tradicionais, com baixa adesão a inovações de gestão.	Ausência de práticas institucionais consolidadas para mapeamento e registro de processos organizacionais.	Ausência de prática institucionalizada de definição de indicadores e de cultura de monitoramento.
Probabilidade (Prob.) 	Provável: a maioria dos servidores e gestores ainda não domina BPM; é esperado que o problema ocorra recorrentemente.	Possível: ocorre resistência em algumas circunstâncias e unidades, mas há adesão parcial em outras.	Quase Certo: a falta de padronização é frequente, pois a cultura de gestão por processos ainda está em desenvolvimento em diversas áreas da organização.	Quase Certo: a ausência de práticas estruturadas de monitoramento e definição de indicadores pode resultar na impossibilidade de avaliar o desempenho dos processos.
Impacto (Imp.) 	Maior: a falta de conhecimento técnico inviabiliza a difusão da cultura de processos e compromete objetivos estratégicos.	Maior: a resistência compromete a adesão, afetando várias unidades e dificultando a implementação.	Maior: a ausência de padronização compromete a comparabilidade dos processos, impactando a eficácia organizacional em todo o órgão.	Maior: a ausência de mensuração dificulta o acompanhamento dos resultados institucionais, impossibilitando a melhoria dos processos.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, capaz de comprometer a implementação da cultura de processos em todo o órgão.	Alta: risco significativo, deve ser monitorado de forma constante, pois pode limitar o alcance das iniciativas.	Elevada: risco crítico, exige resposta imediata e controles prioritários.	Elevada: risco crítico, a inexistência de indicadores inviabiliza a avaliação de desempenho e compromete a governança por processos.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Realizar capacitações anuais em gestão por processos; AC2: Consolidar a atuação do Escritório Setorial de Processos (ESP) da SSP como núcleo técnico de apoio às unidades.	AC1: Desenvolver campanhas internas de sensibilização sobre os benefícios da gestão por processos; AC2: Estimular a participação ativa de gestores e servidores em projetos-piloto de BPM.	AC1: Elaborar manuais e guias internos sobre a padronização do mapeamento e registro dos processos organizacionais; AC2: Implementar e atualizar periodicamente o repositório institucional de processos.	AC1: Realizar capacitações voltadas ao gerenciamento de processos, indicadores e resultados; AC2: Estabelecer fluxo institucionalizado para elaboração de indicadores e monitoramento dos resultados junto às unidades administrativas da SSP.







O.E11. Aprimorar o Planejamento Institucional e o acompanhamento das Políticas de Segurança Pública.

Riscos 	Risco 1: Informações fragmentadas e inconsistentes prestadas pelas áreas finalísticas à área de Planejamento.	Risco 2: Limitações na análise e consolidação das informações recebidas.	Risco 3: Engajamento insuficiente das áreas finalísticas para o fornecimento de informações consistentes.	Risco 4: Integração restrita entre os sistemas - SIPLAM, SIOFINet e GOMAP -, para a consolidação das informações.
Categoria	Operacional	Operacional	Operacional	Operacional
Causa principal 	Falta de padronização e integração dos processos internos de registro e envio de informações pelas áreas finalísticas, gerando dados fragmentados e inconsistentes.	Ausência de metodologias sistemáticas para consolidação e análise das informações, dificultando a confiabilidade dos dados.	Falta de conscientização sobre o fornecimento de informações confiáveis e completas para o monitoramento da política pública.	Sistemas distintos e não interoperáveis, dificultando a correlação entre dados físicos e financeiros.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: as inconsistências podem ocorrer ocasionalmente, considerando as práticas atuais de envio de informações.	Possível: a consolidação das informações depende de procedimentos manuais e sujeitos a inconsistências.	Possível: o engajamento varia conforme a área e a disponibilidade de pessoal; há possibilidade plausível de não fornecimento de informações consistentes.	Provável: a existência de sistemas com integração rudimentar torna recorrente a dificuldade de consolidação de dados.
Impacto (Imp.) 	Maior: a inconsistência das informações impacta a confiabilidade dos relatórios de acompanhamento das políticas públicas.	Maior: falhas no monitoramento reduzem a efetividade do acompanhamento das políticas públicas e a identificação de ajustes necessários.	Maior: a falta de engajamento no fornecimento de informações reduz a confiabilidade do monitoramento e afeta o planejamento institucional.	Maior: dificulta a análise conjunta da metas físicas e financeiras, prejudicando o planejamento e a avaliação de resultados.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, requer atenção contínua e monitoramento regular para garantir confiabilidade e integridade dos dados.	Alta: risco significativo, exige a melhoria das metodologias de consolidação de informações para assegurar a eficácia no monitoramento.	Alta: risco significativo, demanda ações de sensibilização e acompanhamento das áreas finalísticas para mitigar a falta de engajamento das equipes.	Elevada: risco crítico, demanda ajustes nos sistemas utilizados para mitigar impactos na consolidação das informações.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Padronizar os procedimentos de coleta e envio de informações pelas áreas finalísticas; AC2: Realizar capacitação periódica com foco no monitoramento e na qualidade das informações.	AC1: Estabelecer fluxo padronizado de análise e consolidação de dados na área de Planejamento; AC2: Implementar <i>checklists</i> de validação para consistência e completude das informações recebidas.	AC1: Promover reuniões periódicas de orientação com áreas finalísticas; AC2: Criar rotinas de acompanhamento e <i>feedback</i> sobre a qualidade das informações prestadas e sobre os relatórios de monitoramento.	AC1: Estabelecer fluxos de conferência e validação cruzada de informações entre sistemas; AC2: Estabelecer e atualizar mensalmente planilha consolidada para integrar informações dos sistemas.







O.E12. Aprimorar o processo de funcionamento e modernização institucional.

Riscos 	Risco 1: Dimensionamento inadequado da força de trabalho.	Risco 2: Crítérios insuficientes para aferição da produtividade e desempenho.	Risco 3: Dificuldades na modernização institucional e nos processos de gestão e desenvolvimento de pessoas.	Risco 4: Falta de capacitação e atualização profissional.
Categoria	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Estratégico	Gestão de Pessoas
Causa principal 	Falta de definição de parâmetros claros e padronizados para o dimensionamento da força de trabalho.	Ausência de metodologias consistentes e indicadores para avaliar a produtividade e o desempenho.	Processos internos desatualizados e burocráticos que dificultam ajustes e modernização institucional.	Falta de programas de capacitação contínua voltados para a atualização das competências técnicas dos servidores.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: há orientação normativa, mas práticas podem divergir da padronização.	Possível: embora existam registros de avaliação de desempenho, há fragilidades metodológicas e lacunas na sistematização.	Provável: processos internos complexos e desatualizados podem tornar a ocorrência frequente.	Possível: capacitações periódicas existem, mas nem sempre são aplicadas de forma uniforme a todos os servidores, tornando a ocorrência plausível.
Impacto (Imp.) 	Maior: pessoal insuficiente ou mal alocado pode impactar diretamente a execução das atividades e a qualidade dos serviços prestados.	Maior: a falta de métricas confiáveis pode dificultar decisões gerenciais, afetando planejamento e políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas.	Maior: processos internos desatualizados prejudicam a eficiência institucional, atrasam procedimentos e dificultam ajustes estratégicos.	Moderado: a capacitação insuficiente reduz a capacidade técnica, mas não paralisa as operações.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, requer monitoramento constante e ajustes regulares junto à Secretaria de Estado da Administração (SEAD).	Alta: risco significativo, que exige atenção contínua na definição de metodologias e indicadores.	Elevada: risco crítico, pois impacta diretamente a modernização institucional.	Média: risco relevante, monitorável com programas de capacitação e atualização profissional.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Aplicar o dimensionamento da força de trabalho conforme critérios da SEAD, revisando periodicamente a alocação de pessoal; AC2: Realizar monitoramento periódico da adequação da força de trabalho e ajustes conforme demandas das unidades.	AC1: Estabelecer indicadores claros e metodologias padronizadas para aferição de produtividade e desempenho; AC2: Realizar auditorias e avaliações periódicas para garantir aderência aos critérios de produtividade.	AC1: Revisar e simplificar processos internos de modernização institucional, reduzindo a burocracia; AC2: Estabelecer cronogramas de revisão e modernização dos processos, com acompanhamento do impacto nas unidades.	AC1: Implementar programa de incentivo à capacitação contínua voltado à atualização técnica dos servidores da SSP; AC2: Planejar ações de atualização periódica em conjunto com a Coordenadoria de Ensino (COE) e com o Escritório Setorial de Processos (ESP).




O.E13. Aprimorar a Gestão da Informação na Segurança Pública, por meio da padronização, integração e análise de dados.

Riscos 	Risco 1: Não conformidades no registro de ocorrências de natureza prioritária.	Risco 2: Parâmetros de padronização dos indicadores, incluindo o Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI) desatualizados.	Risco 3: Inconsistência e indisponibilidade de informações no Sistema de Registro de Atendimento Integrado (RAI).	Risco 4: Quantidade insuficiente de gestores e técnicos capacitados em Análise Criminal.
Categoria	Operacional	Operacional	Operacional	Operacional
Causa principal 	Falta de treinamento e capacitação das áreas finalísticas para preenchimento correto de ocorrências prioritárias.	Necessidade de atualização contínua dos parâmetros dos indicadores.	Limitações no Sistema de Registro de Atendimento Integrado (RAI), incluindo integração parcial entre módulos e atrasos na atualização de registros.	Limitação de programas contínuos de formação e capacitação em gestão da informação e Análise Criminal.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: inconsistências podem ocorrer ocasionalmente devido a erros humanos.	Improável: o Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI) é atualizado periodicamente e as alterações são comunicadas às unidades.	Possível: o Sistema depende de atualizações periódicas, o que pode gerar inconsistências ou lacunas em algumas situações.	Possível: a lacuna de pessoal capacitado pode gerar sobrecarga de trabalho e limitar a utilização plena dos sistemas e bases de dados.
Impacto (Imp.) 	Maior: erros nos registros afetam a confiabilidade e a qualidade das informações consolidadas para decisões estratégicas.	Maior: parâmetros desatualizados impactam a credibilidade dos relatórios estatísticos, impactando a tomada de decisão e o planejamento das políticas de Segurança Pública.	Maior: compromete a confiabilidade das informações para análise, planejamento e tomada de decisões estratégicas, afetando a gestão da informação na segurança pública.	Maior: reduz a capacidade de análise de informações estratégicas, comprometendo a implementação de políticas baseadas em evidências.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, requer monitoramento constante e ações corretivas imediatas.	Alta: risco significativo, que exige atenção contínua na definição de metodologias e indicadores.	Alta: risco significativo, requer atualizações contínuas no Sistema.	Alta: risco significativo, afeta a produção de relatórios estatísticos e o suporte à decisão do nível estratégico.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Realizar treinamentos periódicos sobre o preenchimento de ocorrências; AC2: Implementar auditorias periódicas nos registros com <i>feedback</i> às unidades.	AC1: Estabelecer processo sistemático de atualização periódica dos parâmetros dos indicadores, incluindo revisão do Manual de Registros de Ocorrências (ROP-RAI), garantindo a consistência e confiabilidade das métricas.	AC1: Estabelecer fluxo formal junto à Gerência de Inovação para correção de falhas e inconsistências do Sistema; AC2: Implementar auditorias periódicas e indicadores de qualidade de dados do RAI.	AC1: Implementar programa contínuo de capacitação em gestão da informação e Análise Criminal, incluindo treinamentos práticos e atualização periódica.





O.E14. Aprimorar a Segurança Pública por meio do conhecimento técnico-científico.

<p>Riscos</p> 	<p>Risco 1: Baixa adesão dos servidores às iniciativas de produção científica.</p>	<p>Risco 2: Dificuldade na realização e continuidade dos cursos de especialização <i>lato sensu</i>.</p>	<p>Risco 3: Produções científicas não alinhadas às demandas institucionais da SSP.</p>	<p>Risco 4: Fragilidade na difusão e aplicação prática dos resultados científicos.</p>
<p>Categoria</p>	Gestão de Pessoas	Financeiro	Operacional	Estratégico
<p>Causa principal</p> 	Ausência de incentivos institucionais e baixa cultura de pesquisa aplicada.	Limitações orçamentárias e falta de corpo docente especializado.	Ausência de diretrizes institucionais para priorização e orientação das produções científicas de acordo com as necessidades da SSP.	Ausência de mecanismos de integração dos resultados às políticas públicas ou dificuldade de tradução do conhecimento científico para a prática.
<p>Probabilidade (Prob.)</p> 	Possível: a adesão às iniciativas de produção científica pode variar, dependendo da disponibilidade e do interesse dos servidores.	Possível: a continuidade dos cursos de especialização pode variar conforme a disponibilidade de recursos e infraestrutura para execução das atividades	Possível: sem diretrizes claras, a produção pode se dispersar em temas pouco aplicáveis.	Possível: a tradução dos resultados científicos para ações práticas pode ser limitada em determinados contextos devido à falta de processos formais de integração.
<p>Impacto (Imp.)</p> 	Moderado: compromete a produção científica, mas não inviabiliza totalmente o objetivo.	Maior: afeta a formação avançada dos servidores, comprometendo a excelência técnica e a sustentabilidade das ações institucionais.	Moderado: resulta em baixo aproveitamento dos estudos e artigos para subsidiar políticas públicas.	Moderado: resultados científicos não aplicados geram desperdício de esforço e afastamento entre prática e pesquisa.
<p>Exposição (Prob. x Imp.)</p> 	Alta: risco significativo, exige políticas de incentivo e acompanhamento da adesão.	Alta: risco significativo, requer atenção da Alta Gestão e a articulação interinstitucional.	Alta: risco significativo, demanda governança sobre agendas de pesquisa.	Alta: risco significativo, exige o fortalecimento de mecanismos de difusão e aplicação prática dos resultados científicos.
<p>Ações de controle (AC) ou mitigação</p> 	<p>AC1: Criar mecanismos de reconhecimento institucional para os servidores que participam de pesquisas e publicações;</p> <p>AC2: Estabelecer parcerias com universidades para facilitar a orientação científica e reduzir barreiras de produção acadêmica.</p>	<p>AC1: Formalizar convênios com instituições de ensino superior para viabilizar a realização dos cursos;</p> <p>AC2: Prever, no orçamento anual, recursos carimbados para os cursos de especialização <i>lato sensu</i>.</p>	<p>AC1: Definir e publicar uma agenda de prioridades de pesquisa alinhada às necessidades estratégicas da SSP;</p> <p>AC2: Criar um comitê técnico-científico para avaliar propostas de pesquisa e garantir aderência institucional.</p>	<p>AC1: Criar repositório digital institucional para reunir e disponibilizar produções científicas da SSP;</p> <p>AC2: Promover seminários anuais de apresentação e discussão dos resultados com gestores e técnicos das áreas finalísticas.</p>

O.E15. Elevar o nível da qualificação profissional e da pesquisa científica em Segurança Pública.

Riscos 	Risco 1: Oferta insuficiente de cursos específicos para a gestão da Segurança Pública.	Risco 2: Baixa adesão e efetividade das capacitações EaD.	Risco 3: Falta de incentivos institucionais à formação acadêmica e científica.	Risco 4: Rotatividade de pessoal qualificado e perda de conhecimento institucional.
Categoria	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas
Causa principal 	Ausência de planejamento pedagógico voltado às demandas de gestão pública e de segurança.	Limitações de infraestrutura tecnológica e baixo engajamento dos servidores em cursos a distância.	Ausência de políticas consistentes de incentivo, bolsas ou tempo dedicado à qualificação formal.	Saída de servidores qualificados para outros órgãos ou aposentadorias sem mecanismos de retenção de conhecimento.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: a priorização dos cursos voltados às atividades finalísticas sobre os de gestão é recorrente na maioria dos ciclos de capacitação.	Provável: resistência à capacitações EaD é recorrente em órgãos públicos.	Provável: a ausência de mecanismos formais de incentivo torna provável que a baixa adesão a programas de formação acadêmica e científica.	Possível: a rotatividade ocorre de forma cíclica, mas previsível.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode afetar a qualidade da gestão administrativa da SSP.	Moderado: reduz a abrangência da política de capacitação, mas não paralisa a formação.	Maior: limita o desenvolvimento técnico e científico dos servidores, comprometendo a produção de conhecimento em Segurança Pública.	Maior: pode comprometer a memória institucional e a continuidade de pesquisas, projetos e ações estratégicas.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, exige planejamento e articulação interinstitucional para garantir a oferta de cursos voltados à gestão.	Alta: risco significativo, demanda integração entre gestores e áreas finalísticas para definição de conteúdos mais atrativos e aplicáveis.	Elevada: risco crítico, compromete diretamente a missão da SSP de apoiar decisões estratégicas e operacionais com base em conhecimento técnico e científico confiável.	Alta: risco significativo, demanda ações imediatas de retenção e programas de gestão do conhecimento, sob pena de perda irreversível de capital intelectual.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Estabelecer convênios com universidades e com a Escola de Governo de Goiás para a oferta de cursos voltados à gestão da segurança pública; AC2: Realizar diagnóstico de lacunas de competências gerenciais, mapeamento de demandas e prospecção de cursos especializados, priorizando os de gestão integrada e inovação.	AC1: Implementar estratégias de gamificação e tutoria ativa para aumentar o engajamento dos servidores; AC2: Reforçar a infraestrutura tecnológica e garantir suporte técnico contínuo para os usuários da Plataforma de Ensino - EaD.	AC1: Criar programa institucional de apoio à formação acadêmica (pós-graduação, mestrado e doutorado); AC2: Estabelecer critérios de progressão funcional atrelados à qualificação acadêmica e científica.	AC1: Implementar programa de gestão do conhecimento com registro e sistematização de boas práticas e pesquisas; AC2: Criar mecanismos de retenção de talentos, como valorização de especialistas e políticas de reconhecimento.







O.E16. Implementar e aperfeiçoar dispositivos que favoreçam a valorização dos profissionais.

Riscos 	Risco 1: Fragilidade na política de atenção à saúde mental e física dos servidores.	Risco 2: Baixa participação dos servidores nas palestras e ações educativas.	Risco 3: Ausência de mecanismos eficazes de avaliação do clima organizacional.	Risco 4: Falta de políticas consistentes de reconhecimento e valorização profissional
Categoria	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas
Causa principal 	Falta de estrutura permanente e de recursos especializados para acompanhamento contínuo da saúde do servidor.	Conflitos de agenda ou sobreposição de atividades, que dificultam a participação plena dos servidores.	Fragilidade de instrumentos de diagnóstico e pouca utilização dos resultados em decisões de gestão.	Ausência de critérios claros de reconhecimento e escassez de mecanismos formais de valorização.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: há recorrência em órgãos públicos de políticas de saúde restritas ou pontuais.	Improável: a adesão às palestras e ações educativas ocorre na maior parte das situações, devido aos estímulos institucionais à participação.	Provável: avaliações tendem a ser esporádicas e com baixa efetividade na aplicação dos resultados.	Provável: a dificuldade em estruturar políticas de reconhecimento é recorrente na Administração Pública.
Impacto (Imp.) 	Maior: afeta diretamente o bem-estar dos servidores, gerando afastamentos e queda de produtividade.	Moderado: reduz a efetividade da política de prevenção, mas não inviabiliza a estratégia.	Maior: compromete a formulação de ações corretivas e a credibilidade da política de valorização.	Maior: afeta diretamente a motivação, a permanência e o desempenho dos servidores.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, impacta a motivação, a permanência e a capacidade operacional do efetivo.	Média: risco relevante, ainda que a participação seja geralmente satisfatória, há variação dependendo do tema e da disponibilidade dos servidores.	Elevada: risco crítico, exige articulação interinstitucional para garantir que os diagnósticos retroalimentem as práticas de gestão.	Elevada: risco crítico, impacta a motivação, gera insatisfação e pode aumentar pedidos de afastamento ou evasão de talentos.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Instituir programa estruturado de saúde ocupacional com equipe multidisciplinar permanente; AC2: Firmar convênios com instituições de saúde para ampliar a rede de apoio psicológico e médico.	AC1: Diversificar os formatos (presencial, online, gravado) e horários das palestras; AC2: Estabelecer comunicação prévia e lembretes estruturados, integrando os convites às agendas institucionais, para garantir maior previsibilidade e adesão dos servidores.	AC1: Implementar aplicação periódica de pesquisas de clima organizacional com metodologia validada e indicadores consistentes, garantindo confiabilidade e comparabilidade dos resultados ao longo do tempo; AC2: Divulgar sistematicamente relatórios de resultados e planos de ação, monitorando a implementação das medidas corretivas.	AC1: Estabelecer critérios claros e objetivos para reconhecimento e valorização profissional, alinhados às metas institucionais e ao desempenho individual ou coletivo; AC2: Implementar mecanismos formais de valorização, como programas de premiação, certificações ou reconhecimento público, monitorando periodicamente a eficácia dessas ações.







O.E17. Garantir a eficiência na obtenção de recursos orçamentários e financeiros.

Riscos 	Risco 1: Fragilidade no levantamento e definição de prioridades para captação de recursos.	Risco 2: Dificuldades na padronização e envio de propostas de Emendas Federais.	Risco 3: Falta de monitoramento contínuo dos recursos captados.	Risco 4: Capacitação insuficiente das equipes técnicas sobre captação de recursos.
Categoria	Estratégico	Estratégico	Estratégico	Gestão de Pessoas
Causa principal 	Ausência de processos sistematizados e de critérios claros para mapeamento, análise e priorização das oportunidades de captação de recursos orçamentários e financeiros.	Ausência de procedimentos normativos consolidados e de capacitação sistemática das equipes responsáveis pela elaboração e submissão das propostas.	Inexistência de sistema integrado ou rotina de acompanhamento das transferências e repasses, dificultando controle de execução.	Ausência de programas estruturados de capacitação para desenvolvimento de competências estratégicas em projetos e captação de recursos.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: ocorrência plausível em cenários onde o monitoramento das fontes externas de recursos e a priorização estratégica não são realizados de forma contínua e estruturada.	Provável: há chances relevantes de ocorrência de falhas ou inconsistências, pois o processo de elaboração e envio das propostas exige padronização técnica, prazos rígidos e alinhamento com requisitos normativos.	Possível: o risco pode se concretizar, em determinados ciclos de execução, quando há fragilidades na rotina de acompanhamento e carência de sistemas informatizados de controle.	Possível: o desenvolvimento de competências pode variar entre unidades e servidores, sobretudo diante da complexidade dos editais e exigências normativas.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode resultar na perda de oportunidades relevantes de financiamento e redução da capacidade de investimento institucional.	Maior: pode resultar na reprovação ou atraso de emendas, afetando o fluxo de recursos.	Maior: pode resultar em perda de prazos, devolução de valores, baixa execução orçamentária e dificuldades de obter novos recursos.	Moderado: limita a qualidade das propostas e reduz a eficiência na captação de recursos, mas não inviabiliza totalmente o processo.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta – Risco significativo, exige monitoramento constante e articulação interinstitucional para garantir alinhamento entre oportunidades e necessidades da SSP.	Elevada – Risco crítico, pois impacta diretamente a execução orçamentária e financeira da SSP.	Alta – Risco significativo, exige coordenação permanente entre as áreas técnicas para garantir execução adequada.	Média – Risco relevante, demanda planejamento de capacitação específica e integração com as unidades.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Instituir metodologia padronizada para prospecção, análise e priorização das oportunidades de captação de recursos, com definição de critérios objetivos; AC2: Capacitar servidores da SSP e das Forças de Segurança sobre critérios de priorização e seleção de projetos para captação.	AC1: Elaborar e divulgar manual detalhado sobre o processo de submissão e aprovação de propostas de Emendas Federais; AC2: Realizar oficinas periódicas com as Forças de Segurança Pública para treinamento e esclarecimento de dúvidas.	AC1: Instituir rotina de acompanhamento da execução dos recursos, com relatórios consolidados e <i>dashboard</i> de monitoramento, com indicadores de execução; AC2: Criar rotina de conferência e validação periódica junto às unidades receptoras para corrigir inconsistências.	AC1: Criar plano anual de capacitação para servidores das áreas técnicas, contemplando regras, processos e práticas de captação de recursos; AC2: Realizar <i>workshops</i> práticos sobre elaboração de projetos e submissão de propostas, com simulações de aprovação e repasse.



O.E18. Aperfeiçoar a execução dos recursos.

Riscos	Risco 1: Controle inadequado do saldo orçamentário.	Risco 2: Execução insuficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).	Risco 3: Ineficiência ou uso inadequado dos recursos públicos.	Risco 4: Desalinhamento entre execução orçamentária e prioridades estratégicas.
				
Categoria	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Estratégico
Causa principal	Falta de monitoramento em tempo real e procedimentos padronizados para gestão do saldo remanescente.	Planejamento anual deficiente, atrasos no envio de planos de ação ou baixa aderência das Forças de Segurança.	Processos de execução insuficientemente controlados, baixa capacitação de gestores e ausência de rotinas de fiscalização sistemática.	Ausência de integração sistemática entre o planejamento estratégico e os processos de alocação e acompanhamento orçamentário.
				
Probabilidade (Prob.)	Possível: pode ocorrer ocasionalmente devido à complexidade das operações, múltiplas fontes de recursos e necessidade de atualização contínua das informações.	Possível: devido à complexidade dos processos de planejamento, à necessidade de atendimento a exigências normativas e à coordenação entre múltiplas unidades envolvidas.	Possível: embora existam procedimentos e controles institucionais para orientar a aplicação dos recursos, a complexidade dos processos pode tornar plausível a ocorrência de inconsistências ou ineficiências em determinados casos.	Possível: há plausibilidade de desalinhamento em função da complexidade de integrar decisões financeiras a todas as prioridades estratégicas, especialmente em contextos de múltiplas demandas e ajustes durante a execução.
				
Impacto (Imp.)	Maior: pode impedir a alocação eficiente de recursos disponíveis e comprometer investimentos estratégicos.	Maior: afeta diretamente a eficácia dos Programas de Segurança Pública financiados pelo FNSP.	Maior: pode comprometer a aplicação correta de recursos, gerar desperdício e afetar a execução das políticas públicas.	Maior: compromete a alocação eficiente de recursos e a execução das políticas públicas planejadas.
				
Exposição (Prob. x Imp.)	Alta: risco significativo, exige monitoramento contínuo e articulação entre áreas para otimizar utilização do saldo.	Alta: risco significativo, pois impacta a implementação de políticas estratégicas.	Alta: risco significativo, exige supervisão contínua, padronização de procedimentos e auditoria interna regular para prevenir desvios ou desperdícios.	Alta: risco significativo, exige articulação permanente entre áreas para garantir que recursos sejam aplicados de acordo com as prioridades institucionais.
				
Ações de controle (AC) ou mitigação	AC1: Implementar sistema de acompanhamento em tempo real do saldo orçamentário, com alertas automáticos para desvios e saldos disponíveis; AC2: Estabelecer rotina semanal de conferência e validação de saldos.	AC1: Monitorar periodicamente a execução financeira e física dos recursos do FNSP, utilizando indicadores de acompanhamento e alertas sobre possíveis atrasos ou desvios. AC2: Capacitar continuamente as equipes envolvidas na gestão e aplicação dos recursos, garantindo atualização sobre normas, prazos e requisitos legais.	AC1: Implementar monitoramento contínuo da execução financeira, incluindo conferência de despesas e cruzamento com metas planejadas; AC2: Realizar auditorias periódicas e análises comparativas de indicadores de desempenho financeiro, identificando oportunidades de melhoria e corrigindo desvios de forma preventiva.	AC1: Implementar reuniões periódicas de alinhamento entre planejamento estratégico e execução orçamentária, com revisão de prioridades e ajustes necessários. AC2: Criar dashboard integrado que relacione execução financeira com metas estratégicas, permitindo monitoramento contínuo e identificação de desvios.
				







O.E19. Desenvolver a cultura de gastos eficientes na gestão administrativa.

Riscos 	Risco 1: Desperdício de recursos com o funcionamento institucional.	Risco 2: Contratos de aquisição e prestação de serviços mal avaliados ou mal geridos.	Risco 3: Falta de cultura de gastos eficientes entre servidores.	Risco 4: Uso inadequado de bens públicos e gestão de resíduos.
Categoria	Financeiro	Operacional	Operacional	Ambiental
Causa principal 	Falta de controle detalhado sobre despesas correntes e baixa conscientização dos gestores sobre a eficiência nos gastos.	Falta de diagnósticos regulares, ausência de monitoramento e gestão ineficaz dos contratos.	Ausência de programas de conscientização e capacitação sobre economia, sustentabilidade e uso racional de recursos públicos.	Falta de orientação, monitoramento e fiscalização sobre o uso consciente de bens institucionais e descarte de resíduos sólidos.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: apesar da existência de controles e rotinas administrativas, pode ocorrer ocasionalmente devido à complexidade das operações internas e múltiplas áreas envolvidas.	Provável: problema recorrente quando não há auditoria ou revisão periódica dos processos de avaliação, fiscalização ou acompanhamento de contratos.	Provável: a consolidação de uma cultura de gastos responsáveis depende de engajamento contínuo, tornando plausível a ocorrência de comportamentos que não otimizem totalmente os recursos disponíveis.	Possível: pode ocorrer devido à complexidade operacional, a diversidade de unidades e a necessidade de monitoramento contínuo.
Impacto (Imp.) 	Maior: afeta o orçamento geral da SSP e compromete a execução de outras ações estratégicas, afetando a sustentabilidade financeira da instituição.	Maior: pode gerar gastos desnecessários, comprometer a eficiência administrativa e criar passivos financeiros.	Maior: pode resultar em desperdício financeiro, comprometendo a alocação dos recursos para prioridades institucionais.	Moderado: gera desperdício, aumenta custos operacionais e compromete sustentabilidade ambiental.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, exige monitoramento constante e integração entre áreas para garantir uso eficiente dos recursos.	Elevada: risco crítico, exige articulação entre áreas de contrato e unidades finalísticas para garantir revisão, renegociação e otimização.	Elevada: risco crítico, demanda programas estruturados de conscientização e acompanhamento de indicadores de comportamento.	Alta: risco significativo, exige ações periódicas de monitoramento, capacitação e conscientização para minimizar desperdícios e impactos ambientais.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Implementar sistema de acompanhamento detalhado das despesas institucionais, com alertas para desvios ou excessos; AC2: Definir indicadores de eficiência para o uso de recursos, permitindo avaliação comparativa e ajustes contínuos.	AC1: Realizar diagnósticos anuais de todos os contratos, com relatórios de performance e eficiência; AC2: Implementar plano de melhoria contínua para contratos com ajustes em prazos, valores ou escopo, evitando desperdícios.	AC1: Instituir programa contínuo de conscientização sobre gastos eficientes, com treinamento e divulgação de boas práticas; AC2: Implementar indicadores de eficiência e metas de redução de despesas, com <i>feedback</i> periódico aos servidores.	AC1: Realizar campanhas anuais de boas práticas sobre uso consciente de bens públicos e descarte de resíduos; AC2: Estabelecer procedimentos internos de fiscalização e controle do consumo de recursos materiais e geração de resíduos.







O.E20. Aperfeiçoar o processo de Contratações Públicas.

Riscos 	Risco 1: Planejamento inadequado das contratações.	Risco 2: Editais e termos de referência imprecisos ou inadequados.	Risco 3: Baixo percentual de licitações concluídas com sucesso.	Risco 4: Deficiências de capacitação das áreas requisitantes nas etapas preparatórias das contratações.
Categoria	Operacional	Conformidade	Operacional	Operacional
Causa principal 	Ausência de planejamento integrado entre áreas demandantes.	Deficiências técnicas na elaboração dos documentos, ausência de revisão criteriosa e falhas de comunicação com áreas técnicas.	Licitações fracassadas ou desertas devido a falhas no planejamento, termos de referência mal elaborados e baixa atratividade dos editais.	Ausência de capacitação continuada e dificuldades técnicas das áreas requisitantes na elaboração de termos de referência e estimativas de custos.
Probabilidade (Prob.) 	Provável: problema recorrente em contratações públicas, devido à complexidade dos processos e a diversidade de demandas.	Possível: embora existam diretrizes para elaboração de editais e termos de referência, pode ocorrer devido à complexidade técnica das contratações.	Improvável: não é comum, mas quando ocorre pode comprometer significativamente a execução orçamentária.	Provável: a maioria das demandas de contratação parte de áreas que ainda não possuem formação consolidada em planejamento e especificação técnica.
Impacto (Imp.) 	Catastrófico: atrasos, custos adicionais e risco de descontinuidade de serviços essenciais.	Maior: gera impugnações, licitações fracassadas ou execução inadequada do contrato.	Maior: reduz a eficiência da execução dos recursos e gera risco de devolução de recursos.	Maior: termos de referência deficientes comprometem a qualidade dos processos, aumentando riscos de licitações fracassadas, atrasos e custos adicionais.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, exige adoção de ferramentas de planejamento prévio e integração entre as áreas requisitantes e a Gerência de Compras Governamentais.	Elevada: risco crítico, exige padronização e validação técnica dos editais antes da publicação.	Alta: risco significativo, exige monitoramento contínuo e medidas preventivas para reduzir falhas.	Elevada: risco crítico, demanda ações de desenvolvimento, capacitação e integração entre as áreas para assegurar a qualidade das contratações.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Elaborar Plano Anual de Contratações (PAC) integrado, alinhado ao PPA, à LOA e às prioridades estratégicas da SSP; AC2: Implementar reuniões de alinhamento periódico entre requisitantes e a Gerência de Compras Governamentais.	AC1: Implementar revisão técnica interna dos editais e termos de referência antes da publicação, garantindo consistência com as especificações, normas e objetivos da contratação; AC2: Promover capacitação periódica das equipes envolvidas na elaboração de editais e termos de referência, reforçando boas práticas e atualizações normativas.	AC1: Implantar processo sistemático de acompanhamento dos resultados das licitações, com relatórios periódicos para subsidiar decisões de gestão; AC2: Desenvolver estratégias de melhoria contínua nas contratações públicas, a partir da análise de causas recorrentes de insucesso.	AC1: Promover oficinas periódicas de capacitação voltadas às áreas requisitantes; AC2: Estabelecer canal de orientação técnica entre a Gerência de Compras Governamentais e as áreas requisitantes para dirimir dúvidas e padronizar procedimentos.

O.E21. Aperfeiçoar o processo de prestação de contas de convênios estaduais.

Riscos 	Risco 1: Atrasos na análise e julgamento das prestações de contas.	Risco 2: Glosas nas despesas apresentadas nas prestações de contas.	Risco 3: Desalinhamento entre execução financeira e objetivos do convênio.	Risco 4: Falta de controle e acompanhamento tempestivo das prestações de contas.
Categoria	Operacional	Operacional	Operacional	Operacional
Causa principal 	Complexidade dos processos de análise, volume de prestações de contas a serem avaliadas e necessidade de coordenação entre diferentes áreas envolvidas.	Inconsistências documentais, falhas de comprovação ou uso inadequado dos recursos.	Falha de comunicação entre áreas técnicas e administrativas, e ausência de monitoramento contínuo.	Ausência de fluxo, rotina ou sistema de monitoramento para receber e cobrar a documentação de forma sistemática.
Probabilidade (Prob.) 	Provável: a complexidade operacional e a variabilidade do volume de processos tornam plausível a ocorrência.	Possível: a complexidade normativa e a variabilidade na interpretação de regras contábeis e financeiras tornam plausível a ocorrência de glosas em determinadas situações.	Possível: falhas de alinhamento podem ocorrer, principalmente em convênios complexos, devido à complexidade operacional e múltiplas partes envolvidas.	Provável: apesar da existência de procedimentos e prazos definidos, pode ocorrer devido à necessidade de monitoramento contínuo e cobrança ativa dos responsáveis.
Impacto (Imp.) 	Catastrófico: pode comprometer o recebimento de recursos, afetando projetos de Segurança Pública.	Maior: pode envolver valores significativos, gerar devoluções e comprometer a imagem da SSP.	Maior: compromete a finalidade do convênio e pode afetar recursos vultosos.	Maior: atrasos podem gerar glosas, necessidade de devolução de recursos e questionamentos de órgãos de controle.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, repercussão direta sobre a execução orçamentária e institucional.	Alta: risco significativo, demanda padronização e monitoramento.	Alta: risco significativo, exige integração intersetorial e gestão proativa.	Elevada: risco crítico, compromete diretamente a prestação de contas e a execução dos convênios estaduais.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Estabelecer monitoramento periódico do andamento das análises, com indicadores de tempo médio de tramitação e alertas sobre possíveis atrasos; AC2: Apresentar relatórios gerenciais periódicos para a Alta Gestão, destacando atrasos, gargalos e oportunidades de melhoria.	AC1: Padronizar os procedimentos de registro e apresentação de despesas, com <i>checklists</i> e orientações claras aos responsáveis; AC2: Implementar revisão técnica interna das prestações de contas antes do envio, garantindo conformidade com normas contábeis e requisitos legais.	AC1: Instituir comitê de acompanhamento de convênios com a participação das áreas técnicas; AC2: Realizar auditorias internas ou revisões periódicas para identificar desalinhamentos e propor ajustes preventivos antes da finalização do convênio; AC3: Adotar matriz de vinculação de despesas e objetivos do convênio, para rastreabilidade.	AC1: Implantar sistema informatizado ou planilha de monitoramento para registrar recebimento, pendências e prazos de envio da documentação pelos municípios; AC2: Estabelecer rotina periódica de acompanhamento, incluindo alertas automáticos e comunicação formal sobre prazos e exigências legais.





O.E22. Assegurar a disponibilidade e otimizar a aplicação e utilização dos recursos tecnológicos.

Riscos 	Risco 1: Cobertura de rádio comunicação digital insuficiente.	Risco 2: Obsolescência e limitação do sistema de videomonitoramento sem parcerias estratégicas.	Risco 3: Indisponibilidade ou baixa eficiência dos Sistemas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).	Risco 4: Substituição e atualização do parque tecnológico insuficiente.
Categoria	Operacional	Operacional	Tecnologia da Informação	Operacional
Causa principal 	Insuficiência de Estações Rádio Base (ERBs) e ausência de contratos de manutenção.	Parcerias insuficientes para uso de câmeras já instaladas, exigindo aquisição própria que se desatualiza rapidamente.	Ausência de procedimentos padronizados para manutenção e suporte.	Recursos financeiros restritos para atualização periódica de equipamentos.
Probabilidade (Prob.) 	Quase Certo: a cobertura ainda está em fase de expansão, de modo que algumas áreas podem apresentar ausência de comunicação digital adequada.	Possível: parcerias já existem de forma pontual, mas a formalização e expansão de novas parcerias ainda se encontram em desenvolvimento.	Provável: ocorrência plausível devido à complexidade dos sistemas, demanda simultânea de usuários e necessidade de atualização contínua da infraestrutura tecnológica.	Improvável: apesar das substituições periódicas, há possibilidade de atrasos ou lacunas em equipamentos específicos que exigem monitoramento.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode comprometer a coordenação operacional, segurança das equipes e eficácia das operações.	Maior: pode comprometer a cobertura das operações, aumentar custos e limitar a modernização do sistema.	Maior: pode comprometer a prestação de serviços, atrasando operações, decisões estratégicas e respostas a incidentes.	Maior: caso algum equipamento crítico fique desatualizado, o desempenho operacional pode ser comprometido.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Elevada: risco crítico, exige planejamento estratégico de investimentos e manutenção contínua.	Alta: risco significativo, impacta diretamente a modernização tecnológica, integração e eficiência operacional.	Elevada: risco crítico, exige monitoramento constante, manutenção preventiva e protocolos claros de gestão de sistemas.	Alta: risco significativo, demanda monitoramento e planejamento da atualização para garantir a continuidade e segurança das operações.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Implementar projetos de expansão da cobertura e contratos de manutenção das ERBs; AC2: Capacitar servidores para operação e manutenção, garantindo gestão eficiente da infraestrutura.	AC1: Firmar convênios e termos de cooperação com municípios e órgãos parceiros para acesso seguro e contínuo às imagens; AC2: Criar rotina de avaliação e atualização de parcerias, garantindo manutenção da disponibilidade e otimização de recursos.	AC1: Implantar monitoramento contínuo da disponibilidade e desempenho dos sistemas de TIC, com alertas automáticos; AC2: Criar procedimentos padronizados de manutenção, atualização e suporte, garantindo intervenção rápida e priorização de sistemas críticos.	AC1: Elaborar planejamento de atualização tecnológica, priorizando equipamentos críticos; AC2: Implementar monitoramento periódico do estado do parque tecnológico, capacitando os servidores para otimizar o uso dos equipamentos existentes e prolongar sua vida útil.







O.E23. Melhorar a infraestrutura física.

Riscos 	Risco 1: Insuficiência ou inadequação da infraestrutura para suportar as atividades da SSP.	Risco 2: Problemas de segurança, acessibilidade e adequação às normas legais nas instalações da SSP.	Risco 3: Deficiências na manutenção preventiva da infraestrutura.	Risco 4: Excesso de custos ou gastos imprevistos na infraestrutura.
Categoria	Operacional	Conformidade	Operacional	Financeiro
Causa principal 	Limitações ou inadequações da infraestrutura física, comprometendo a capacidade de suporte às atividades da SSP.	Falta de fiscalização e acompanhamento sistemático das normas legais e padrões de segurança.	Falta de sistematização e monitoramento contínuo das atividades de manutenção preventiva, incluindo planejamento e recursos técnicos adequados.	Necessidade de ajustes emergenciais e variações nos custos de insumos e serviços, que podem gerar gastos imprevistos.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: podem ocorrer limitações ocasionais devido à demanda crescente ou necessidades não previstas.	Possível: ocorrência plausível devido à complexidade normativa para atender às exigências de segurança, acessibilidade e conformidade legal.	Possível: devido à complexidade da infraestrutura, algumas unidades podem sofrer falhas ocasionais, mesmo com manutenção periódica.	Possível: ocorrência plausível devido à necessidade de ajustes emergenciais e às flutuações nos custos, mesmo com planejamento orçamentário prévio.
Impacto (Imp.) 	Maior: pode comprometer a execução das atividades, operação administrativa e atendimento à população.	Maior: pode comprometer a segurança de servidores e visitantes, e a continuidade das atividades.	Maior: compromete a segurança, funcionalidade e prolongamento da vida útil das instalações.	Maior: compromete alocação eficiente de recursos orçamentários, reduzindo a disponibilidade de recursos para outras prioridades da SSP.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, exige monitoramento constante das demandas e ajustes nos projetos e recursos.	Alta: risco significativo, exige fiscalização contínua, manutenção de padrões e conformidade com as normas.	Alta: risco significativo, exige integração entre áreas e monitoramento das rotinas de manutenção.	Alta: risco significativo, exige acompanhamento financeiro rigoroso e análise de desvios.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Elaborar plano de adequação e modernização da infraestrutura, priorizando áreas críticas e alinhando recursos disponíveis; AC2: Monitorar periodicamente o estado da infraestrutura, identificando falhas, necessidades de manutenção e oportunidades de melhoria.	AC1: Implementar inspeções regulares de segurança e acessibilidade, com relatórios de conformidade; AC2: Atualizar normas internas e procedimentos de adequação, garantindo o cumprimento das exigências legais.	AC1: Realizar inspeções periódicas e auditorias técnicas das instalações para identificar necessidades de manutenção; AC2: Monitorar indicadores de manutenção, como frequência de falhas ou tempo de resposta, para subsidiar ajustes e melhorias contínuas.	AC1: Implementar controle financeiro contínuo das obras, com acompanhamento de orçamento x execução; AC2: Planejar ações de manutenção preventiva e modernização gradual, reduzindo a ocorrência de gastos emergenciais e imprevistos.

O.E24. Aprimorar a gestão da Frota.

Riscos 	Risco 1: Ineficiência na gestão do contrato de locação da frota.	Risco 2: Insuficiência de veículos disponíveis em razão de atrasos ou falhas na manutenção corretiva pela locadora.	Risco 3: Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa locadora.	Risco 4: Aumento do valor concedido a título de cota extra no gerenciamento de combustíveis da frota.
Categoria	Operacional	Operacional	Conformidade	Financeiro
Causa principal 	Limitações nos mecanismos de monitoramento e avaliação contínua do desempenho, custos e necessidades, que podem afetar a otimização do contrato de locação.	Dependência do cronograma de manutenção corretiva da locadora, que pode gerar indisponibilidade temporária de veículos, impactando a frota disponível para operações.	Falta de mecanismos robustos de monitoramento e fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais por parte da locadora.	Variações no consumo de combustível e ajustes emergenciais que demandam suplementação da cota, sem previsão no planejamento inicial.
Probabilidade (Prob.) 	Improvável: devido à existência de processos de acompanhamento e controle do desempenho, custos e necessidades das Forças de Segurança em relação à frota.	Possível: ocorrência plausível devido à dependência do cronograma de manutenção da locadora e em momentos de alta demanda de manutenção.	Possível: ocorrência plausível devido à complexidade da execução contratual e à necessidade de monitoramento contínuo para garantir conformidade com as cláusulas estabelecidas	Possível: ocorrência plausível devido às flutuações naturais no consumo de combustível e à necessidade eventual de suplementação para atender às operações da frota.
Impacto (Imp.) 	Moderado: pode comprometer a disponibilidade e eficiência operacional da frota.	Maior: reduz a capacidade de operação das Forças de Segurança Pública.	Maior: compromete a disponibilidade da frota e a execução das atividades finalísticas de Segurança Pública.	Maior: pressiona o orçamento e afeta diretamente a operacionalidade da frota.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Média: risco relevante, pode impactar algumas operações, mas os controles existentes reduzem a exposição do órgão.	Alta: risco significativo, compromete diretamente a execução das atividades finalísticas de Segurança Pública.	Alta: risco significativo, demanda fiscalização ativa do contrato.	Alta: risco significativo, tem potencial de recorrência, exigindo atenção contínua e mecanismos de mitigação consistentes.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Realizar estudos técnicos de otimização da frota, incluindo dimensionamento adequado e análise de custo-benefício; AC2: Revisar periodicamente o contrato de locação e adequar as cláusulas às necessidades operacionais e ao desempenho observado.	AC1: Estabelecer cláusulas contratuais claras com prazos e penalidades para manutenção corretiva da frota; AC2: Monitorar regularmente a execução da manutenção corretiva e manter registro de histórico de falhas ou atrasos.	AC1: Monitorar continuamente o cumprimento das cláusulas, por meio de relatórios periódicos e auditorias da execução contratual; AC2: Implementar indicadores de desempenho da locadora, vinculando-os a avaliações e eventuais reajustes contratuais.	AC1: Implementar relatórios mensais de consumo e previsão orçamentária, com análise de variações e justificativas detalhadas; AC2: Revisar periodicamente a política de cotas, incorporando ajustes históricos de consumo e projeções de demanda.

O.E25. Aprimorar a gestão e a destinação de ativos provenientes de crimes.

Riscos 	Risco 1: Atrasos na alienação de bens apreendidos.	Risco 2: Limitações no controle e registro dos bens sob guarda da SSP.	Risco 3: Perda, extravio ou deterioração de bens apreendidos nos pátios.	Risco 4: Baixa atratividade ou insucesso nos leilões de bens.
Categoria	Operacional	Operacional	Operacional	Operacional
Causa principal 	Morosidade nos trâmites judiciais e administrativos necessários à realização dos leilões.	Ausência de mecanismos plenamente integrados para registro, acompanhamento e destinação dos bens apreendidos, o que pode gerar inconsistências nos controles.	Deficiências na infraestrutura física e nos mecanismos de guarda e monitoramento, que aumentam a vulnerabilidade dos bens armazenados nos pátios.	Desvalorização natural dos bens apreendidos, associada a entraves burocráticos e prazos longos para realização dos leilões, reduzindo o interesse do mercado.
Probabilidade (Prob.) 	Possível: ocorrência plausível devido à complexidade normativa e à necessidade de conformidade com processos legais e administrativos, mesmo com mecanismos de acompanhamento.	Possível: ocorrência plausível diante da diversidade de ativos e da complexidade dos trâmites legais, especialmente quando não há atualização contínua dos registros.	Possível: ocorrência plausível em razão do grande volume de bens custodiados e da limitação de espaço e condições adequadas de armazenamento.	Provável: dada a natureza dos bens e o tempo até a alienação, há alta chance de que parte significativa dos itens não desperte interesse.
Impacto (Imp.) 	Maior: mantém bens ociosos, gera custos de guarda e depreciação, além de comprometer a recuperação financeira e o uso eficiente dos recursos provenientes da alienação.	Maior: pode comprometer a rastreabilidade, a conformidade legal e a agilidade na destinação, além de gerar riscos de responsabilização institucional e perda de credibilidade.	Maior: pode resultar em prejuízos patrimoniais, responsabilização institucional, comprometimento de processos judiciais e desgaste na imagem pública da SSP.	Moderado: implica perda de oportunidade de conversão de ativos em receita pública, acúmulo de bens nos pátios e enfraquecimento da efetividade da política de destinação.
Exposição (Prob. x Imp.) 	Alta: risco significativo, requer atenção contínua aos fatores externos que podem atrasar o processo de alienação.	Alta: risco significativo, demanda a priorização de ações que fortaleçam os mecanismos de controle e registro.	Alta: risco significativo, gera a necessidade de reforçar práticas de preservação e monitoramento da integridade dos bens.	Alta: risco significativo, requer a adoção de estratégias que aumentem a atratividade dos leilões, visando evitar sobrecarga operacional na gestão dos bens.
Ações de controle (AC) ou mitigação 	AC1: Estabelecer indicadores de acompanhamento das etapas do processo de alienação e priorizar processos de leilão com maior impacto financeiro; AC2: Implementar sistema informatizado de acompanhamento e capacitar servidores, promovendo agilidade e conformidade.	AC1: Implantar e expandir o Sistema de Controle de Pátio; AC2: Realizar auditorias periódicas para assegurar a conformidade e identificar oportunidades de melhoria.	AC1: Adequar a infraestrutura física com medidas de segurança e conservação compatíveis com a natureza dos bens; AC2: Implantar sistema de rastreamento e controle logístico dos bens armazenados nos pátios.	AC1: Ampliar divulgação dos leilões por meio de diferentes canais de comunicação; AC2: Monitorar resultados de leilões anteriores, identificando padrões de baixa participação e ajustando as estratégias de divulgação e precificação.

0 CONSIDERAÇÕES FINAIS



MAIS QUE UM PLANO: UM COMPROMISSO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) para o triênio 2025–2027 reafirma o compromisso da Instituição com a **excelência na gestão pública**, com foco na promoção de uma Segurança Pública mais **eficiente, moderna e alinhada às reais necessidades** da sociedade goiana.

Construído de forma **COLABORATIVA**, o Plano reflete a integração entre as unidades administrativas da SSP, a articulação com os **referenciais nacionais e estaduais de segurança pública** e com os **instrumentos de planejamento governamental**, além da incorporação de um **NOVO MODELO DE PENSAR ESTRATEGICAMENTE**: mais dinâmico, flexível e voltado à entrega de resultados concretos.

O **PENSAMENTO ESTRATÉGICO**, aplicado ao contexto da Segurança Pública, não se encerra com a publicação deste documento. Ao contrário, constitui-se como um **PROCESSO CONTÍNUO**, adaptável às transformações do ambiente institucional e social.

A partir de agora, o monitoramento anual das metas e indicadores permitirá o **ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO** do desempenho organizacional, a identificação de **oportunidades de melhoria** e a **adoção tempestiva de ajustes necessários ao alcance dos objetivos definidos**.

Mais do que um documento formal, o Plano Estratégico 2025–2027 constitui um **INSTRUMENTO DINÂMICO DE GESTÃO**, capaz de orientar decisões e otimizar o uso dos recursos públicos com responsabilidade e transparência. Sua plena efetividade se dará pela consolidação de uma **CULTURA ESTRATÉGICA**, que assegura o avanço da Segurança Pública em Goiás pautado por:

INOVAÇÃO,
EFICIÊNCIA e
foco na MELHORIA CONTÍNUA.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Guia de Gestão de Riscos: Aplicação da ISO 31000 nas organizações do setor público brasileiro*. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2018. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial Básico de Gestão de Riscos: Instituição de Controle Externo*. Brasília: TCU, 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/referencial-basico-de-gestao-de-riscos>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública*. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 25/06/2025.

DECRETO nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023. Regulamenta a Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, que estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, ano 186, n. 23.984, p. 25–93, 16 fev. 2023.

DECRETO nº 10.715, de 25 de junho de 2025. Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Suplemento, Goiânia, GO, ano 188, n. 24.561, p. 2–95, 26 jun. 2025.

DECRETO nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021–2030. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 set. 2021.

GOIÁS. *Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Goiás 2022–2031*. Goiânia: Secretaria de Estado da Segurança Pública, 2022.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. *The Balanced Scorecard: Translating Strategy into Action*. Boston: Harvard Business School Press, 1996.

LEI nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023. Estabelece a organização administrativa básica do Poder Executivo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, ano 186, n. 23.984, p. 1–25, 16 fev. 2023.

LEI nº 22.317, de 18 de outubro de 2023. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024–2027. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, 18 out. 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de gestão pública contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINTZBERG, H. The fall and rise of strategic planning. *Harvard Business Review*, [s.l.], v. 72, n. 1, p. 107–114, 1994.

OLIVEIRA, D. P. R. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PALUDO, A. V.; PROCOPIUCK, M. *Planejamento governamental: referencial teórico, conceitual e prático*. São Paulo: Atlas, 2011.

PISAPIA, J.; ROBINSON, D. J. Transforming the academy: strategic thinking vs strategic planning. Apresentado no *American Institute of Higher Education – 4th International Conference*, Virginia, mar. 2010.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA







PLANO ESTRATÉGICO 2025 - 2027
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA